IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria
e da Dívida Pública

Relatório e Contas de 2021

ÍNDICE

MISSÃO, ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E ORGANIZAÇÃO 3

MISSÃO 3
ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS 4
ORGANIZAÇÃO 6

OBJETIVOS E ESTRATÉGIA 7

COMENTÁRIO AO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E GERAIS DE 2020 7

GRAU DE EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE 2021 8

AVALIAÇÃO DE OBJETIVOS 8

ATIVIDADES DE SUPORTE À GESTÃO 10

PROCESSO DA DÍVIDA DE RETALHO 10
A TESOURARIA DO ESTADO 15
SISTEMAS DE COMPENSAÇÃO/OPERAÇÕES DE LIQUIDAÇÃO 33
CONTABILIDADE DA TESOURARIA, DÍVIDA PÚBLICA E OUTROS FUNDOS 42
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E SISTEMA DE INFORMAÇÃO 45
COMPLIANCE E BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS 48
PROCEDIMENTOS INTERNOS E AUDITORIA INTERNA 49
REPORTES E PREVISÕES 50
ENQUADRAMENTO JURÍDICO 52
APOIO AOS ÓRGÃOS SOCIAIS 53
ARQUIVO, DOCUMENTAÇÃO E CONTEÚDOS 54
MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E INDICADORES DE CUSTO RELEVANTES 56

RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO 61

RECURSOS HUMANOS 61
FORMAÇÃO 63

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS 64

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 73

POLITICAS CONTABILISTICAS 80

ABREVIATURAS 87

ANEXOS 91

MISSÃO, ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E ORGANIZAÇÃO

MISSÃO

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), tem por missão gerir, de forma integrada, a tesouraria, o financiamento e a dívida pública direta do Estado, nesta se compreendendo, nos termos da lei aplicável, a dívida das entidades do setor público empresarial cujo financiamento seja assegurado através do Orçamento do Estado, cabendo-lhe ainda coordenar o financiamento dos fundos e serviços dotados de autonomia administrativa e financeira, em obediência às orientações definidas pelo Governo através do membro responsável pela área das finanças.

O IGCP, pode ainda desenvolver, a título acessório do seu objeto principal, atividades conexas, nomeadamente nos domínios da consultadoria e da assistência técnica, da gestão de dívidas de entidades do setor público administrativo e da gestão de ativos destas entidades constituídos por títulos de dívida pública.

Nas atividades previstas no número anterior compreende-se a função de leiloeiro no contexto do mercado regulamentado europeu de leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, estabelecido em execução da Diretiva do Comércio Europeu de Licenças de Emissões, em articulação com os serviços e organismos competentes do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Gerir as carteiras de derivados financeiros das EPR e emitir pareceres sobre as operações de financiamento daquelas empresas, bem como das EPNR, nos termos e para os efeitos previstos no Novo Regime do Setor Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por um Presidente e dois Vogais, competindo-lhe exercer todas as competências e praticar todos os atos cometidos ao IGCP nos termos da lei e que não se compreendam no âmbito da competência exclusiva dos outros órgãos.

Fazem parte do Conselho de Administração[1]:

Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho - Presidente
António Abel Sancho Pontes Correia - Vogal
Maria Rita Gomes Granger - Vogal

CONSELHO CONSULTIVO

Composto pelo Presidente do Conselho de Administração do IGCP, que preside e sem direito a voto, pelos anteriores presidentes, que tenham concluído, pelo menos, um mandato, por um membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal a indicar por este, e por quatro personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira, a designar por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

Os membros do Conselho Consultivo são designados por mandatos de 3 anos renováveis por iguais períodos.

Composição do Conselho Consultivo

Presidente do Conselho de Administração:

Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho

Nomeados pelo despacho n.º 7106/2015 (SET):

Maria Teodora Osório Pereira Cardoso[2]

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Sérgio Tavares Rebelo

Presidentes do IGCP, E.P.E., que tenham concluído mandato:

Vítor Augusto Brinquete Bento

Vasco Manuel da Silva Pereira

Alberto Manuel Sarmento Azevedo Soares

1 Nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2019, de 24 de janeiro, publicada no Diário da República, II série, n.º 23, de de fevereiro de 2019
2 Renunciou a partir de 22 de julho de 2020

Membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal

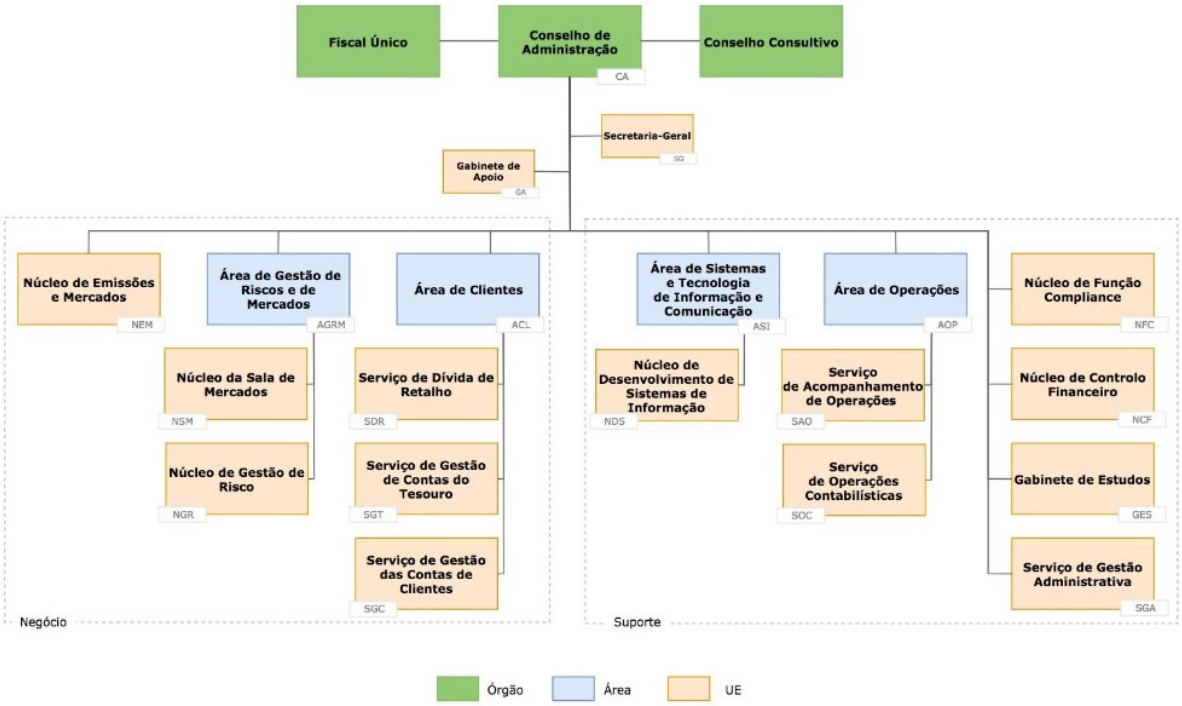
Hélder Manuel Sebastião Rosalino

FISCAL ÚNICO

A fiscalização do IGCP cabe a um Fiscal Único, que deve ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeado pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças, para um mandato de 3 anos, eventualmente renovável por períodos iguais.

Para o mandato 2018-2020 foi nomeado para Fiscal Único, JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Ld.ª, representado pelo revisor oficial de contas Dr. José Maria Rego Ribeiro da Cunha até 2019, a partir de 2020, substituído pelo Fiscal Único Mário Paulo Bettencourt de Oliveira. Relativamente a 2021 conforme instrução da DGTF, com fundamento no acórdão 15008/20.1T8LSB.L1-1, emitido em 2021 pelo Tribunal da Relação de Lisboa, sustentam que os membros do órgão de fiscalização, onde se inclui o Fiscal Único, mantém-se em funções após o decurso desse prazo até nova designação.

ORGANIZAÇÃO



OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

COMENTÁRIO AO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E GERAIS DE 2021

Em 2019 o conselho de administração da IGCP promoveu um processo de reflexão estratégica, partindo da Missão legalmente assinalada à Instituição, e feitas as habituais análises de ambiente (interno e externo), com vista a identificar as prioridades a atingir no triénio 2019-2021.

Dessa reflexão resultou a identificação de quatro objetivos estratégicos:

- Melhorar a gestão da carteira de dívida e da tesouraria.
- Melhorar a previsão de Tesouraria.
- Elevar a experiência do Cliente.
- Valorizar processos e recursos.

Toda a orientação estratégica e o planeamento participativos serviram como forma de motivação, envolvimento e partilha de responsabilidades na definição e cumprimento de objetivos e metas da Agência.

O ano de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia do vírus SARS-CoV-2, reconhecida em 11 de março pela Organização Mundial de Saúde.

O IGCP preparou e implementou um plano de contingência tendo como objetivo assegurar a continuidade do cumprimento da sua missão de forma eficiente e em condições de segurança e saúde dos seus colaboradores.

Seguindo as diretrizes dimanadas quer do Governo, quer da autoridade nacional de saúde, a Agência adaptou o seu modo de funcionamento às circunstâncias impostas pelo contexto da pandemia, ajustando, nomeadamente, a organização do trabalho, por via da introdução do teletrabalho, de escalas de rotatividade do trabalho prestado presencialmente e da permissão de horários diferenciados.

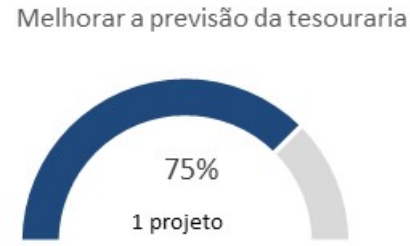
GRAU DE EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE 2021

AVALIAÇÃO DE OBJETIVOS

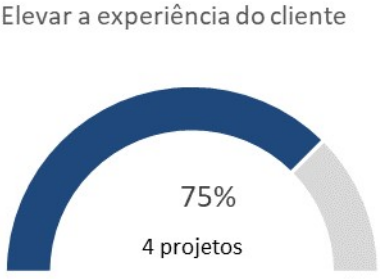
Grau de execução dos objetivos face ao previsto para 2021

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

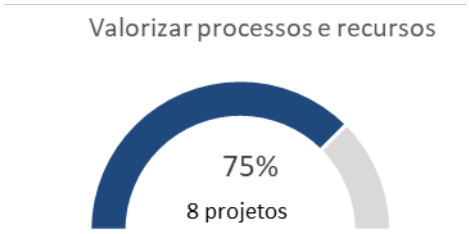
OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2



OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3



OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4



OBJECTIVO 5

Objetivo adicional, criado para acomodar os projetos que não têm enquadramento nos Objetivos do Plano Estratégico, mas pela sua importância fazem parte do planeamento do IGCP.

ATIVIDADES DE SUPORTE À GESTÃO

PROCESSO DA DÍVIDA DE RETALHO

Registou-se em 2021 um ligeiro decréscimo da relevância relativa da dívida de retalho no stock da Dívida Direta do Estado que passou a ser de 10,9% (11,1% em 2020).

Através do quadro abaixo, indicamos a distribuição dos principais instrumentos da dívida de retalho – Certificados de Aforro (CA), Certificados do Tesouro (CT) a dez anos, Certificados do Tesouro Poupança Mais (CTPM), Certificados do Tesouro Poupança Crescimento (CTPC) e Certificados do Tesouro Poupança Valor (CTPV), reportada a 31 de dezembro de 2021.

Stock de Aforro

Produto	saldo vivo / stock	
	Quantidade	Valor (milhões euros)
CA série A	109 027	126
CA série B	1 590 476	7 356
CA série C	248 596	2 281
CA série D	133 393	672
CA série E	327 677	2 034
CT 10 Anos	14 507	193
CTPM	202 528	3 381
CTPC	816 766	13 118
CTPV	73 078	1 156
Total	3 516 048	30 317

Fonte: SPA - Sistema Produtos de Aforro

No final de 2021 existiam cerca de 3,5 milhões de subscrições vivas, correspondentes a um valor de cerca de 30,3 mil milhões de euros, superior em cerca de 536 milhões de euros ao registado no fim do ano transato.

No quadro seguinte podemos detalhar a posição no final de 2021 por escalões de antiguidade, donde se pode concluir que o aforro é mantido por longo tempo por parte dos seus titulares - mais de 4 anos por cerca de 47% dos investidores e mais de 10 anos por 24,7% dos investidores.

No final de 2021 existiam cerca de 3,5 milhões de subscrições vivas, correspondentes a um valor de cerca de 30,3 mil milhões de euros, superior em cerca de 536 milhões de euros ao registado no fim do ano transato.

No quadro seguinte podemos detalhar a posição no final de 2021 por escalões de antiguidade, donde se pode concluir que o aforro é mantido por longo tempo por parte dos seus titulares - mais de 4 anos por cerca de 47% dos investidores e mais de 10 anos por 24,7% dos investidores.

Antiguidade das aplicações de Aforro

Escalões	Número Contas
Até 6 meses	8,3%
Mais de 6 meses até 2 anos	23,4%
Mais de 2 anos até 4 anos	21,4%
Mais de 4 anos até 10 anos	22,3%
Mais de 10 anos até 20 anos	6,6%
Mais de 20 anos	18,1%

Fonte: SPA - Sistema Produtos de Aforro

OPERAÇÕES DE AFORRO EM 2021

A variação do stock dos produtos de aforro é o resultado dos fluxos abaixo discriminados:

- Subscrições de CA e CTPC/CTPV: EUR 5.346 milhões;
- Resgates de CA, CT, CTPM e CTPC: EUR 1.034 milhões;
- Capitalizações de CA: EUR 148 milhões;
- Reembolsos de CA - C (23 milhões de euros), CT a dez anos (794 milhões de euros) e CTPM (3.109 milhões de euros): 3.925 milhões de euros.

Variação do *stock* anual de Aforro

Operações de Aforro	Variação (milhões
Subscrição CA	724
Subscrição CTPC	3 465
Subscrição CTPV	1 156
Capitalizações de CA	148
Acréscimo	*5 494*
Resgate CA	601
Resgate CT 10 Anos	2
Resgate CTPM	92
Resgate CTPC	338
Reembolso série C	23
Reembolso CT-10 Anos	794
Reembolso CTPM	3 109
Decréscimo	*4 958*
Variação anual do stock de Aforro	*+ 536*

Fonte: SPA - Sistema Produtos de Aforro

Constatamos também um acréscimo de 11% nas operações efetuadas em 2021 face ao ano anterior, estando refletidos no quadro abaixo os dados referentes a 2021.

Quantidade de Operações de Aforro

Subscrição CA	121 215
Subscrição CTPC	284 819
Resgate CA	70 716
Resgate CT 10 Anos	280
Resgate CTPM	*8 021*
Resgate CTPC	25 062
Total	510 113

Fonte: SPA - Sistema Produtos de Aforro

OUTRAS OPERAÇÕES SOBRE PRODUTOS DE AFORRO

No âmbito da dívida de retalho salienta-se a importância que é atribuída ao relacionamento com o Cliente particular, seja sob a forma do atendimento presencial ou telefónico, seja através do tratamento das operações e do frequente expediente que é tratado.

O estado pandémico, vivido durante o ano de 2021, implicou a alteração das condições de atendimento presencial do público no IGCP, que passou a ser realizado, para um número mais restrito de assuntos e com prévio agendamento.

O atendimento telefónico e as solicitações por email intensificaram-se, o que implicou uma certa reorganização do trabalho e das prioridades.

No âmbito da sua atividade o SDR é ainda responsável por um conjunto substancial de operações que, pela sua natureza, requerem um tratamento muito específico e nas quais se incluem o controlo da qualidade dos dados de Clientes, o controlo global das operações realizadas, tenham elas sido efetuadas no IGCP, nos CTT ou na AMA, assim como a realização de algumas operações sensíveis, entre as quais destacamos a imobilização de contas ou de subscrições, o resgate em contas de menores ou de maiores acompanhados, a abertura e alteração de clientes/contas, a integração de contas, a emissão de novas vias das subscrições, as alterações de movimentador, a inserção e alterações de moradas e IBAN, a transmissão de Certificados para herdeiros – realce-se neste caso a análise e tratamento de 3.623 processos de habilitação de herdeiros, quando em 2020, com a colaboração de 3 estagiárias num período de cerca de 3 meses, foram tratados 3.959 processos.

Em 2021, há ainda a destacar um significativo expediente no âmbito da prestação de informações sobre a existência de produtos de aforro e efetuadas penhoras sobre os mesmos, solicitado por várias Entidades oficiais, dos quais se destacam os Tribunais, Agentes de Execução, Administradores Judiciais, Autoridade Tributária e Aduaneira e Segurança Social.

AFORRONET

O *AforroNet* representa o balcão eletrónico disponibilizado pelo IGCP, através do qual podem ser realizadas diversas operações, entre as quais destacamos o pedido de subscrição de CA – série E e CTPC até

10/09/2021 e CTPV após 13/09/2021, com geração de referência Multibanco para pagamento, o resgate de CT, CTPM, CTPC e CA – série E, a consulta diária à carteira de aforro, assim como a disponibilização de extrato digital mensal e a emissão de declaração de rendimentos e imposto retido para efeitos fiscais.

O IGCP continua a promover e a potenciar o *AforroNet* de forma sistemática, decorridos que estão mais de 14 anos após a sua entrada em produção, contando em termos globais, no final de 2021, com mais de 118 mil utilizadores ativos, correspondentes a 18,4% do universo total dos Clientes ativos de aforro (16,3% em 2020), os quais foram responsáveis em 2021 pelas operações abaixo detalhadas:

- cerca de 129 mil pedidos de subscrição, correspondentes a um montante total de cerca de 922 milhões de euros, cerca de 28% superior ao do ano anterior;
- cerca de 22 mil pedidos de resgate no valor de mais de 175 milhões de euros.

Admitimos também que o estado pandémico, a partir do final do 1º trimestre de 2020, terá contribuído também para um incremento das operações eletrónicas em detrimento das efetuadas presencialmente.

O *AforroNet* continua a representar uma plataforma privilegiada e estratégica de interação dos Clientes com os produtos de aforro e com o IGCP, representando um menor encargo na colocação desses produtos de aforro em cerca de 2,5 milhões de euros.

CONTRATOS RELACIONADOS COM A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE AFORRO

Encontram-se celebrados 2 contratos com os CTTs – um para a comercialização dos produtos de aforro e outro para prestação de serviços no âmbito dos mesmos produtos, ambos com a data de 20 de janeiro de 2020. Nestes contratos encontram-se definidas várias responsabilidades bilaterais, não só em termos operacionais e de comercialização, mas também em termos de RGPD, BCFT e de arquivo e de conservação de documentos.

Decorrente das negociações com a Agência para a Modernização Administrativa para a celebração de um novo contrato para a comercialização dos produtos de aforro (o anterior finalizava em 30 de outubro de 2020), foi possível celebrar um novo contrato em 2021, ainda que com efeitos a partir de 31 de outubro de 2020, e com uma duração de 3 anos.

Desde 1 de outubro de 2019 encontra-se em vigor um contrato com a Copidata, com a duração máxima de 3 anos, para o fornecimento do serviço de impressão, acabamento e entrega para expedição dos extratos periódicos a serem remetidos por via postal.

Os referidos 4 contratos são acompanhados periodicamente, com especial relevo para o controlo dos custos que os mesmos implicam para o IGCP – cerca de 22 milhões de euros em 2021.

No seguimento do Protocolo celebrado pelo IGCP com o IRN e o ex-ITIJ (atual IGFEJ), em 2012, continua o IGCP a assegurar a atualização da sua base de dados dos titulares de produtos de aforro e de rendas

vitalícias, com base nos dados recebidos da atualização das pessoas falecidas, registadas na base de dados do registo civil, cuja responsabilidade é da competência do IRN.

Assinale-se que o referido procedimento permitiu a imobilização em 2021 de mais de 2 mil contas de Clientes falecidos, salvaguardando os respetivos herdeiros de levantamentos não legítimos, assim como a prescrição a favor do Fundo de Regularização da Dívida Pública e consequente diminuição do *stock* da dívida em cerca de 6,3 milhões de euros.

OTIMIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO INTERNO E AGILIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE SUPORTE AOS PRODUTOS DE AFORRO

Decorrente da aplicação de metodologia *Kaizen*, no seguimento da colaboração em 2020 do *Kaizen Institute* Portugal, foram tomadas algumas iniciativas para agilização das tarefas de suporte aos produtos de aforro, assim como foi dada continuidade ao "*Kaizen* Diário", no qual o grupo de trabalho analisa e discute prioridades, assim como formas de as superar.

Realce-se uma nova versão do robot para a alteração de IBAN, na qual foram introduzidas validações complementares, assim como a implementação de um novo robot, este destinado à imobilização das contas aforro no seguimento dos dados transmitidos dos Clientes falecidos por parte do IRN, no âmbito do contrato que temos estabelecido.

INICIATIVAS JUNTO DE CLIENTES

Foram efetuados 3 tipos de *mailings* destinados aos nossos Clientes, cada um com objetivos muito específicos, mas todos no sentido de promover ações em benefício dos interesses dos nossos Clientes.

Face ao volumoso montante anual de reembolso das aplicações de aforro, quase 4 mil milhões de euros, foram enviados, de 2 em 2 meses, alertas de reembolso das respetivas aplicações para os Clientes aderentes ao *Aforronet* com endereço de email registado.

Aos herdeiros de Aforristas falecidos foram enviados ofícios, avisando-os da data de prescrição de Certificados de Aforro das séries A e B e dos procedimentos que deveriam ser observados para a instrução do necessário processo de habilitação de herdeiros junto do IGCP.

Relativamente a Aforristas com saldo *cash*, proveniente da devolução de transferências emitidas pelo IGCP para pagamento de juros, reembolsos e resgates, foi também tomada uma iniciativa de mailing, dando conhecimento da existência desse saldo, assim como dos procedimentos a observar para atualizar o IBAN registado na respetiva conta aforro.

A TESOURARIA DO ESTADO

VISÃO GERAL DA TESOURARIA DO ESTADO

O regime da tesouraria do Estado (RTE), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho e reforçado anualmente, pela Lei do Orçamento do Estado (LOE), veio definir o princípio de unidade da tesouraria do Estado (UTE), segundo o qual toda a movimentação de fundos públicos deve ser centralizada em contas bancárias no IGCP. A UTE é, pois, um instrumento fundamental para a otimização da gestão da liquidez e do financiamento do Estado.

O universo de organismos públicos abrangidos pelo cumprimento da UTE tem vindo a ser alargado pelas sucessivas LOE, estando neste momento delimitado aos Serviços Integrados (SI), aos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e às entidades do Setor Empresarial do Estado (SEE). A este universo de Clientes da tesouraria do Estado, associam-se os Organismos não sujeitos à unidade da tesouraria do Estado (ONSUTE), como os serviços da Segurança Social, Regiões Autónomas e Municípios, que pese embora não sejam obrigados legalmente, podem dispor de contas no IGCP.

Para efeitos da centralização de fundos, o IGCP presta serviços bancários ao universo dos organismos públicos, seus Clientes, orientando a sua atividade no sentido da dinamização de serviços desmaterializados, assentes nas melhores práticas bancárias, que ditam a preterição de meios de pagamento em suporte físico, não compatíveis com a segurança, celeridade e transparência exigível na sua movimentação.

Neste contexto, o IGCP tem assumido como prioridades o alargamento da rede de cobranças do Estado (RCE) a novos Clientes, a disseminação de terminais de pagamento automático (TPA – móveis, fixos e virtuais) e a emissão de cartões do Tesouro Português. Esta ação visa a redução dos custos do Estado com o tratamento e recolha de numerário e cheques e a mitigação dos riscos operacionais inerentes à utilização de meios de pagamento em suporte físico.

CUMPRIMENTO DA UNIDADE TESOURARIA DO ESTADO

Durante o ano de 2021 foram desenvolvidas várias ações de promoção da UTE que em muito contribuíram para atingir o nível de disponibilidades centralizadas na tesouraria do Estado indicado no ponto relativo à evolução dos clientes, contas e disponibilidades no IB. do presente relatório.

A promoção da UTE junto dos organismos públicos foi realizada através de reuniões, celebração de protocolos de prestação de serviços, emissão de pareceres sobre a UTE, e bem assim, através da implementação da nova plataforma de prestação de serviços bancários online, conforme mencionado no ponto seguinte, o *Internet Banking* e de forma constante, através dos gestores de conta.

No decurso dessas ações, o IGCP procurou sempre aconselhar os organismos a utilizar as ferramentas que melhor se adequam à sua realidade, dentro do leque de serviços bancários prestados.

Nestes termos, em 2021 foram realizadas 31 reuniões com organismos públicos. Destaque-se todo um trabalho contínuo de acompanhamento desenvolvido entre o IGCP e a TAP, que conduziu à centralização da generalidade dos pagamentos/recebimentos em euros, dessa entidade, ao nível nacional, em contas na tesouraria do Estado. Trabalho que terá continuidade em 2022.

São também de destacar todas as reuniões realizadas com a DGRSP, no sentido de desenhar a melhor solução para a centralização dos fundos, geridos por essa Direcção-Geral, relativos aos reclusos. A solução encontrada, está em fase de implementação e contará com a parceria da AMA, enquanto facilitador tecnológico.

Das ações empreendidas pelo IGCP, resultou também a celebração de 27 protocolos de prestação de serviços, 19 dos quais, para a disponibilização de TPA, 5 relativos a depósitos de cauções a favor de terceiros, 2 no âmbito dos Documentos Únicos de Cobrança (DUC) e um para a validação do par IBAN/NIF.

Nos termos do nº 5, do artigo 172º, da Lei nº 75-B/2020, 31 de dezembro, os serviços e entidades públicas podem ser dispensados do cumprimento da UTE. Cumulativamente, pelo nº 5, do artigo 115º, do DL nº 84/2019, de 28 de julho, pode o IGCP, em situações excecionais devidamente fundamentadas, autorizar a dispensa do cumprimento desse princípio, pelo prazo máximo de dois anos.

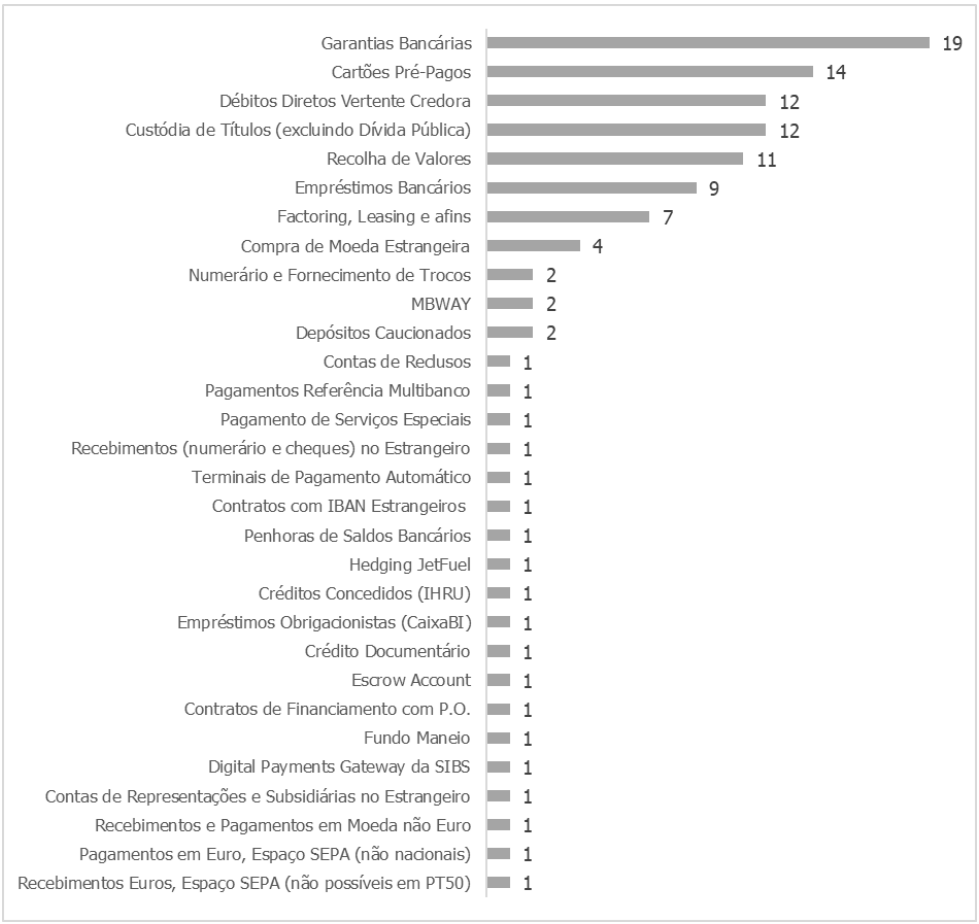
Em 2021 foram apresentados ao IGCP 54 pedidos de isenção do cumprimento da UTE, 57% dos quais foram formulados por entidades do SEE. É ainda de realçar que dos pedidos apresentados para apreciação, 19% respeitaram a serviços do Ministério das Infraestruturas e Habitação, 17% do Ministério da Saúde e 13% do Ministério do Ambiente e Ação Climática.

Os pareceres emitidos foram comunicados aos respetivos organismos públicos, à DGO, à IGF e à DGTF (no caso de organismos do SEE).

O gráfico seguinte, ilustra os motivos apresentados pelos serviços e entidades públicas, para sustentar os pedidos de dispensa requeridos

Os quatro motivos mais frequentemente invocados nos pedidos de dispensa do cumprimento da UTE são: Garantias Bancárias, Cartões Pré-Pagos, vertente credora dos Débitos Diretos e a Custódia de Títulos (excluindo Dívida Pública), os quais representam 50% dos motivos invocados para a dispensa.

Motivos dos Pedidos de Dispensa da UTE



Ainda no âmbito do cumprimento da UTE, o IGCP presta trimestralmente informação sobre os valores das disponibilidades e aplicações financeiras detidas pelos organismos públicos na tesouraria do Estado, à DGTF (sobre, organismo do SEE), ao INE da RAM (sobre, organismos da RAM) e à ACSS (sobre, organismos do Ministério da Saúde).

O INTERNET BANKING

No decurso do ano de 2021 foi finalizada a implementação do IB, nova plataforma online de prestação de serviços bancários, que substituiu o *Homebanking* (HB), destinada a ser utilizada pelos serviços e entidades públicas com contas bancárias na tesouraria do Estado.

Esta nova plataforma integra as melhores práticas em termos de segurança, usabilidade e eficiência, aproximando-se às aplicações similares disponibilizadas pela banca comercial.

Pretendeu-se, pois, melhorar a prestação dos serviços bancários por parte do IGCP, incentivando os organismos públicos a aprofundar o cumprimento da UTE. As grandes melhorias assentaram em 5 pilares:

- Na melhoria dos mecanismos de autenticação e assinatura - Pelo alargamento da ferramenta de assinatura digital, ao Cartão do Cidadão e da autenticação, com recurso à Chave Móvel Digital;

- Na agilização da gestão de utilizadores – Ao possibilitar aos serviços e entidades públicas a gestão dos seus próprios utilizadores e a recuperação de palavras-chave de forma rápida segura, na aplicação;
- Na disponibilização de informação mais abrangente – Como certidões e extratos bancários, comprovativos de movimentos e receção de notificações sobre a concretização de pedidos;
- Numa nova abordagem nas consultas aos movimentos bancários - Refletindo o seu efetivo recebimento ou pagamento e em simultâneo, permitindo conhecer o estado de qualquer meio de pagamento e aceder ao valor integral do Património do Cliente no IGCP;
- Na melhoria dos canais de comunicação entre o IGCP e os Clientes – Ao privilegiar o diálogo com o gestor de conta, através da caixa de correio interna da nova aplicação.

A fim de garantir uma transição adequada entre o HB e o IB, o IGCP finalizou também no ano em reporte a concretização do plano de comunicação, iniciado no ano anterior, com vista a auxiliar a sua divulgação e utilização e tendo como destinatários, quer os dirigentes dos serviços e entidades públicas, quer os respetivos colaboradores, seus futuros utilizadores.

A implementação do IB implicou ainda um intenso trabalho de recolha e atualização de dados dos organismos/utilizadores, tarefa essa que, não só possibilitou:

i. a adequada difusão do plano de comunicação desenvolvido;

ii. a implementação do novo processo de gestão de utilizadores,

como, foi indispensável para que, os utilizadores dos organismos públicos pudessem aceder à nova plataforma.

Em 2021 foi medida a satisfação dos Clientes (organismos públicos), nomeadamente ao nível dos serviços bancários prestados através do IB, a qual, no âmbito do inquérito de satisfação realizado no ano em reporte, passou de 73%, em 2017, para 93%, em 2021.

EVOLUÇÃO DE CLIENTES, CONTAS E DISPONIBILIDADES NO HB/IB

A análise das contas de terceiros abertas na tesouraria do Estado, em 2021, toma como referência o universo de Clientes que utilizaram o IB, aplicação que funciona como o suporte informático privilegiado para o adequado cumprimento da UTE.

O número de Clientes e contas no IB apresentaram ambos, no final de 2021, um acréscimo de 3% face ao ano transato.

Os SI e os SFA continuam a ser os grupos de Clientes com mais expressão na tesouraria do Estado, representando cerca de 68% dos Clientes e sendo titulares de 78% das contas bancárias domiciliadas nessa plataforma.

Considerando o valor das disponibilidades dos serviços e entidades públicas na tesouraria do Estado, verificou-se um acréscimo de 4.879 milhões de euros, entre 2020 e 2021. Esta variação resulta,

essencialmente, do acréscimo dos valores aplicados em CEDIC, que ascendeu a cerca de 10,5 milhões de euros, face ao ano anterior. Em simultâneo, verificou-se uma diminuição dos valores mantidos em depósitos à ordem, em cerca de 5,2 milhões de euros, o que evidencia a deslocação destes valores para a subscrição de CEDIC. Por sua vez. as subscrições em CEDIM sofreram um decréscimo de 38%, em 2021.

Por tipo de Cliente, os valores das disponibilidades dos SFA e dos ONSUTE representavam no final de 2021, respetivamente, 45% e 36% do total. A maior variação positiva no valor das disponibilidades verificou-se no grupo dos SFA (aumento de 25%, em relação ao ano anterior), que resultou de um incremento das subscrições em CEDIC (mais 5.750 milhões de euros, que em 2020).

Clientes, Contas e Disponibilidades na Tesouraria do Estado

Tipo Cliente	Nº Clientes		Nº de Contas		Disponibilidades (milhões euros)							
					Dep. Ordem		CEDIC		CEDIM		TOTAL	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
ONSUTE	62	71	210	219	6 298	4 421	2 995	6 362	0	0	9 293	10 782
SEE	147	154	502	542	2 149	1 287	887	2 195	25	21	3 061	3 504
SFA	247	252	1 513	1 547	6 548	3 778	3 163	8 914	909	559	10 620	13 250
SI	227	228	1 213	1 230	1 784	2 049	0	52	0	0	1 784	2 101
TOTAL	683	705	3 438	3 538	16 779	11 534	7 046	17 524	934	580	24 759	29 638

SERVIÇOS BANCÁRIOS

Pese embora todo o trabalho de divulgação dos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, por força do estado pandémico vivido (que conduziu ao fecho das atividades, iniciado em 2020 e mantido em 2021), assistiu-se, no ano em reporte, à redução da utilização de alguns serviços bancários por parte dos organismos públicos como, os Depósitos Externos e do IGCP Charge Card.

Por outro lado, destaque-se o incremento de serviços como as transferências, cobranças Multibanco, cobranças TPA e cobranças DUC.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

A fim de garantir a segurança na utilização do IB, os acessos a essa aplicação têm de ser autenticados.

Por outro lado, todos os utilizadores do IB com perfis de Executor, de Autorizador e de Consultador (se o acesso tiver a característica de *Master* Utilizador, ou seja, com a valência de poder criar outros utilizadores no IB), estes apenas podem concretizar operações, se estas forem assinadas digitalmente com recurso a certificados digitais.

Com o IB, a autenticação e a assinatura de operações passaram a poder ser feitas quer com recurso a certificados digitais da Multicert, quer através do Cartão do Cidadão. No final do ano necessitavam de

certificado digital para aceder e assinar operações no IB, 4.311 utilizadores, dos quais 95% acediam com cartões Multicert e 5% com Cartão do Cidadão.

Os encargos com a certificação digital da Multicert são suportados pelos Clientes e rondaram, em 2021, cerca de 81 mil euros (menos 12%, que no ano transato).

DEPÓSITOS EXTERNOS

Tendo em conta que o IGCP não dispõe de balcões de atendimento e que não recebe valores com suporte físico, existe no IB a funcionalidade de Depósitos Externos, de forma a permitir o depósito no IGCP dos valores das cobranças arrecadadas pelos organismos Clientes, em numerário ou cheque.

Esta funcionalidade consiste no recebimento de valores (em numerário e cheque) em contas bancárias do IGCP, sediadas na banca comercial, a fim de que, e mediante a transmissão eletrónica de uma referência, inscrita no talão de depósito gerado pelo IB, seja efetuado o crédito imediato dos valores constantes dos mesmos, nas contas dos Clientes emissores desses talões.

Em 2021, 392 Clientes utilizaram a funcionalidade de Depósitos Externos (mais 9 Clientes, que no ano transato), ou seja 56% do universo de Clientes do IB.

A entrega desses valores é efetuada aos balcões dos 3 bancos aderentes – CGD, NB e MBCP, com os quais se acordaram um conjunto de procedimentos, vertidos em protocolos celebrados, os quais são validados diariamente, através de reconciliações manuais, entre as contas bancárias do IGCP neles domiciliadas e as contas *nostro* (que refletem os movimentos de cada conta de depósitos externos do IGCP, na banca comercial).

O quadro seguinte ilustra a aceitação dos Depósitos Externos em 2021.

Tipo Depósito	Quantidade Talões de Depósito	Valor (milhões euros)
Numerário	200 700	70
Cheques	26 739	114
Total	227 439	184

Em termos comparativos com o ano anterior, constatamos uma diminuição de cerca de 9% na quantidade de talões de depósito apresentados e uma diminuição de cerca de 11% do montante depositado.

88% dos talões de depósito referem-se a numerário, mas o seu valor representa apenas 38% do total depositado.

O Cliente que mais utiliza o depósito em numerário é o Instituto de Registos e Notariado, que efetuou 77.414 depósitos (39%, do total dos talões de numerário), aos quais corresponderam cerca de 17 milhões de euros de valores arrecadados (24%, do valor total destes depósitos). Em termos de depósitos em numerário, destaque-se ainda, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes com 21.416 depósitos

efetuados (6%, do total dos talões) e a DOCAPESCA, com valores depositados que ascenderam a cerca de 7,6 milhões de euros (11%, do valor total destes depósitos).

Nos depósitos de cheques, o Cliente que mais depósitos realiza é o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, com 16.309 talões (61%, do total dos talões de cheques), correspondendo a cerca de 6,4 milhões de euros de valores arrecadados, por esta via (6%, do valor total destes depósitos). Quanto aos montantes de cheques depositados, destaque-se a DOCAPESCAS com 22,7 milhões de euros de valores arrecadados (20%, do valor total destes depósitos), com 2.437 talões realizados (9%, do total dos talões de cheques).

Importa ainda referir que na sequência das reconciliações manuais, efetuadas diariamente, podem ser apuradas divergências entre talões emitidos e talões transmitidos pelos bancos, as quais implicam a regularização das contas dos Clientes e das contas *nostro* dos bancos envolvidos. A maioria das regularizações recaem nos depósitos em numerário.

IGCP *CHARGE CARD*

O IGCP em parceria com a UNICRE emite o cartão do "Tesouro Português", disponibilizado aos Clientes em três versões: Base, Base Viagens e *Plus*. O cartão destina-se a auxiliar na gestão dos fundos de maneio e a facilitar os pagamentos de despesas com deslocações em serviço (em Portugal e no estrangeiro).

Em 2021, o total de cartões atribuídos diminuiu cerca de 5% face ao ano anterior, com a versão *Plus*, destinada ao pagamento das deslocações, a ser responsável por 78%, desse decréscimo (56 cartões). No final de 2021 existia um total de 1.491 cartões IGCP *Charge Card* ativos. Esta diminuição reflete o impacto da situação pandémica.

Estes cartões permitiram executar despesas públicas que rondaram 7,9 milhões de euros (menos 0,6 milhões, que em 2020), as quais englobam compras de cerca de 6,9 milhões de euros e levantamentos de cerca de 1 milhão de euros. Em ambas as componentes se registou um decréscimo: 2% nas compras e 29% nos levantamentos, face ao ano transato.

Para a redução das despesas executadas com este cartão, em muito contribuiu a versão *Plus*, que apresentou um decréscimo de 20%, refletindo as restrições às deslocações, impostas pela situação atípica vivida em 2021, fruto da pandemia.

O cartão mais requisitado pelos Clientes continua a ser o da versão Base (1.197), cujas despesas foram 82% realizadas em compras e 18% em levantamentos. Esta versão é responsável por 96% do total das despesas realizadas com levantamentos. No entanto, em 2021 assistiu-se a um desvio de 7% das despesas com levantamentos para compras, face a 2020.

Os encargos relativos às operações de levantamento – *cash-advance* com o cartão da versão Base são maioritariamente suportados pelo IGCP, cifrando-se os mesmos em cerca de 9 mil euros, tendo os Clientes utilizadores suportado um custo que rondou os 7 mil euros.

IGCP Charge Card

Versão	Compras		Levantamentos			Total das Despesas (mil euro)
	Valor (mil euro)	% do Total	Nº	Valor (mil euro)	% do Total	
Base	4 604	67%	8 088	1 042	96%	5 646
Base Viagens	482	7%	0	0	0%	482
Plus	1 766	26%	306	39	4%	1 805
Total	6 852	100%	8 394	1 081	100%	7 933

A versão *Plus* continua a ser utilizada maioritariamente para a realização de compras, tendo os levantamentos uma expressão reduzida (cerca de 2% do montante global de despesa realizada por este tipo de cartão).

A versão Base Viagens, com 104 cartões ativos, foi responsável por 7% das despesas totais realizadas com a opção de compras.

COBRANÇAS MULTIBANCO

No âmbito dos serviços bancários prestados pelo IGCP, alguns Clientes com contas abertas no IB têm vindo a arrecadar as suas receitas através da utilização da funcionalidade de pagamentos de serviços das caixas automáticas multibanco da SIBS.

No final de 2021 existiam 88 organismos aderentes ao serviço de cobranças multibanco (12,5% do universo total de Clientes), detentores de 318 entidades multibanco, tendo sido efetivadas mais de 9,8 milhões de operações de pagamento de serviços (cerca de 29% superior às de 2020), no valor total de 1.579 milhões de euros, valor este que é 26% superior ao do ano anterior.

Destacam-se as operações do IRN que representam 58% do total do ano em relato.

Os maiores valores cobrados observaram-se nas subscrições de produtos de aforro, via *AforroNet*, representando 59% do total e as receitas do IRN que significaram 21% do valor anual.

Os encargos totais decorrentes destas operações, assumido pelos respetivos Clientes, proprietários de cada entidade multibanco, ascenderam a 7,3 milhões de euros.

DÉBITOS DIRETOS

Decorreu também em 2021, o apoio e acompanhamento dos Clientes no âmbito dos débitos diretos SEPA.

Relembra-se que o IGCP assegura a vertente devedora dos débitos diretos, não satisfazendo a vertente credora, dispensando do cumprimento da UTE, todos os Clientes que requisitam esse serviço.

Em face das ações de promoção e dos vários contatos estabelecidos junto dos Clientes, foi possível atingir-se os seguintes resultados:

- Foram aceites mais de 59 mil instruções de débito, cerca de 4 mil mais, que no ano anterior;

- O valor dessas instruções de débito ascendeu a 69,5 milhões de euros, valor este inferior em 0,5 milhões de euros ao do ano anterior (ou seja, 0,7%);
- Assinalam-se os Clientes com maior número de instruções de débito: a ARSLVT, com 4.699, as Águas do Vale do Tejo, com 4.663 e as Águas do Tejo Atlântico, com 4.558;
- Sinalizam-se também os Clientes com montantes mais elevados de instruções de débito: os Comboios de Portugal, com 7,8 milhões de euros, as Águas do Atlântico, com 7,3 milhões de euros e a Imprensa Nacional Casa da Moeda, com 7,1 milhões de euros.

A principal entidade credora das instruções de débito é a Unicre em resultado da utilização por parte dos nossos Clientes, dos cartões IGCP *Charge Card*, com 8.487 IDD cujo montante total pago ascende a 8,6 milhões de euros.

TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS

Durante o ano de 2021, foram recebidas cerca de 1,3 milhões de transferências interbancárias (mais 18%, que em 2020), por parte do universo de Clientes, a que correspondeu um valor de cerca de 132.523 milhões de euros (mais 20%, que em 2020).

Transferências SEPA

Transferências Recebidas	Quantidade	Valor (EUR milhões)
Internas	524 495	106 899
Externas	809 079	25 624
Total	1 333 574	132 523
Transferências Emitidas	**Quantidade**	**Valor (EUR milhões)**
Internas	246 380	81 933
Externas	8 547 357	67 015
Total	8 793 737	148 948

Quanto às transferências emitidas por Clientes, estas representaram um valor de 148.948 milhões de euros (valor superior em 22%, face a 2020), tendo sido emitidas mais de 8,7 milhões de transferências (4% superior ao ano anterior).

A emissão de transferências é fundamentalmente efetuada através de *upload* de ficheiros (95%), ainda que os montantes mais elevados sejam concretizados através do *online* do IB (60%).

TESOURARIA EXTERNA

Durante o ano 2021, promoveu-se a execução de todas as tarefas inerentes à verificação dos Pedidos de Transferências Interbancárias (PTI) – pagamentos em moeda diferente do EUR ou para países fora do espaço SEPA) inseridos pelos Clientes no IB e ordens de pagamento urgentes em euros (executadas via *TARGET2* (*Trans-European Automated Real-time Gross Settlement Express Transfer System*), assim como ao registo e validação dos fluxos na tesouraria externa (quer de pagamentos, quer de recebimentos), nas várias contas dos Clientes domiciliadas na tesouraria do Estado.

Em termos de recebimentos na tesouraria externa, verificou-se em 2021 um crescimento de 17% na quantidade de operações e um decréscimo de 36% no valor das mesmas. Releve-se o facto de os cheques recebidos para negociação representarem 11% dos recebimentos (com menos 48 cheques recebidos que em 2020) e 7% dos montantes arrecadados na tesouraria externa.

Os montantes recebidos, expressos em USD, representaram 76% do valor das transferências e 97% do montante dos cheques aceites. Das operações de transferências externas recebidas, 55% foram em USD e 78% dos cheques recebidos para negociação foram expressos também em USD.

Foram emitidas mais de 12 mil transferências internacionais (52%, das quais em EUR), correspondentes a um valor de cerca de 616 milhões de euros (69%, do qual em EUR e 23%, em USD). Dos pagamentos em euros, 317 milhões foram executados via *TARGET2* (75%). Face a 2020, registou-se um aumento de 98% no valor das transferências e 49% na quantidade dessas operações.

A quantidade e o valor dos cheques emitidos são de representatividade pouco significativa.

Tesouraria Externa

Recebimentos	Quantidade	Valor (milhões euros)
Transferências	1 475	28
Cheques	188	2
Total	1 663	30
Pagamentos	**Quantidade**	**Valor (milhões euros)**
Transferências	12 449	616
Cheques	1	não representativo
Total	12 450	616

EMISSÃO DE CHEQUES

As emissões de cheques nacionais são efetuadas pelos organismos Clientes, através das contas por eles tituladas, domiciliadas no SGT-CC e no IB.

Foram emitidos 510.229 cheques, mais 1%, que em 2020, tendo o seu valor ascendido a cerca de 487 milhões de euros, ou seja, 3% superior ao ano anterior.

O acréscimo verificado na quantidade de cheques (mais 5.764, que em 2020), resulta da existência de mais 7.365 cheques emitidos pela AT, que no ano transato. Este acréscimo verificado nas emissões da AT é atenuado pela diminuição dos cheques emitidos pelos Clientes com contas no IB, de menos 3.741 cheques.

Em termos de montantes, assiste-se também a um aumento de cerca de 15 milhões de euros, voltando a AT a ser responsável por mais de 20 milhões de euros desse acréscimo e os Clientes do IB a atenuar essa variação positiva, com a redução de mais de 6 milhões de euros, nos montantes dos cheques emitidos.

De salientar que em 2021, o FAT iniciou a emissão de cheques através de balcão próprio do SGT-CC, tendo nesse ano emitido 2.162, no valor total de cerca de 335 mil euros.

Mais de 99% das emissões promovidas pela AT são de cheques tipo "04"3, em resultado das quais, o IGCP já suportou, entre 2008 e 2021, um encargo global de mais de 5,3 milhões de euros.

Emissão de Cheques

Clientes	Nº Cheques	Valor (mil euros)
AT	497 743	451 803
IGFEJ	4 000	2 849
IRN	1 816	105
FAT	2 162	335
Restantes Clientes	4 508	31 628
Total	510 229	486 719

Fonte: *Homebanking + Internet Banking*

VALIDAÇÃO DA CONFORMIDADE ENTRE IBAN/NIF

O IGCP tem contrato celebrado com a APB e com a SIBS, desde 2007, através do qual é possível garantir aos Clientes, aderentes ao serviço e com os quais é estabelecido um protocolo, a validação do par IBAN/NIF, assegurando-se assim, que os respetivos pagamentos processados tenham o destinatário correto.

Os Clientes do IGCP que aderiram a este serviço são a AT, o IFAP, a AD&C, o IAPMEI e o COMPETE. Em 2021, promoveram-se cerca de 1.526.409 validações do par IBAN/NIF, sendo a AT responsável por 81% dos registos confirmados.

[3] De acordo com a cláusula 4.3 do protocolo IBAN/NIF (celebrado entre a ex-DGCI, a ex-DGT, a APB e a SIBS), com o objetivo de desincentivar a emissão de cheques por parte da ex-DGCI, determinou-se a aplicação de uma penalização e a forma de conhecer os cheques solicitados no âmbito do pagamento de reembolsos de impostos. A saber: *"A partir de Julho de 2007, caso seja necessário proceder à emissão de cheque para pagamento de reembolso de impostos, a DGT pagará ao Banco do Contribuinte 0,50 € (cinquenta cêntimos) por cada cheque emitido, atribuindo-lhe um código de "Tipo de Documento" específico,...".*

Refira-se que, face ao ano anterior, verifica-se um acréscimo do número de validações totais ocorridas na ordem dos 4%.

DISPONIBILIZAÇÃO DE TPA

Os TPA disponibilizados às entidades e serviços públicos pelo IGCP são subcontratados junto dos bancos que, nas consultas efetuadas, demonstraram apresentar as melhores condições. No final de 2021, encontravam-se sediadas em bancos, 227 contas de suporte ao fornecimento desses equipamentos.

As condições obtidas pelo IGCP junto da banca são as repassadas aos Clientes, sendo celebrados protocolos semelhantes com os bancos e com entidades e serviços públicos, em que a contraparte, em ambas as situações, é o IGCP.

Em 2021, o parque de equipamentos TPA disponibilizado pelo IGCP apresentou um crescimento de 4%, face ao ano anterior. No final do ano em reporte existia um total 5.393 TPA cedidos, entre TPA móveis, fixos, TPA associados a MVA e TPA virtuais, que permitiram a entrada de fundos públicos na tesouraria do Estado de cerca de 277 milhões de euros, sendo 48% relativos a cobranças do Instituto dos Registos e Notariado (com 14%, do número total de TPA cedidos) e 18% a cobranças da CP (a quem foi cedido, 23% do parque total de TPA).

As marcas *Visa, Mastercard, Amex, Discover*, JCB e China *Union Pay* determinaram a necessidade dos comerciantes, que aceitam pagamentos em TPA, com os seus cartões obterem um certificado, com o intuito de mitigar as ocorrências de fraude e garantir a segurança dos dados dos respetivos cartões.

No âmbito deste processo de obtenção da certificação PCI DSS (*Payment Card Industry – Data Security Standard*), o IGCP colaborou com uma empresa especializada para realizar auditorias e ministrar formação às entidades e serviços públicos, com equipamentos TPA disponibilizados pelo IGCP, que usam as marcas internacionais acima referidas (40 Clientes).

Em 2021, de uma amostra pré-definida, foram realizadas auditorias (à CP, à ANSR e a 10 Caixas do Tesouro, da AT) e ministrada uma formação (ao Centro Hospitalar de São João, EPE, à Autoridade Marítima, aos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, ao Centro Hospitalar Universitário do Algarve, EPE, ao Teatro Nacional de São João, à Direção de Finanças do Exército e ao Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE).

Das auditorias realizadas, conclui-se que o ambiente que rodeia o funcionamento dos terminais fornecidos pelo IGCP tem segurança. Ainda assim, pode (e deve) ser melhorada a capacidade de deteção de trocas maliciosas de terminais e ainda o conhecimento (formação) dos elementos envolvidos no contacto com estes terminais. Pelo que, em 2021, foram ainda publicitadas no IB, um conjunto de boas práticas a ter em conta no manuseamento dos TPA, bem como toda a documentação e vídeo que suportou a formação ministrada, no sentido de sensibilizar e alertar para a salvaguarda dos equipamentos e dos titulares dos cartões, condição indispensável para garantir a renovação anual da certificação PCI DSS.

OPERAÇÕES DE ANTECIPAÇÃO DE FUNDOS

No âmbito do nº 1, do artigo 30º do RTE foram realizadas, em 2021, as operações de antecipação de fundos, indicadas no quadro seguinte.

Os valores em dívida, no final de 2021, foram inferiores em cerca de 343 milhões de euros aos registados no final de 2020. A AD&C é a responsável por essa diminuição, tendo reduzido o valor em dívida no final de 2021 em cerca de 520 milhões de euros, face ao ano transato.

Das 84 operações realizadas em 2021 (mais 31, que em 2020), 4.201 milhões euros corresponderam a desembolsos (mais 7%, que em 2020) e 4.544 milhões de euros a amortizações (mais 11%, que em 2020).

Operações de Antecipação de Fundos

RTE - artigo 30º nº 1	Nº Operações	Stock da dívida em 31/12/2020 (milhões euros)	Desembolsos (milhões euros)	Amortizações (milhões euros)	Stock da dívida em 31/12/2021 (milhões euros)
ao abrigo da alínea b) - OE	12	0	1 382	1 382	0
ao abrigo da alínea c) - IFAP	3	0	63	63	0
ao abrigo da alínea e) - ADC	40	1 020	1 534	2 054	500
ao abrigo da alínea e) - IFAP	28	769	1 211	1 046	934
ao abrigo da alínea e) - SGMAI/FAMIFSI	1	0	12	0	12
Total	84	1 789	4 201	4 544	1 446

Fonte: *Homebanking*

O IGCP presta trimestralmente informação à DGO e anualmente ao Tribunal de Contas, sobre as operações de antecipação de fundos realizadas.

REDE DE COBRANÇAS DO ESTADO – RCE

Integram a RCE, as Entidades Administradoras/Liquidadoras, organismos públicos responsáveis pela emissão e administração de receitas arrecadadas através do DUC, cujas regras de utilização se encontram definidas na Portaria nº 1423 – I/2013, de 31 de dezembro, e as Entidades Cobradoras, responsáveis pela cobrança dos documentos emitidos pelas primeiras.

Em 2021, as Entidades Cobradoras foram as que abaixo se indicam:

- Entidades Colaboradoras na Cobrança (ECC), com quem o IGCP estabeleceu protocolos de cobrança DUC – APB (NB, Banco BPI, BST, BBVA, MBCP, CGD, CEMG, DB, CCAM, EuroBIC, BANKINTER e o NBA), a SIBS, os CTT e o IRN. Ascendeu a EUR 23,7 milhões de euros o custo para o IGCP dos protocolos existentes, face aos DUC cobrados em 2021 nas referidas Entidades;
- O IGCP que permite a cobrança de DUC, através dos canais: HB, IB e SGT-CC;
- Entidades Públicas com funções de Caixas do Tesouro (Portaria nº 959/99, de 7 de setembro) – Secções de Cobrança adstritas à AT.

O controlo e a gestão dos fluxos da RCE são efetuados com o apoio do Sistema de Cobranças do Estado (SCE), de forma a garantir a qualidade da informação de cobrança que circula na rede.

Este sistema permite auxiliar na execução das atividades de racionalização dos processos de arrecadação e controlo das receitas cobradas, mediante a confrontação entre a informação dos valores dos documentos cobrados e os correspondentes depósitos efetuados em contas do IGCP, domiciliadas nas Entidades Bancárias de apoio à rede.

Em paralelo, permite ainda auxiliar nas tarefas de controlo do processo de centralização de fundos, mediante a confrontação dos depósitos efetuados nas contas do IGCP na banca comercial, com os correlativos fundos transferidos para a tesouraria do Estado.

A RCE, através da utilização DUC, permitiu, em 2021, a arrecadação na tesouraria do Estado de valores emitidos por 19 Clientes, que rondaram 73 mil milhões de euros (mais 8%, ou seja, um aumento de cerca de 5 mil milhões de euros, que em 2020), dos quais 85% respeitam a receitas fiscais administradas pela Autoridade Tributária.

DUC Entidade Administradora

Clientes	DUC Cobrados	Valores Cobrados (mil euros)
ACT	3 021	1 862
ADSE	113 571	716 436
ANPC	11	35
ANSR	42 067	11 368
APA	91 562	68 823
APSS	11 547	18 310
AT	29 587 383	61 523 041
CGA	54 693	4 501 043
CSAE	55 258	26 699
DGO	12 832	4 842 857
DGPJ	6 938	346
ERS	18 974	9 032
ICNF	5 019	349
IFDR	110	1 937
IGFEJ	808 928	757 764
IHRU	4 965	462
ISP	32 397	202 853
SEF	98 002	28 435
TC	1 150	871
Total	30 948 428	72 712 522

Em termos do número de DUC cobrados, verificou-se, de 2020 para 2021, um aumento de cerca de 7,5%, tendo sido cobrados cerca de 31 milhões de documentos, sendo a AT responsável por 96% dos DUC pagos.

No quadro seguinte resumem-se, as cobranças DUC concretizadas pelas Entidades Cobradoras da RCE.

Os maiores volumes de cobrança foram realizados pelos Bancos aderentes à RCE, representando 58% do total, os quais são ainda responsáveis por cerca de 31% dos DUC pagos.

DUC por Entidade Cobradora

Entidades Cobradoras	Documentos Cobrados	Valores Cobrados (milhões euros)
Bancos	9 516 737	42 143
SIBS	17 181 724	10 593
CTT	1 579 071	1 886
Cx. Tesouro	2 489 979	5 973
IGCP	160 550	12 089
IRN	20 367	28
Total	30 948 428	72 713

Fonte: SCE

Por sua vez, a SIBS sobressai como a Entidade cobradora na qual foram pagos 56% dos documentos, sendo, no entanto, responsável por 15% do volume de cobranças.

As Caixas do Tesouro, por sua vez, foram responsáveis por 8% dos DUC cobrados e dos montantes arrecadados na RCE.

Os CTT cobraram 5% dos DUC em circulação, representando 3% dos montantes pagos em 2021.

Saliente-se que acresce, ao montante de cerca de 6 milhões de euros cobrado por DUC pelas Caixas do Tesouro, o valor recebido através dos designados não-DUC que, em 2021, ascendeu a cerca de 1,1 milhões de euros.

De salientar ainda, que em 2021 encetaram-se importantes passos com a AMA, no sentido de esta passar a funcionar em articulação com o IGCP, como facilitador técnico junto dos serviços e entidades públicas na geração das referências DUC e nas trocas dos respetivos ficheiros de emissão e de cobrança.

Esta parceria entre o IGCP e a AMA, que possibilitará a disponibilização na Plataforma de Pagamentos da Administração Pública, dos Pagamentos ao Estado, pretende:

- Dinamizar a integração na RCE de entidade com reduzida capacidade tecnologia;
- Melhorar a informação de gestão para as entidades administradoras dos DUC.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DAS CAIXAS DO TESOURO

Para assegurar a prestação dos serviços bancários de apoio às Caixas do Tesouro, no âmbito da RCE, o IGCP detém 389 contas bancárias, apoiadas pelo NB e NBA, com os quais se estabeleceram contratos de prestação de serviços bancários.

Estes contratos surgiram na sequência do concurso lançado em 3 lotes – 2 lotes (A e B) constituídos por caixas do Continente e da Madeira, cada um com 184 caixas do Tesouro e 1 lote (C) com as 21 caixas do Tesouro dos Açores.

Os 2 lotes de Caixas do Tesouro do Continente e da Madeira foram adjudicados ao NB e o lote das Caixas do Tesouro dos Açores foi adjudicado ao NBA.

Conforme competência do IGCP, tratando-se de Caixas do Tesouro, foi ainda assegurada a certificação das suas contas de gerência, certificação essa que é efetuada anualmente e também sempre que mudam os responsáveis das caixas.

Esta responsabilidade implica a conferência dos fluxos financeiros que ocorrem nas 389 contas bancárias, atrás assinaladas, com os fluxos financeiros e contabilísticos reportados pelas Caixas do Tesouro no âmbito do sistema de cobranças do Estado.

Saliente-se ainda a participação do IGCP, colaborando nomeadamente com o Tribunal de Contas, na revisão da Instrução 1/99 do TC, que enquadra a responsabilidade pela apresentação das contas de gerência das Caixas do Tesouro. A nova Instrução sobre a matéria produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022.

REEMBOLSOS DE VIAGENS DA UE

A União Europeia (UE) participa no pagamento de viagens dos colaboradores dos organismos públicos que se deslocam a determinadas reuniões, promovidas no âmbito da Comissão e do Conselho.

Ao nível do Conselho, no início de cada ano, está previsto um "envelope" financeiro destinado a reembolsar as despesas efetuadas pelos organismos, na sequência das reuniões promovidas por esta Instituição. Os pedidos de reembolso são solicitados pelos Clientes ao IGCP, que os confirma quanto à sua elegibilidade e os arquiva digitalmente, para efeito das auditorias periodicamente efetuadas pelo Conselho. Para os pedidos elegíveis, o IGCP procede ao pagamento do reembolso a favor do serviço ou entidade pública requerente.

Em 2021, o Conselho Europeu realizou auditoria aos reembolsos pagos entre 2015 e 2020. Das 2.945 viagens pagas nesses 6 anos, foi verificada uma amostra de 260 viagens (9%, do total), 45 viagens, por ano, entre 2015 a 2019 e 35 viagens, em 2020. Em resultado da auditoria foram corrigidas 11 viagens. O Conselho Europeu emitiu a seguinte recomendação a Portugal "Manter o mesmo bom nível de verificação e precisão do processo, em termos de elegibilidade, pertinência de dados e informações gerais recolhidas".

O pagamento dos reembolsos das viagens à Comissão Europeia é executado pelo IGCP mediante instruções diretamente recebidas desta.

Reembolsos de Viagens UE

Tipo de Viagens	Qt. Viagens	Reembolsos Pagos (euros)
Conselho	66	42 398
Comissão	28	15 983
TOTAL	94	58 381

Fonte: *Homebanking*

Comparativamente com o ano transato, o número de viagens pagas sofreu um decréscimo de 85%, devido às restrições às deslocações, impostas pelo estado pandémico que se viveu, que se traduziu também na diminuição dos valores pagos (menos cerca 234 mil euros).

Esta evidência é mais acentuada ao nível dos reembolsos das viagens da Comissão, que sofreram um decréscimo de 93%, quer ao nível do número de viagens ocorridas, quer ao nível dos valores reembolsados.

CONTA DA COMISSÃO EUROPEIA

Ainda no âmbito das contas de terceiros domiciliadas no IB, destaca-se no quadro seguinte, pelo seu caráter específico, a conta da Comissão Europeia no IGCP, que reflete as transferências financeiras entre Portugal e a União Europeia.

A análise dos saldos dos fluxos financeiros em 2020 e 2021 evidencia que Portugal recebe da UE um montante superior ao das comparticipações entregues.

Em 2021, o superavit de Portugal foi de 3.608 milhões de euros, 25% superior ao do ano transato.

Para este superavit muito contribuíram os fundos recebidos no âmbito do FEDER que, em 2021, tiveram um incremento de 1.384 milhões de euros, face ao ano anterior.

Regularmente são elaborados mapas mensais dos fluxos financeiros entre Portugal e a UE que são enviados quer para as principais entidades beneficiárias dos fundos comunitários (como a AD&C e o IFAP), quer para a DGO, GPAERI e INE.

Comissão Europeia

milhões euros	2 020	2 021
1. Transferências de Portugal para a U.E.	**2 140**	**2 647**
Direitos Aduaneiros e Agrícolas	164	237
Recursos Próprios IVA	303	327
Recursos Próprios com base no PNB	1 521	1 913
Recursos Próprios com base nos Resíduos não reciclados	0	167
Correção Reino Unido	135	0
Redução RNB da Dinamarca, Países Baixos, Suécia e Áustria	14	0
Diversos	4	3
2. Transferências da U.E. para Portugal	**5 032**	**6 255**
FEDER	1 873	3 257
FSE	1 042	1 110
FEAC	28	24
Fundo de Coesão	453	389
FEADER	574	390
FEAMP	56	62
FEOGA-Garantia/FEAGA	778	850
Fundo de Solidariedade da U.E.	45	18
Emergency Support Instrument	0	3
ERASMUS+ (Agência Nacional Erasmus+Educação e Form	77	47
ERASMUS+ (Agência Nacional Erasmus+Juventude em Ac	12	11
FUNDOS DE SEGURANÇA E FRONTEIRAS EUROPEIAS (SGMA	19	22
FRONTEX	5	6
GESTÃO CENTRALIZADA DE MEDIDAS VETERINÁRIAS	9	4
INEA/MECANISMO INTERLIGAR EUROPA	19	41
HORIZONTE 2020	0	6
Diversos	42	15
Saldo Global (2-1)	**2 892**	**3 608**

Fonte: *Homebanking*

PROGRAMA IVAUCHER E PROGRAMA AUTOVOUCHER

O IGCP participou ativamente, em colaboração com a AT e com a DGTF, na preparação dos requisitos do Programa *IVAucher*, assim como na elaboração das peças documentais de suporte ao procedimento concursal que se seguiu e enquanto júri do próprio procedimento concursal, no sentido de ser desenvolvida uma solução para a gestão e controlo dos fluxos inerentes ao respetivo Programa.

No último trimestre do ano, o IGCP colaborou também, com a AT e com a DGTF, na implementação do Programa *AUTOvoucher*. Em ambos os Programas, o IGCP é recetor das instruções da *Saltpay* que se destinam a debitar a conta da DGTF, domiciliada no IGCP, como contrapartida dos benefícios pagos aos utilizadores desses Programas.

SISTEMAS DE COMPENSAÇÃO/OPERAÇÕES DE LIQUIDAÇÃO

Em 2021, e apesar da continuidade da pandemia Covid-19, o IGCP manteve a disponibilidade das infraestruturas de suporte aos meios de pagamento, assegurando a continuidade das atividades de liquidação de operações de clientes, de gestão da tesouraria e da divida pública.

No projeto de consolidação dos novos serviços *Target* (*Target consolidation*), o IGCP participou nos trabalhos definidos para a comunidade bancária nacional, cumprindo com todas as etapas propostas. Em dezembro de 2021 foi assegurada a ligação à nova plataforma ESMIG *(Eurosystem Single Market Infraestructure Gateway)* e o inicio dos testes de certificação.

A implementação dos novos standards da *swift* ISO20022 foram definidos para novembro de 2022, permitindo assim criar sinergias com o projeto dos novos serviços *Target*.

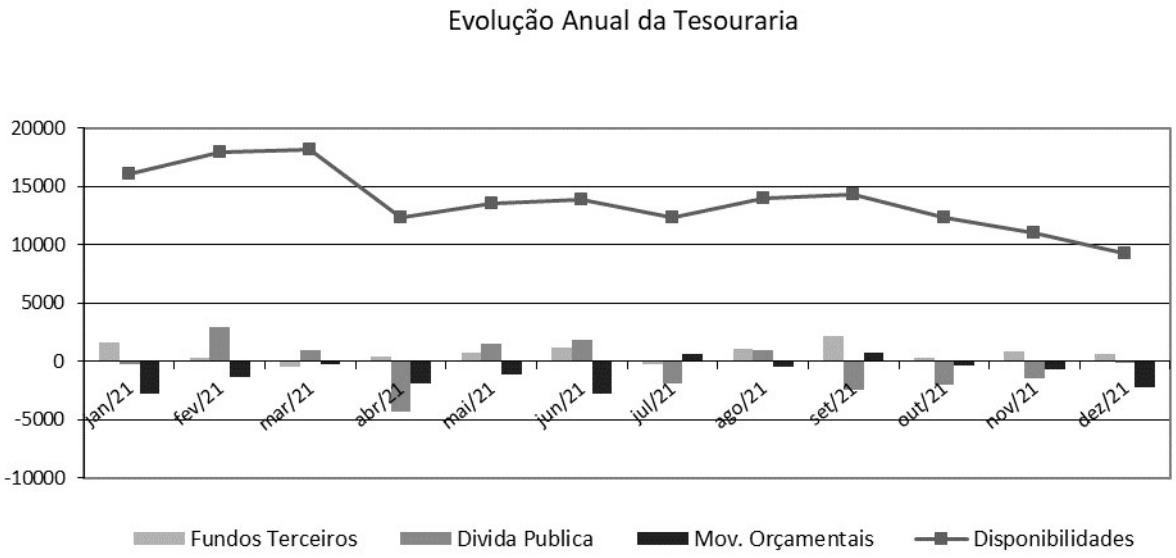
O IGCP participou ainda em reuniões dos grupos de trabalho relativas aos projetos de:

- harmonização dos standards para os instrumentos da divida
- ECMS – European Collateral Management System

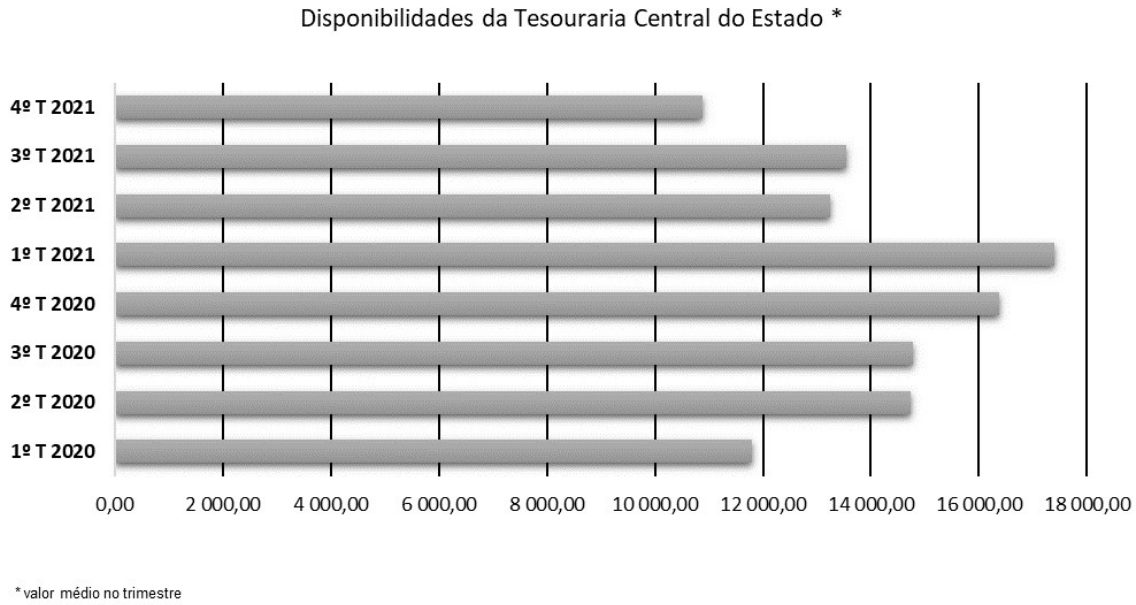
GESTÃO DIÁRIA DA TESOURARIA

Uma gestão eficiente de tesouraria é conseguida através do controlo imediato de pagamentos e recebimentos, uma gestão dos fluxos para os dias subsequentes e um equilíbrio financeiro entre a aplicação dos excedentes de tesouraria ou a cobertura de necessidades de saldos deficitários, procurando assegurar uma margem financeira de segurança. Esta atividade é executada numa base diária, suportada em instrumentos auxiliares de análise dos dados fornecidos pelos sistemas de pagamentos e complementada pela informação disponibilizada pelas entidades institucionais, com impacto mais significativo na tesouraria central do Estado.

O gráfico seguinte representa o comportamento agregado das principais rúbricas contribuidoras para a gestão da tesouraria (Fundos de Terceiros, Divida Pública, Movimentos Orçamentais e Disponibilidades).



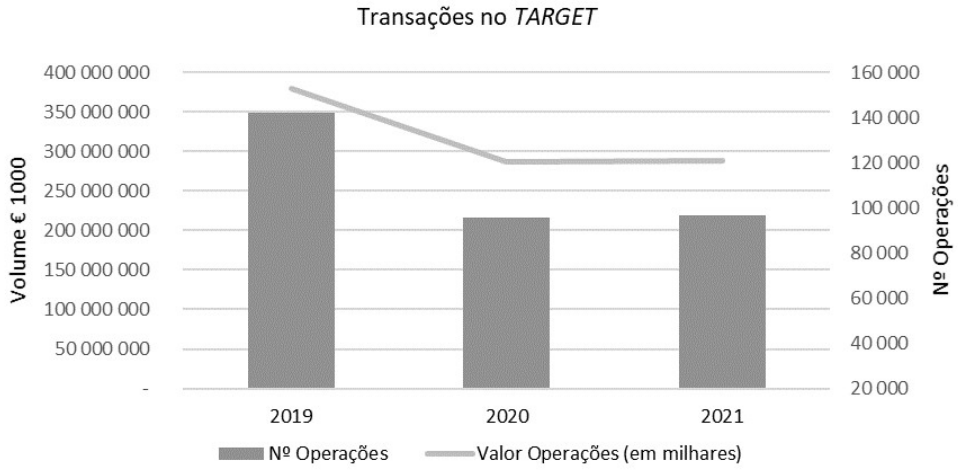
Relativamente à evolução das disponibilidades da tesouraria central do Estado, apresenta-se no gráfico seguinte o valor médio no trimestre para os anos de 2020 e 2021, salientando-se que o saldo médio no último trimestre de 2021 foi inferior ao registado no mesmo período em 2020.



* valor médio no trimestre

Com as funcionalidades disponíveis no *Target2*, o IGCP efetua a gestão consolidada da liquidez da tesouraria central do Estado, através do processamento dos pagamentos de grande montante, assim como as liquidações do SICOI. Em 2021, foram liquidadas 96.837 operações, no valor total de 288.567 milhões

de euros, correspondendo a uma média diária de 380 transações. A quantidade de operações liquidadas estabilizou face ao ano anterior e o valor liquidado teve um ligeiro aumento relativamente a 2020, sendo possível observar a evolução em quantidade e montante dos últimos 3 anos no gráfico seguinte:



Nos sistemas de compensação foi registada uma tendência de crescimento, mais evidenciada nas transferências SEPA, com um aumento de 35% no montante das transferências recebidas face a 2020.

A SEPA (Área Única de Pagamentos em Euros) tem vindo a prosperar nos últimos anos, nos países participantes, devido às condições que os agentes económicos, entre particulares, empresas e outros, usufruem uma vez que podem efetuar e receber pagamentos em euros, em idênticas condições, direitos e obrigações, aos aplicáveis nos pagamentos nacionais.

O IGCP participa ainda no SICOI, o sistema de pagamentos de retalho gerido pelo Banco de Portugal, no processamento e compensação dos pagamentos de retalho efetuados através de cheques, transferências, multibanco e débitos diretos, sendo demonstrada no quadro abaixo os valores dessa atividade:

SISTEMAS DE COMPENSAÇÃO DE RETALHO

Sistemas de Compensação	2020		2021	
	Valor (em milhares)	Nº Operações	Valor (em milhares)	Nº Operações
Multibanco recebidas	11 220 730	23 517 413	12 175 214	26 996 487
Trf. SEPA recebidas	10 606 772	679 434	14 326 244	815 812
Trf. SEPA emitidas	26 023 395	16 909 872	29 465 478	17 858 625
Trf. SEPA recebidas (média diária)	41 595	2 664	56 181	3 199
Trf. SEPA emitidas (média diária)	102 053	66 313	115 551	70 034
Transferências recebidas não-SEPA	6 561	1 779	7 846	2 021
Cheques pagos	378 047	395 354	346 783	441 974
Cheques pagos (média diária)	1 512	1 581	1 387	1 768
DD SEPA (vertente devedora)	50 123	49 934	68 049	58 840

A atividade do IGCP no *Target2* continua a ser na sua maioria com instituições financeiras nacionais, representando 94% nas transferências emitidas e 87% das recebidas. Em consequência do *Brexit*, o Reino Unido deixou de fazer parte do top 10, devido à deslocação do centro de liquidação, de grandes instituições financeiras internacionais, para outros países pertencentes à União Europeia, como é o caso da Irlanda e Alemanha. No quadro abaixo encontram-se os principais países parceiros no *Target2*:

TOP 10 - PAÍS DE DESTINO

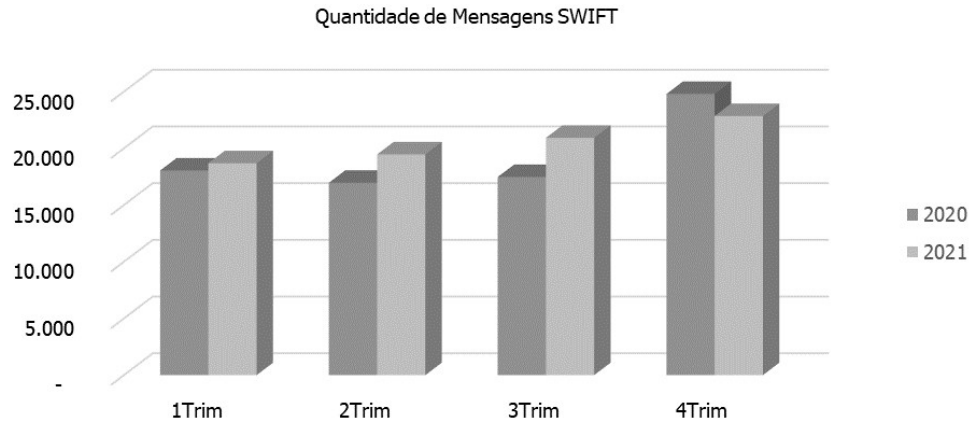
Países	Montante (milhares de euros)	Nº Operações	Peso Relativo
Portugal	155 308 434	64 386	94,11%
França	3 195 930	2 419	1,94%
Alemanha	3 026 318	2 215	1,83%
Espanha	1 331 329	1 501	0,81%
Luxemburgo	825 231	236	0,50%
Irlanda	758 892	510	0,46%
Bélgica	233 828	137	0,14%
Itália	215 963	542	0,13%
Holanda	59 325	70	0,04%

TOP 10 - PAÍS DE ORIGEM

Países	Montante (milhares de euros)	Nº Operações	Peso Relativo
Portugal	151 393 447	19 861	87,25%
Alemanha	10 229 391	5 669	5,90%
Bélgica	7 214 332	337	4,16%
Espanha	2 419 378	1 822	1,39%
França	1 475 793	1 307	0,85%
CE	504 046	135	0,29%
Irlanda	251 360	1 463	0,14%
Luxemburgo	12 721	171	0,01%
Roménia	4 830	3	0,00%

O sistema *Swift* é caraterizado por um vasto conjunto de mensagens que instituições financeiras utilizam para enviar e receber informação de forma rápida e precisa, com a máxima segurança, reduzindo o risco operacional e durante 24 horas por dia. Anualmente é objeto de inovações permanentes de modo a acompanhar as necessidades dos utilizadores devido à evolução e complexidade dos mercados financeiros, assegurando a mais robusta e resiliente tecnologia em segurança. A adoção do novo standard ISO 20022 para as mensagens financeiras, permitirá transmitir mais informação numa linguagem com um contexto mais rico e estruturado, com menores custos de comunicação e armazenamento.

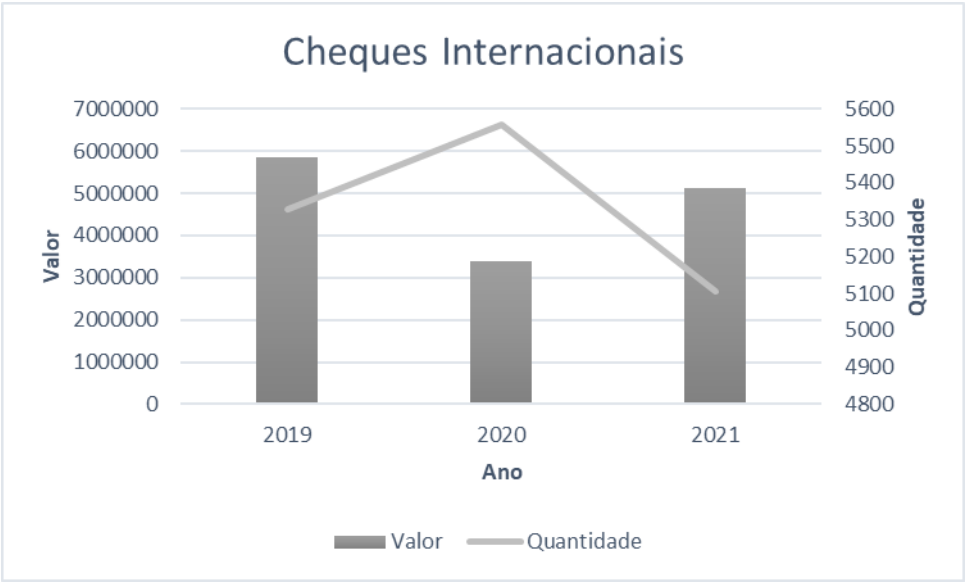
O IGCP utiliza o *Swift* nas transações interbancárias, e como meio de comunicação com o sistema *Target2* e *Target2 Securities*. No segundo e terceiro trimestres registou-se uma tendência de crescimento, ainda que invertida no quarto trimestre. Face a 2020 o aumento correspondeu a 6%, sendo apresentado no gráfico seguinte a quantidade trimestral de mensagens:



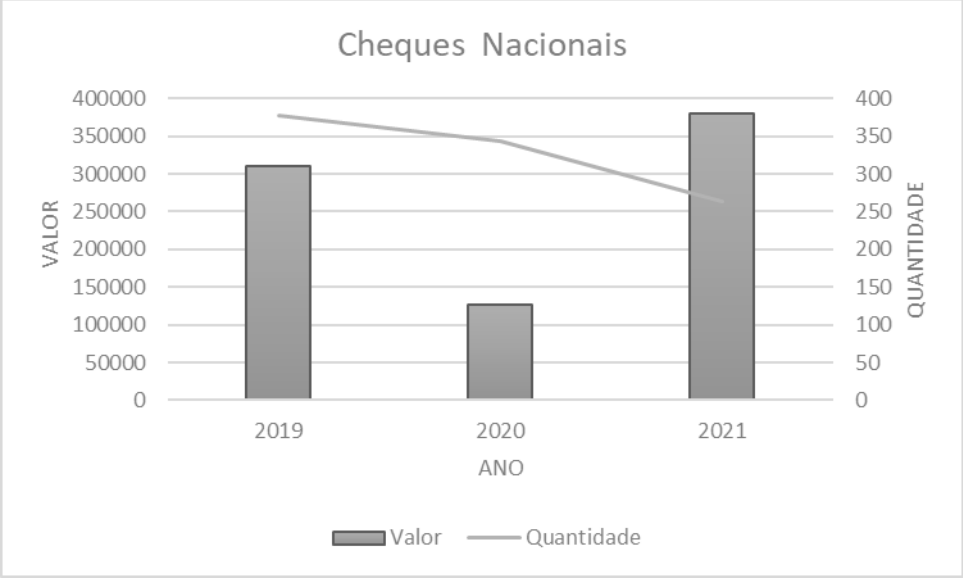
Enquanto prestador de serviços bancários o IGCP assegura a compensação das operações com cheques nacionais e internacionais. Os cheques recebidos no IGCP são enviados para compensação através dos bancos de apoio à atividade de tesouraria do Estado, com os quais foram efetuados acordos para o efeito. Os cheques depositados nas contas tituladas pelo IGCP são referentes a clientes institucionais e serviços de cobrança em EUR ou divisa e a formalidades administrativas com os produtos de aforro em EUR.

O IGCP disponibiliza ainda aos clientes institucionais o serviço de emissão de cheques sobre o estrangeiro.

O valor compensado de cheques internacionais aumentou relativamente a 2020, mas ficou abaixo do valor de 2019. Em termos da quantidade foi registado o valor mais baixo do triénio, justificado pelo crescimento das transferências SEPA.

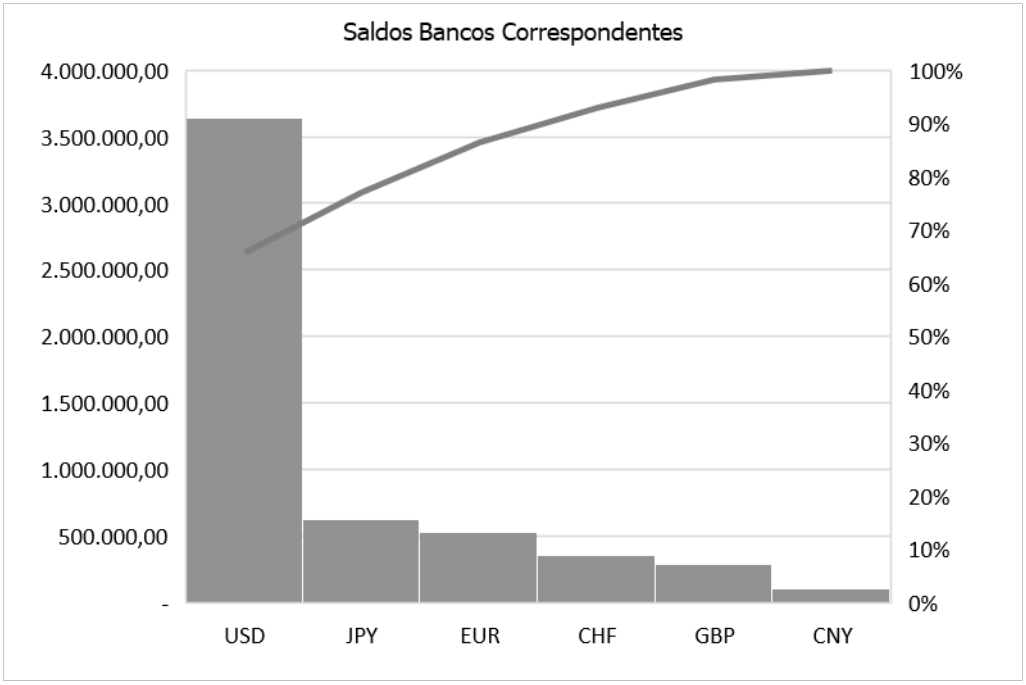


Os cheques compensados a nível nacional evidenciam também um perfil decrescente na evolução da quantidade apresentada, mas em termos de valor, e devido a um único cheque de elevado montante, é registado o maior valor do triénio.



As transferências internacionais em divisas e euros para países fora do espaço SEPA, são processadas através de contas correspondentes, abertas em bancos internacionais líderes de serviços financeiros, em moeda nacional ou estrangeira, para fazer face às operações ordenadas pelos clientes institucionais e pela liquidação de operações de tesouraria, emissão e gestão da divida pública do IGCP.

Em 2021, o peso da conta em USD continuou a representar mais de 60% dos saldos médios detidos em contas correspondentes, devido a transações sobre a dívida pública, de acordo com o demonstrado no gráfico seguinte:



As contas correspondentes em nome do IGCP, são aprovisionadas regularmente, como forma de assegurar uma gestão eficaz e fazer face às necessidades de liquidez diárias para a realização das transferências

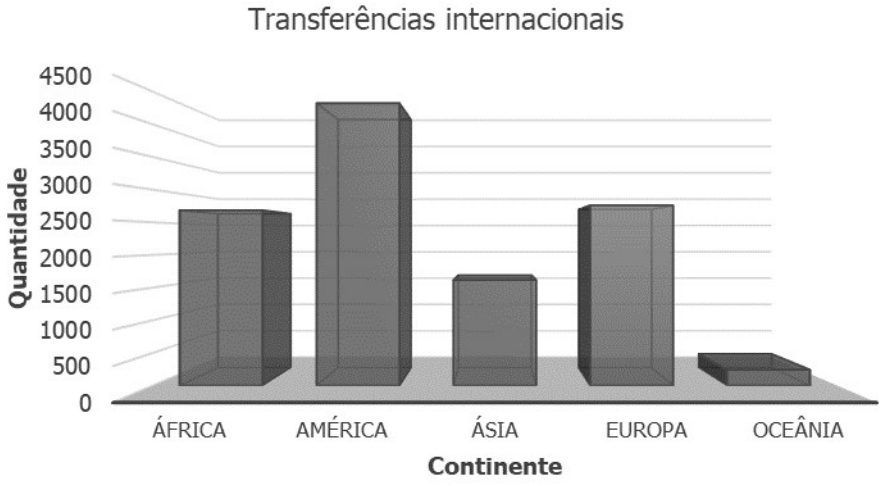
internacionais. Em 2021 houve um aumento de 20% das transferências internacionais, sendo de destacar o crescimento nas moedas EUR, GBP e USD.

No quadro seguinte é apresentada a distribuição por divisa nos últimos 3 anos:

TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Moeda	2019		2020		2021	
	Divisa (em milhares)	Quantidade	Divisa (em milhares)	Quantidade	Divisa (em milhares)	Quantidade
AUD	1 686,83	97	1 683,79	70	1 791,68	90
CAD	5 420,25	225	3 042,51	88	6 103,82	215
CHF	30 532,55	320	25 445,66	323	27 113,95	356
CNY	4 000 000,00	4	163 653,01	6	163 651,53	4
DKK	9 215,38	58	9 218,43	52	8 687,15	63
EUR	78 435,87	5 199	69 914,20	4 546	89 604,06	5 380
GBP	64 975,49	927	21 085,21	746	29 203,35	1 063
INR	80 902,46	84	85 424,74	79	93 601,86	86
JPY	3 699 260,77	92	515 493,05	88	409 492,62	108
NOK	1 813 010,31	52	5 216,69	40	9 323,38	41
SAR	1 305,77	25	1 375,51	25	1 559,09	32
SEK	14 460,31	64	9 320,39	54	10 030,33	62
TND	884,83	41	772,40	40	708,47	36
USD	3 556 794,89	3 785	3 448 171,37	3 464	11 533 783,06	4 005
ZAR	13 322,57	107	13 990,85	106	12 661,53	88
Total		11 080		9 727		11 629

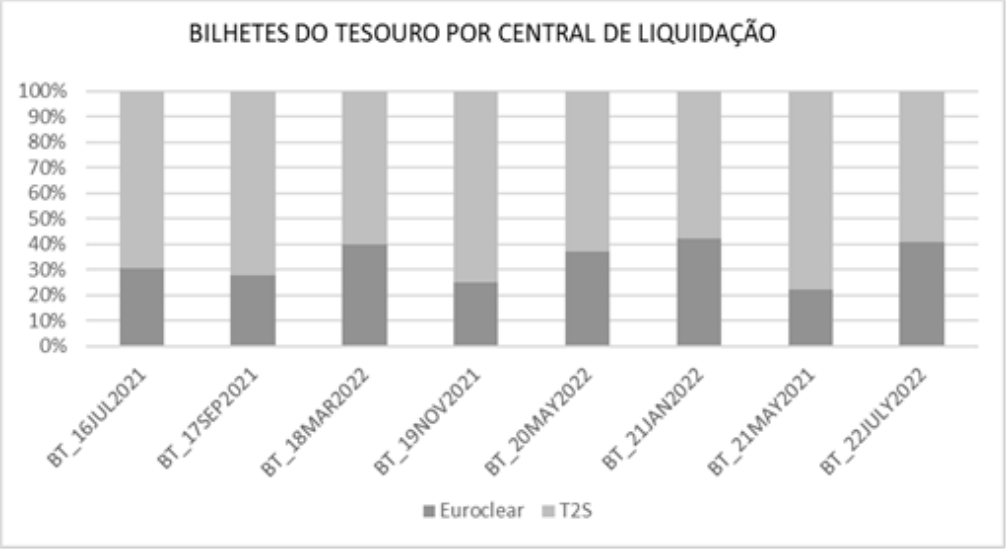
As transferências internacionais dos Clientes institucionais, são processadas à escala mundial, representando o continente Americano 37% das transferências executadas pelo IGCP, como pode ser verificado no gráfico seguinte:



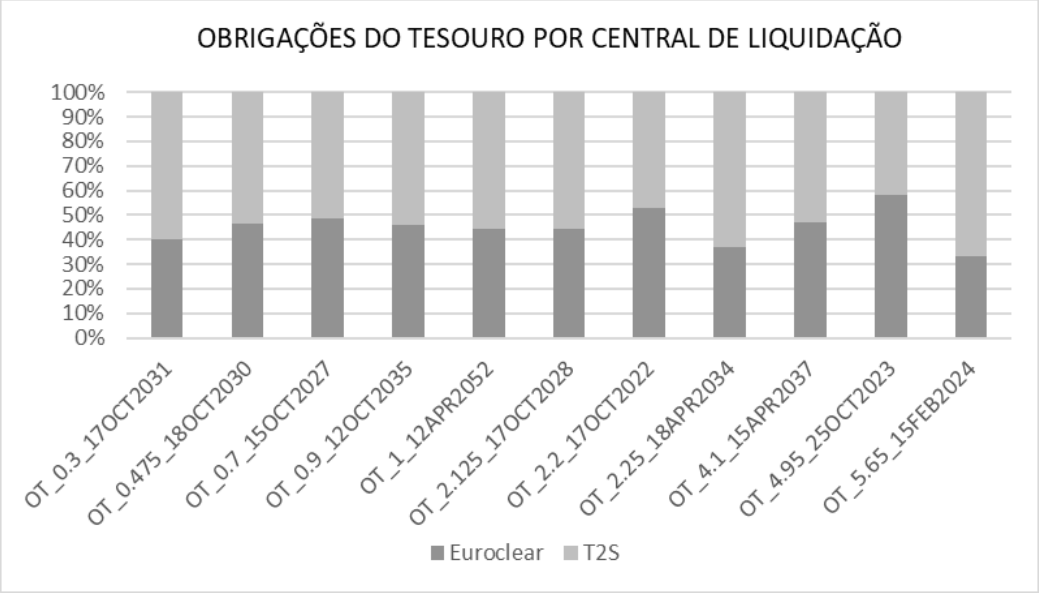
OPERAÇÕES DE LIQUIDAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

A liquidação de operações de divida pública, nomeadamente a emissão de Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e transações de troca de divida continuaram a ser processadas através do *Target2 Secutities* e da central de liquidação internacional, Euroclear. Em 2021, o número de liquidações efetuadas no *Target2 Secutities* corresponde a 65% dos valores transacionados, salientando-se o caso da linha de BT_21MAY2021 que atingiu o valor mais elevado com 78%.

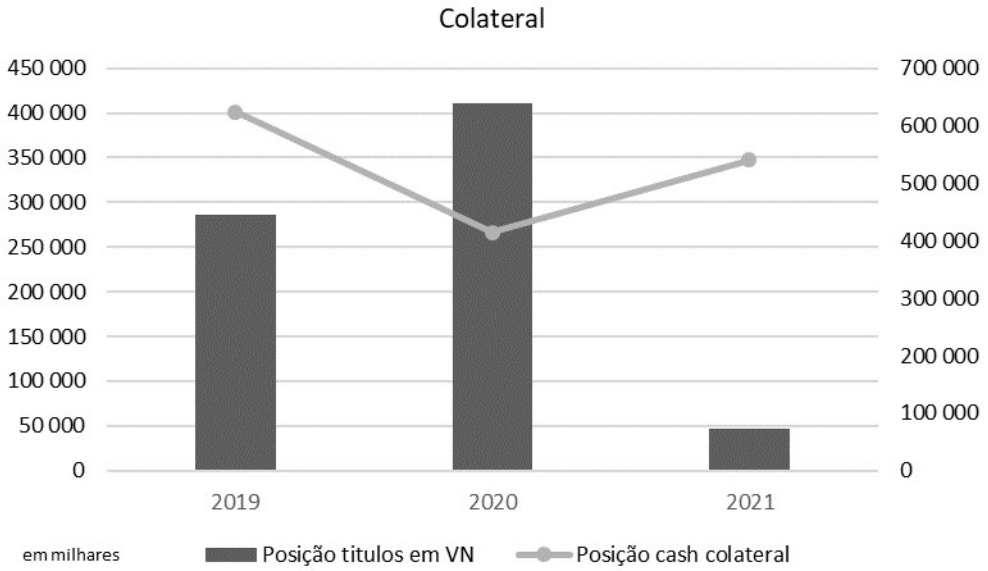
A liquidação em número de transações das linhas de Bilhetes do Tesouro teve a distribuição apresentada no gráfico seguinte:



No caso das Obrigações do Tesouro a repartição entre o *Target2 Secutities* e a central de liquidação internacional, Euroclear é mais equilibrada, com 55% e 45% respetivamente, sendo a liquidação em número de transações das linhas de Obrigações do Tesouro distribuida como se apresenta seguidamente:



De modo a reduzir a exposição a risco de crédito relativo a um possível incumprimento de um contrato, é entregue como garantia um ativo, designado como colateral, que pode corresponder a títulos de divida pública ou a valores monetários em EUR. O valor entregue como colateral em *cash*, ascendeu no final de 2021 a cerca de 540 milhões de euros e a posição final de títulos, em Bilhetes do Tesouro, entregue pelo IGCP era em valor nominal 46 milhões, repartido por diferentes linhas de Bilhetes do Tesouro. Relativamente a 2019 e 2020, há uma acentuada redução dos valores entregues em títulos.



OUTRAS OPERAÇÕES

No cumprimento da função de leiloeiro no mercado regulamentado europeu de licenças de carbono, o IGCP processou e liquidou em 2021, um valor total de 510,9 milhões de euros.

O IGCP disponibiliza serviços de custódia de valores mobiliários, compreendendo a guarda de títulos e o exercício de direitos como o pagamento de juros. Proporciona ainda aos clientes institucionais serviços de custódia de valores mobiliários de títulos da divida pública, detendo no final de 2021 uma carteira, em valor nominal, de 451 milhões de euros.

CONTABILIDADE DA TESOURARIA, DÍVIDA PÚBLICA E OUTROS FUNDOS

No âmbito das suas competências, o IGCP assegurou a contabilização das operações associadas às suas duas áreas de negócio - a gestão da Tesouraria e a gestão da Dívida Pública - bem como da atividade realizada pelos Fundos por si geridos: o Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP) e o Fundo de Renda Vitalícia (FRV).

Iniciou-se conclui-se o projeto intitulado Contabilização diária dos produtos de aforro. Este projeto consistiu na transição do registo mensal, no WSS, das transações associadas aos produtos de aforro (emissões, amortizações, capitalizações, juros e outras) para a inserção numa base diária. A implementação desta alteração veio garantir que stock diário que integra o WSS é, atualmente, representativo da divida direta do Estado (gerida pelo IGCP).

Em 2021, o IGCP participou nos testes da nova versão da aplicação que suporta a Contabilidade da Tesouraria (SGT_CTB), que decorreu no âmbito da evolução tecnológica.

Em termos de atividade corrente e dentro das datas limite fixadas na lei, procedeu-se à elaboração das demonstrações financeiras no âmbito da responsabilidade do IGCP pela prestação de contas da Tesouraria, dos Encargos da Dívida, do Fundo de Regularização da Dívida Pública e do Fundo de Renda Vitalícia. Neste contexto, procedeu-se à apresentação, perante o Tribunal de Contas e DGO, da seguinte informação:

- Contabilidade da Tesouraria
  i. Demonstrações Financeiras mensais e anual que evidenciaram os fluxos financeiros ocorridos na Tesouraria do Estado, através das diversas contas de disponibilidades e aplicações e com reflexo nas respetivas contas orçamentais e de terceiros (contas dos organismos no IGCP);
  ii. Balanço da Tesouraria do Estado.
- Contabilidade dos Encargos da Divida Pública
  iii. Conta de Gerência composta pelos diversos mapas que evidenciam as operações realizadas no âmbito da gestão da Dívida Pública;
  iv. Balanço e Demonstração de Resultados.
- Contabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública
  v. Conta de Gerência composta pelos diversos mapas que evidenciam as operações realizadas pelo Fundo.
  vi. Relatório de Gestão do Fundo de Regularização da Dívida Pública.
- Contabilidade do Fundo de Renda Vitalícia
  vii. Conta de Gerência composta pelos diversos mapas que evidenciam as operações realizadas pelo Fundo.

À semelhança do ocorrido em anos anteriores alguns dos documentos extraídos da contabilidade da Tesouraria e dos encargos da Dívida integraram a Conta Geral do Estado.

Ainda no que diz respeito às competências do IGCP, e no âmbito da gestão da Dívida Pública assegurou-se:

- O apuramento dos valores requisitados, mensalmente, ao Orçamento do Estado para suportar os encargos com juros, amortização e outras despesas da Dívida Pública;
- O controlo do orçamento dos "Encargos da Dívida" com o objetivo de apurar, mensalmente, os desvios ocorridos entre a execução orçamental e os pagamentos efetivos, procedimento que teve impacto na redução dos mesmos;
- A entrega do produto de empréstimos bem como dos impostos retidos sobre o rendimento de pessoas singulares e coletivas;
- O controlo e emissão dos pagamentos relativos à dívida de retalho: consolidados, rendas perpétuas e vitalícias;
- A atualização da base de dados dos Consolidados;
- O apuramento dos valores abrangidos pela prescrição;
- O controlo dos fluxos financeiros entre o IGCP e os CTT e o IGCP e a AMA, no âmbito dos protocolos estabelecidos para a comercialização dos Certificados de Aforro e do Tesouro.

Relativamente à contabilidade da Tesouraria verificou-se, ainda, que o seu grau de automatização continuou a garantir níveis de fiabilidade e tempestividade da informação contabilística elevados, possibilitando um apuramento rigoroso dos valores a incluir na Conta Geral do Estado. Neste âmbito, o IGCP assegurou:

- A conciliação da despesa orçamental com a Direção Geral do Orçamento;
- O controlo da devolução, à Entidade Contabilística Estado, dos saldos não utilizados pelos organismos que aderiram ao RIGORE;
- O controlo, com as entidades administradoras da receita (AT e DGO), dos valores cobrados, reembolsados e abatidos.

O rigor da informação contabilística da atividade da Tesouraria do Estado decorreu, por outro lado, da manutenção de procedimentos de controlo e de reconciliações bancárias eficazes. Neste contexto, procedeu-se à monitorização de um projeto, implementado no final do ano 2020, denominado "Otimização do processo de controlo dos saldos", com o objetivo de identificar a sua eficácia no processo de reconciliação dos saldos das contas de disponibilidades e de aplicações da Tesouraria.

O IGCP foi ainda responsável pela gestão e controlo do Fundo de Regularização da Dívida Pública, tendo procedido às aplicações definidas na Lei. A sua intervenção no mercado teve continuidade em 2021, através da aquisição e alienação de títulos de dívida pública, nos seguintes montantes em valor nominal:

(unidade: euros)

Títulos transacionados em 2021		
Instrumentos Financeiros	Aquisição de Títulos	Amortização de Títulos
CEDIC	504 388 179,08	268 253 419,84
Bilhetes do Tesouro	466 809 488,00	692 464 294,00
Obrigações do Tesouro	10 464 000,00	8 400 000,00
Total	981 661 667,08	969 117 713,84

O quadro anterior contempla os Bilhetes do Tesouro que o Fundo possui em carteira com o objetivo de serem utilizados como colateral nas operações de derivados financeiros impostos pela eficiente gestão ativa da Dívida Pública Direta do Estado.

Assistiu-se, em 2021, a uma ligeira alteração na composição da carteira de títulos do Fundo de Regularização da Dívida Pública decorrente do facto de uma das linhas de Bilhetes do Tesouro - Colateral (BT 17SET2021) não ter sido substituída por títulos da mesma natureza. Consequentemente, a aplicação em CEDIC no final do ano apresentou um valor significativamente superior ao do ano anterior.

O IGCP procedeu igualmente à gestão do Fundo de Renda Vitalícia, garantindo o cumprimento dos respetivos compromissos. Assegurou, ainda, a continuidade do processo de atualização da base de dados dos titulares com o objetivo de desativar os titulares entretanto falecidos, tendo por base a informação disponibilizada pelo IRN no âmbito do protocolo estabelecido com o IGCP.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E SISTEMA DE INFORMAÇÃO

O ano de 2021 foi um ano de grande estabilidade dos principais sistemas de informação do IGCP, assim como de toda a infraestrutura tecnológica de suporte à atividade do Organismo. Durante este ano foi garantida a atualização e funcionamento da infraestrutura tecnológica do IGCP, a gestão dos repositórios de dados e a manutenção dos sistemas aplicacionais.

É ainda de realçar as atividades relacionadas com a segurança da informação, resultantes quer da obrigatoriedade de cumprimento de requisitos de entidades externas quer pela criticidade, sensibilidade e complexidade que os processos relacionados com a segurança têm nas organizações.

No âmbito aplicacional, destacamos a conclusão da migração dos clientes para o novo Sistema de *Internet Banking* assim como um conjunto de alterações no respetivo *Backoffice*, tendo em conta o novo contexto. Ainda no âmbito do desenvolvimento aplicacional, foram concluídos os processos de evolução tecnológica dos Sistemas de Compensação do IGCP e prosseguiram os restantes processos da mesma natureza, relativamente aos restantes sistemas de suporte ao negócio, tanto da dívida, como da tesouraria.

AO NÍVEL DA EXPLORAÇÃO DE SISTEMAS E DE BASE DE DADOS:

Relativamente à Exploração de Sistemas e de Base de Dados identificam-se como atividades mais relevantes, as seguintes:

- Atualização da infraestrutura de suporte ao *WallStreetSystem Suite (WSS)* e instalação e configuração da versão 7.4.79 do WSS.

  Em paralelo, decorreu a atualização dos ambientes de recuperação de desastre.

- Continuação da atualização do Sistema de Gestão de Base de Dados (SGBD) dos sistemas de compensação do IGCP (SEPA, SCTT/TNS e Multibanco) e do Sistema de Cobranças do Estado (SCE) para novas versões de sistema operativo e de base de dados. Os sistemas de compensação já entraram em produção e o SCE está em fase de testes da componente *on-line*, da componente *batch* e dos relatórios.

  Em paralelo, decorreu a atualização dos ambientes de recuperação de desastre.

- Conclusão da migração de Cliente do *Homebanking* para o *Internet Banking* com utilização da nova Solução Central de Segurança (SCS) e da nova componente local, que permite a autenticação forte dos utilizadores no Sistema de *Internet Banking* e a assinatura digital das operações mais sensíveis.

- No âmbito dos sistemas de produtividade e postos de trabalho foi continuada a otimização da utilização de ferramentas que permitem uma maior visibilidade, capacidade de gestão integrada e controle e facilidade de *reporting* automatizado de *compliance* no que concerne às configurações e atualizações de versões, e também atualizações de segurança dos referidos sistemas.

AO NÍVEL DAS COMUNICAÇÕES, SEGURANÇA E INSTALAÇÕES:

Relativamente às comunicações, segurança e instalações, identificam-se como atividades mais relevantes as seguintes:

- Continuação do projeto relacionado com a Política de Segurança da Informação e de reposta aos requisitos de segurança definidos pela *Swift* e *Target2*, no âmbito dos processos de auto-certificação. No corrente ano decorreu um processo de validação da certificação efetuado por uma entidade externa.
- Com o teletrabalho aumentou significativamente a carga de trabalho dos colaboradores do IT pois foi necessário dar apoio aos colaboradores remotos, ao nível da utilização da VPN quer da utilização de plataformas de comunicação quer na resolução dos mais diversos problemas que esta nova forma de trabalho potenciou.

  Foi continuado o processo de otimização dos recursos informáticos disponibilizados aos colaboradores quer para a realização de teletrabalho quer de trabalho presencial.
- Participação no processo de auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade

AO NÍVEL DO DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Relativamente ao desenvolvimento de sistemas de informação identificam-se como atividades mais relevantes as seguintes:

- No âmbito do novo Sistema de *Internet Banking*, foram concluídos todos os processos mensais de migração de clientes, eliminando-se, definitivamente uma das instâncias do anterior sistema de *Homebanking* assim como um conjunto de processos que garantiam a comunicação entre as instâncias.

  Foram efetuadas as adaptações mais prementes ao nível do respetivo *Backoffice*, de forma a acompanhar as características do novo sistema.
- Relativamente aos sistemas da Dívida, no que se refere ao SPA e ao *Aforronet*, foi criado um novo produto, CTPV e efetuada a suspensão da série CTPC, com as habituais adaptações em ambos os sistemas.

  Foi, ainda, concluída e instalada em produção a evolução tecnológica do *Aforronet*, no que se refere ao sistema operativo e à linguagem de programação e iniciadas, com data de conclusão prevista para 2022, as atividades relacionadas com a evolução tecnológica das componentes *batch* e Mapas do SPA, assim como a base de dados do SPA e do *Aforronet*.
- No que se refere ao SGT-CC foram iniciadas, com data de finalização prevista para 2022, a evolução tecnológica da componente de Expurgo, a evolução do Sistema Operativo e da Base de Dados do SGT-CC.

- No referencial das Evoluções Tecnológicas, foram concluídos os processos relativamente aos sistemas: Sistema de Compensação SEPA (SEPT), Sistema de Transferências não Sepa (TNS), Sistema de Compensação Multibanco (SCM). Ainda neste âmbito, prosseguiu a evolução tecnológica de duas componentes, o On Line e todos os processos Batch do Sistema de Cobranças do Estado (SCE).
- Participação no processo de auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade.

COMPLIANCE E BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

A Lei n.º 83/2017, de 18/08, na sua redação atual, estabelece medidas de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (BCFT). Na secção II, art.º 3.º, a Lei discrimina as entidades sujeitas às suas disposições, entre as quais se inclui o IGCP na sua área de negócio relativa aos serviços financeiros prestados ao público.

De acordo com o modelo interno da Agência, e também com o resultado das análises conduzidas pela Autoridade Setorial (IGF) e pelo grupo de trabalho dedicado à Avaliação Nacional de Risco (ANR), o risco de BCFT através dos produtos de aforro do IGCP foi avaliado como sendo baixo.

Não obstante, o IGCP, numa perspetiva de cumprimento da Lei e de melhoria contínua, adotou, em 2021, um conjunto de medidas com vista ao reforço do sistema de prevenção desse risco.

De destacar, em primeiro lugar, por ser o elemento mais relevante que ainda estava em falta à luz das exigências da Lei em matéria de prevenção do BCFT, a implementação de um sistema de filtragem dos Clientes de retalho que permite identificar as Pessoas Politicamente Expostas (PEP) e as Sancionadas.

Foi igualmente desenvolvida uma matriz que avalia o risco individual de BCFT dos Clientes do IGCP, constituída por 4 parâmetros: 1) qualidade PEP do Cliente (sim/não); 2) profissão; 3) país de nascimento; e 4) país de residência. Nos parâmetros 2), 3) e 4) o risco pode ser "muito alto", "alto", "médio" ou "baixo". O valor final de risco atribuído ao Cliente é sempre o do parâmetro que apresenta o risco mais elevado.

Em matéria de reportes e controlos, de sublinhar o início da produção regular de diversos relatórios/memos de acompanhamento do cumprimento; por um lado, dos Deveres do IGCP perante a Lei relativos à Comunicação (art.º 43.º e 45.º), ao Exame (art.º 52.º), à Abstenção (art.º 47.º) e à Recusa (art.º 50.º); e, por outro, do previsto no Contrato com os CTT em matéria de *compliance*. Neste contexto há ainda a destacar que se começaram a produzir regularmente estatísticas para a IGF, que incluem, entre outros, dados sobre os saldos e movimentos de contas-aforro (em particular, de subscrições em numerário).

Com o modelo de prevenção de risco de BCFT, que foi desenvolvido nos anos mais recentes, praticamente concluído, foi possível em 2021 desencadear-se uma auditoria interna em relação ao cumprimento das Normas de Procedimentos que dizem respeito à prevenção do BCFT no IGCP. Esta apenas detetou uma não conformidade, classificada de "menor", pois tratou-se do incumprimento de um prazo de entrega de um relatório.

O IGCP está, assim, dotado de um modelo robusto de prevenção de BCFT, em linha com as exigências da Lei e com as boas práticas de mercado.

PROCEDIMENTOS INTERNOS E AUDITORIA INTERNA

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA:

Do Programa Anual de Auditorias Internas para o ano de 2021 foram realizadas as seguintes ações de Auditoria:

- Controlos de pagamentos aos Herdeiros de certificados já prescritos para o FRDP
- Gestão do relacionamento com OEVT/EBT/OMP
- Imobilizações de Contas Aforro
- Controlo das Contas do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (Contas do PAEF) junto do Banco de Portugal (BP)
- Comunicação de Irregularidades no cumprimento da Lei de Prevenção de BCFT e Procedimentos de *compliance* no âmbito da oferta de Produtos de Aforro
- Auditoria Interna ao Sistema da Gestão da Qualidade
- Alterações de IBAN
- Auditoria externa ao Sistema da Gestão da Qualidade

Destas auditorias resultou um conjunto de constatações e de recomendações descritas nos respetivos relatórios de auditoria, originando a elaboração de planos de ação conducentes à implementação de medidas corretivas e à revisão do normativo interno.

EXPANSÃO E OTIMIZAÇÃO DO NORMATIVO INTERNO:

Durante o ano de 2021 foram elaboradas 6 Normas de Procedimentos, revistas 4 Normas Internas e 14 Normas de Procedimentos. Foi ainda realizada a revisão de 1 Manual de Procedimentos.

MANUTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DO SGQ ISO9001:2015:

Depois de em 2017, o IGCP ter obtido a renovação com a transição para a ISO 9001:2015, decorreu em 2021 a primeira auditoria de acompanhamento, do ciclo que se iniciou em 2020, tendo a mesma decorrido com sucesso (foi identificada uma observação/oportunidade de melhoria).

REPORTES E PREVISÕES

REPORTE REGULAR DE INFORMAÇÃO ESTATISTICA

O IGCP manteve o reporte regular de informação da dívida direta do Estado, e dos respetivos juros e outros encargos, a entidades nacionais como o Banco de Portugal, o INE, a DGO, o Tribunal de Contas, a CMVM, o CFP, a UTAO, bem como a diversas instituições internacionais, nomeadamente Comissão Europeia, FMI, BCE e OCDE.

Apesar de em 2021 se terem mantido alguns constrangimentos no que respeita ao trabalho presencial, tal como aconteceu em 2020, a prossecução desta atividade não foi afetada por esta alteração ao nível do método de trabalho no IGCP.

PREVISÕES DE TESOURARIA, DÍVIDA PÚBLICA E JUROS E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA DIRETA DO ESTADO

O IGCP é responsável pela atualização regular de previsões das necessidades e fontes de financiamento do Estado e do respetivo saldo de disponibilidades de tesouraria, efetuando também projeções para a trajetória da dívida pública e para os juros e outros encargos da dívida direta do Estado. Esta análise, que exige igualmente um acompanhamento próximo da execução das referidas rubricas, é um contributo para o desenho do programa de financiamento da República e para a preparação, pelo Ministério das Finanças, da Proposta de Orçamento do Estado e do Programa de Estabilidade. A informação preparada é ainda partilhada com o ESM, a Comissão Europeia, o BCE e o FMI, no âmbito do contacto regular com estas instituições, que acompanham a situação económica e financeira portuguesa ao abrigo de diversos mecanismos (*ESM Early Warning System, EU Post-Programme Surveillance, European Semester, IMF Article IV consultations*).

As implicações da pandemia COVID-19 voltaram a representar um desafio particularmente exigente na análise descrita acima. A evolução das condições sanitárias e o seu impacto na recuperação económica continuaram a representar vetores de incerteza, dificultando qualquer tipo de previsão financeira. Ao mesmo tempo, estas previsões revelaram-se da maior importância no sentido de fazer voltar a dívida pública a uma trajetória descendente, sendo para tal fundamental manter um acompanhamento constante dos fluxos de tesouraria, ajustando o programa de financiamento sempre que necessário. Simultaneamente, voltou a verificar-se um significativo aumento da centralização de disponibilidades de entidades públicas no IGCP, justificando, também por esta via, uma intensificação do acompanhamento e da análise dos fluxos de tesouraria.

COMUNICAÇÃO COM AGÊNCIAS DE *RATING* E INVESTIDORES

O IGCP promove uma comunicação estreita com uma base de investidores alargada, fornecendo informação regular sobre a evolução do programa de financiamento e outros desenvolvimentos da economia portuguesa. Os principais documentos de análise partilhados com os investidores e as agências

de rating são disponibilizados aos investidores e ao público em geral no site do IGCP, garantindo uma maior transparência da informação partilhada com todos os intervenientes no mercado.

DIVERSIFICAÇÃO DA BASE DE INVESTIDORES E NOVOS INSTRUMENTOS

Um dos principais objetivos do IGCP passa por manter uma base de investidores alargada e diversificada. Neste sentido, o IGCP tem procurado oferecer instrumentos financeiros com características diferentes e usar canais de distribuição alternativos, desde os instrumentos padronizados para os mercados de capitais (BT e OT), aos instrumentos de retalho tradicionais (CA e CTPM/CTPC), passando pelas Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável (OTRV) vocacionadas para um segmento elevado do mercado de retalho doméstico.

Em 2021, o IGCP lançou um novo instrumento de dívida pública, designado por Certificado do Tesouro Poupança Valor (CTPV), no dia 13 de setembro de 2021. Este novo instrumento mantém o objetivo de promover a poupança de médio prazo das famílias, continuando a impulsionar o acesso a instrumentos de dívida pública com taxa fixa garantida. Os CTPV são produtos destinados a cidadãos com menor necessidade de liquidez, dado que dispõem de uma maturidade longa (de sete anos) e de um prémio adicional em função da evolução da economia nacional. Este novo produto de aforro continua a permitir que o Estado ofereça condições atrativas para as famílias face a outros instrumentos de poupança comercializados pelo sistema financeiro.

Adicionalmente, o IGCP continuou a acompanhar os desenvolvimentos no mercado de dívida pública, destacando-se neste plano os avanços a nível europeu no que respeita às designadas "*Green Bonds*".

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Área Jurídica acompanhou diversas questões relativas às atribuições do IGCP, destacando-se:

- O apoio jurídico às emissões de dívida pública, designadamente Obrigações do Tesouro (OT);
- A colaboração com a Área de Gestão de Riscos e de Mercados (AGRM) na análise de operações de carácter financeiro de algumas entidades do Setor Público Empresarial;
- Continuação do acompanhamento ao projeto de revisão da documentação ISDA utilizada pela República Portuguesa, com o início da negociação da respetiva documentação na contratação de instrumentos financeiros derivados.

No desempenho das atribuições comummente cometidas à Área Jurídica podem, ainda, ser indicadas as seguintes tarefas:

- Apoio jurídico geral ao Conselho de Administração e, quando autorizado, às diversas UE;
- Patrocínio de ações judiciais e acompanhamento de diligências decorridas nos tribunais;
- Gestão dos processos judiciais em assessoria jurídica externa;
- Apoio jurídico no âmbito da contratação pública.

APOIO AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Unidade presta apoio técnico direto aos órgãos sociais da Agência, em especial, ao conselho de administração, especificamente no que respeita ao funcionamento de tais órgãos e a temas de particular natureza institucional envolvendo análise jurídica, transversais à generalidade das atribuições e competências do IGCP. A Unidade coadjuva igualmente outras Unidades de Estrutura sempre que tal seja requestado pelo conselho de administração.

No exercício de 2021 destacou-se a intervenção em dossiers respeitantes à gestão de tesouraria e à dívida pública de retalho – em particular, neste último caso, por referência a processos judiciais interpostos contra a Agência -, bem como o projeto de revisão/atualização do normativo interno em matéria de prevenção da corrupção e infrações conexas, e o código de conduta da Agência (trabalhos a serem concluídos em 2022).

A Unidade manteve em 2021 o acompanhamento dos dossiers internacionais em curso, principalmente, nas instâncias da União Europeia, tendo por objeto temas relevantes, direta ou indiretamente, para a prossecução da missão e atribuições da Agência - em articulação com o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - GPEARI do Ministério das Finanças - , bem como a monitorização, em permanência, das alterações legislativas nacionais e europeias de interesse para o IGCP.

ARQUIVO, DOCUMENTAÇÃO E CONTEÚDOS

ARQUIVO

Durante o ano de 2021 e tendo em consideração os constrangimentos provocados pelo COVID-19, as tarefas do arquivo decorreram dentro do definido, tendo em linha de conta que todos os circuitos documentais se encontram definidos e estabilizados.

Salientamos, que a meta de 8 dias estabelecida no Sistema de Gestão da Qualidade para a satisfação das requisições ao arquivo ao longo dos trimestres não foi cumprida, tendo-se verificado uma média 10 dias, consequência direta do Covid-19.

O Serviço de Dívida a Retalho – SDR, continua a ser o principal utilizador do Arquivo, especialmente no que respeita às requisições de documentos

O Arquivo durante 2021:

- Incorporou 1.795 Processos provenientes do SDR;
- Respondeu a 150 pedidos de documentos;
- Incorporou 58 Unidades de Instalação.

SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL/CORRESPONDÊNCIA

Prosseguiu-se o processo de melhoramento do Sistema de Gestão de Correspondência, com o acompanhamento que os utilizadores necessitam.

Os relatórios semestrais permitem fazer uma avaliação do desempenho dos diferentes intervenientes, identificar e corrigir erros e omissões bem como salientar outras evidencias necessárias a uma avaliação do sistema.

Durante o ano de 2021 ocorreram 59.385 registos que se dividem em 41.570 entradas e 17.807 expedições.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

No que respeita à legislação, o Diário da República Eletrónico (DRE), é consultado diariamente e feita a difusão dos diplomas consoante o conteúdo e de acordo com o perfil dos utilizadores.

O processo de publicação de atos em II Série continua a decorrer de acordo com as necessidades e responsabilidades do IGCP.

PLANOS/RELATÓRIOS

O Conselho de Administração, decidiu que o Plano Estratégico devia ser estendido a 2022. Esta extensão teria que garantir a continuidade da atividade do IGCP em linha com as prioridades estratégicas definidas.

A extensão do PE passou por um workshop, com o intuito de beneficiar de uma reflexão compreensiva e das estratégias, e mandatou uma task-force para que mantendo e preservando o espírito inicial do PE, apresentasse uma nova versão que incorporasse as conclusões do relatório que resultou do workshop. O trabalho final, Versão 3.0, foi finalizado em janeiro de 2022.

Foi dada continuidade ao processo de governação do Plano Estratégico de 2019/2021 através da realização de reuniões de monitorização trimestrais.

Neste âmbito (PLANOS/RELATÓRIOS), são produzidos, sob a responsabilidade do Gabinete de Apoio, o Plano de Projetos e Atividades, o Relatório Projetos e Atividades e a colaboração na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento.

PORTAL BASE

As regras da contratação pública previstas no Código dos Contratos Públicos - CCP aplicam-se às Entidades adjudicantes (cfr. artigo 2.º, n.º1) onde se inclui o IGCP e como tal há a obrigatoriedade de finalizar os procedimentos levados a efeito pelo IGCP no Portal Base, tendo este por função centralizar a informação mais importante relativa a todos os procedimentos pré-contratuais, os quais, de acordo com o CCP, são obrigatoriamente desmaterializados.

Durante o ano de 2021 deu-se início ao Aviso do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção/IMPIC de 7 de outubro que consistiu na substituição de contratos para ocultação de dados pessoais e regularização de registos para o cumprimento da legislação em vigor do RGPD.

INTERNET

A página do IGCP. durante 2021 foi visitada/consultada por 846.149, originando uma média diária de 2.318 consultas.

De uma forma generalizada, ao longo do ano os dias que se destacam com maior número de visitas corresponde ao final ou início do mês, datas em que são disponibilizadas as taxas de juro dos produtos aforro.

A emissão do Certificado do Tesouro Poupança Valor (CTPV), originou a criação de uma entrada na página da Internet, com os conteúdos respeitante à Descrição, Taxa de Juro Anual, Simulação da Carteira e Habilitações de Herdeiros.

Quanto aos conteúdos referentes aos Certificado do Tesouro Poupança Crescimento (CTPC), foi ajustada a informação em virtude do cancelamento das subscrições.

INTRANET

A Intranet inclui informação/conteúdos que o IGCP dispõe para dar apoio à sua atividade, sendo uma ferramenta transversal e por consequência o veículo de excelência na comunicação da organização.

Pelo seu dinamismo e importância de repositório de informação, os conteúdos são atualizados regularmente sendo base e apoio ao trabalho diário.

Apesar da situação resultante do Covid-19, a informação continuou a ser disponibilizada sem qualquer restrição ou constrangimento quer na Internet, quer na Internet

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E INDICADORES DE CUSTO RELEVANTES

INDICADORES RELEVANTES PARA CONTROLAR CUSTOS

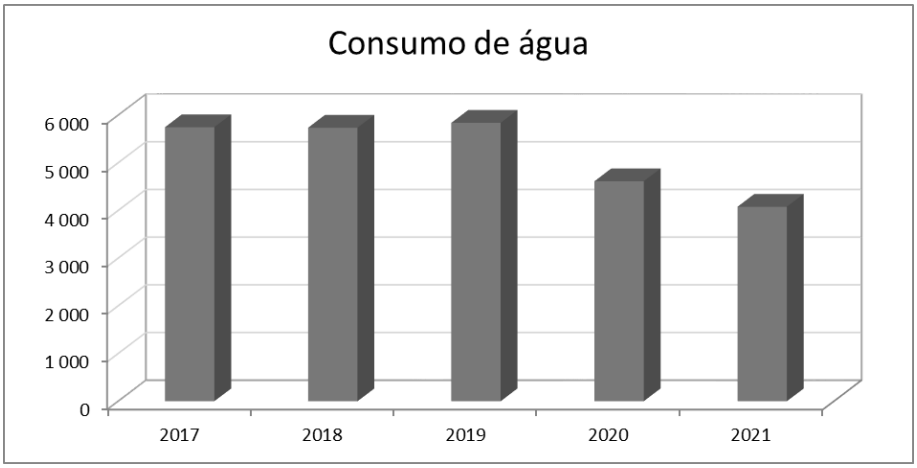
Gastos com água

Relativamente aos gastos com a água os valores verificados em 2021 tiveram um decréscimo relativamente a 2020, de 11,6%. Esse decréscimo já verificado em 2020, foi consequência da implementação do teletrabalho como medida de mitigação do vírus SARS-COV 2.

Unidade: euro

Anos\Meses	2017	2018	2019	2020	2021
janeiro	908	958	974	959	682
fevereiro	20	20	23	19	18
março	868	927	933	932	591
abril	24	21	21	18	27
maio	1032	888	1015	566	388
junho	17	23	19	19	21
julho	957	951	973	824	566
agosto	17	22	22	20	22
setembro	957	951	981	825	565
outubro	26	22	27	22	21
novembro	914	934	830	385	1152
dezembro	7	21	21	23	27
total	5 748	5 737	5 839	4 613	4 080

Fonte: SGA



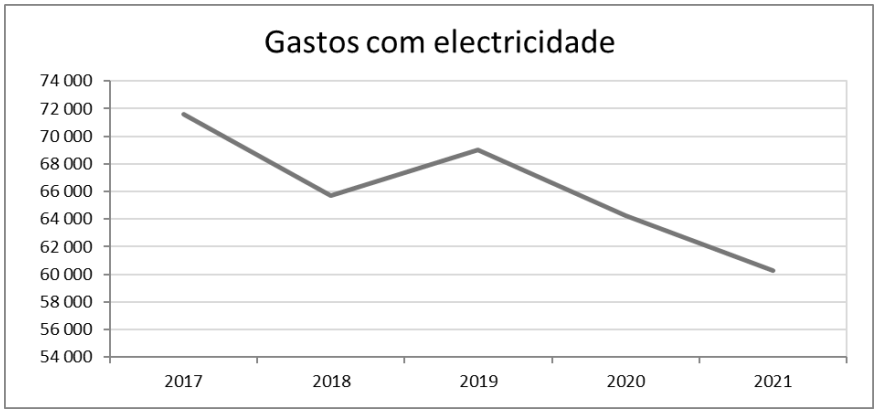
Gastos com eletricidade

Quanto aos consumos de eletricidade, em 2021 há um decréscimo de 6,17% face a 2020. Em termos quantitativos esta queda representa cerca de 3.965 euros anuais. Tal como relativamente aos consumos de água também a diminuição dos consumos de eletricidade são consequência do teletrabalho.

Unidade: euro

Anos \ Meses	2017	2018	2019	2020	2021
janeiro	6015	6273	7983	5566	5255
fevereiro	5175	5319	4764	4981	4375
março	5429	5495	5201	5062	4769
abril	5759	5277	5037	4696	4655
maio	6174	5133	5888	5479	4868
junho	6311	5479	5271	5717	4850
julho	6658	6190	6237	6619	5126
agosto	6625	5987	6242	6488	5335
setembro	6268	4604	5923	5980	5345
outubro	5987	5602	5230	5500	5338
novembro	5503	5224	5372	4661	5327
dezembro	5718	5106	5862	3485	5024
total	71 622	65 690	69 010	64 234	60 269

Fonte: SGA



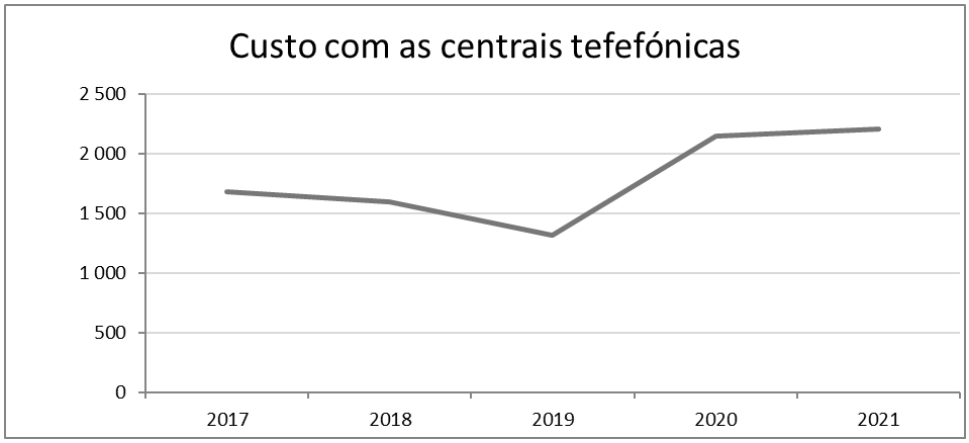
Gastos com centrais telefónicas

Embora até 2019 a tendência tivesse sido de descida em 2020 assistimos a um aumento bastante significativo resultado do reencaminhamento de chamadas, os valores verificados em 2021 são equiparados ao ano anterior, verificando-se um aumento não significativo de cerca de 60 euros.

Unidade: euro

Anos\Meses	2017	2018	2019	2020	2021
janeiro	169	155	139	151	256
fevereiro	175	154	157	108	251
março	139	153	139	102	206
abril	115	143	89	68	227
maio	150	144	133	191	171
junho	149	108	88	237	155
julho	104	120	120	216	137
agosto	126	101	76	229	144
setembro	136	114	122	216	172
outubro	128	119	68	200	149
novembro	156	147	99	210	179
dezembro	133	134	84	217	157
total	1 681	1 592	1 316	2 145	2 205

Fonte: SGA



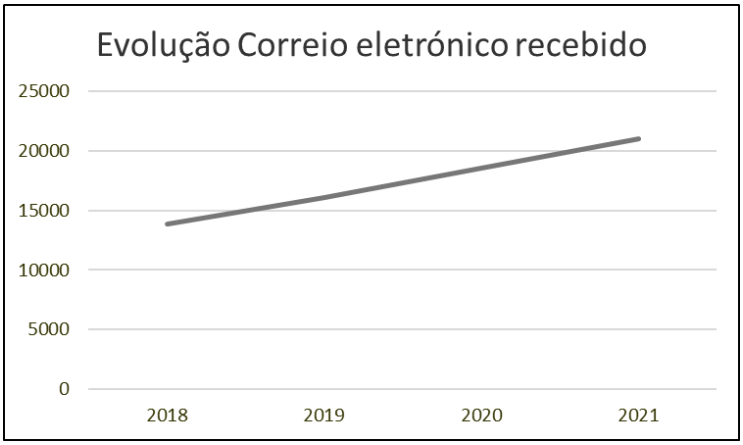
Tratamento da Correspondência

Confirmando a tendência que se vem verificando, o correio recebido sofreu uma subida em 2021, de 10,86%. Esse aumento é essencialmente explicado pelo correio eletrónico, que em termos quantitativos aumentou 2.412 unidades enquanto o aumento verificado na totalidade do correio foi de 4.520 unidades. Conforme se tem verificado nos últimos anos, o canal privilegiado de comunicação com o IGCP tem sido o correio eletrónico, ascendendo em 2020 a 44,6% do total de correio recebido.

Correio recebido

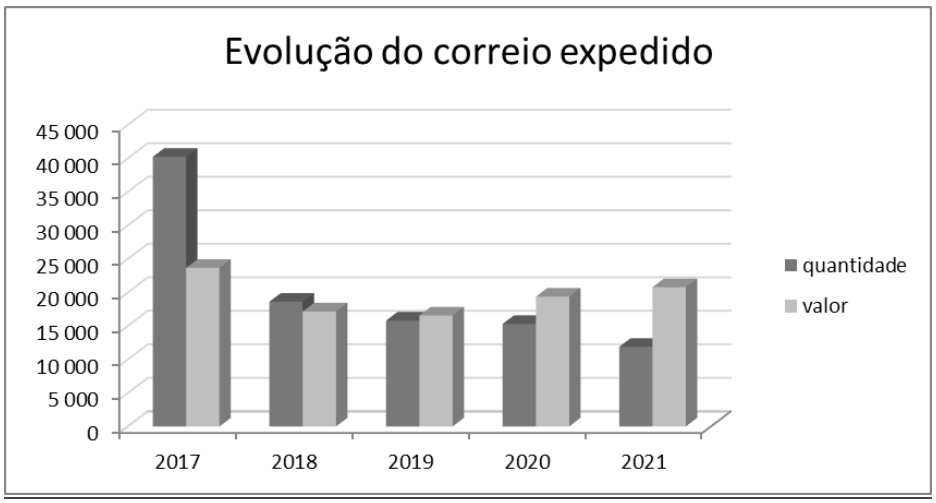
Anos	Valores
2017	33 823
2018	35 247
2019	36 644
2020	37 100
2021	41 620

Fonte: SGA



Correio expedido e a sua evolução

Mantém-se a tendência de descida do correio expedido, tendência essa que não se verificou nos custos associados ao mesmo cujo acréscimo foi de 7,27% relativamente ao ano 2020.

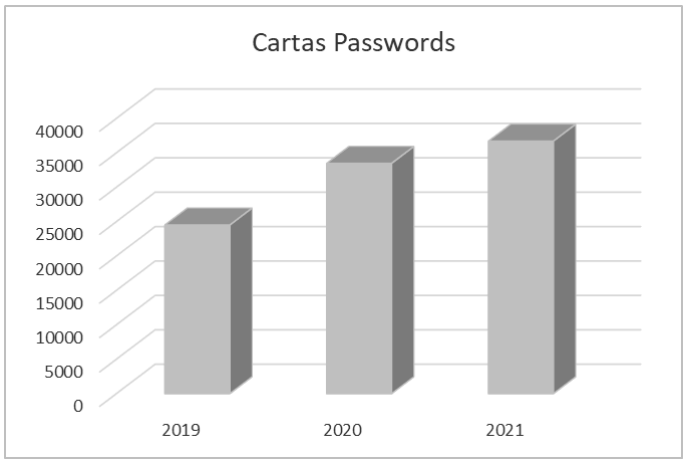


Unidade: euro

Anos	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %
Quantidade	40 230	18 621	-53,71%	15 794	-15,18%	15 294	-3,17%	11 872	-22,37%
Valor	23 664 €	17 157 €	-27,50%	16 540 €	-3,59%	19 369 €	17,10%	20 778 €	7,27%

Fonte: SGA

Relativamente a 2019, 2020 e 2021 as quantidades consideradas incluem unicamente a correspondência tratada diretamente pela agência não considerando as quantidades de cartas referentes a *passwords* do SPA, *Aforronnet* e *Internet Banking*, serviço que se encontra subcontratado a uma empresa externa. Contrariamente, o valor desse serviço encontra-se incluído no quadro. Assim salientamos que o acréscimo de 2020 para 2021 relativamente aos valores não evidencia somente um acréscimo nos custos de cada carta enviada, mas também um aumento de 9,66%, no número de cartas *password* enviadas, conforme quadro abaixo.



Faturação - Receita Cobrada

Relativamente à faturação dos serviços prestados pelo IGCP na sua atividade bancária, aos vários organismos do Estado sujeitos à unidade de tesouraria, designadamente o aluguer e utilização de TPA, encargos com DUC, pagamentos e serviços multibanco e encargos com certificação digital, o número de faturas emitidas em 2021 diminui 1,68% relativamente ao ano de 2020, em virtude de terem sido agrupadas faturas da mesma entidade. A receita cobrada ascendeu a 10,77 milhões de euros, verba que representa um acréscimo de 23,5% relativamente ao ano anterior.

Unidade: euro

Anos	Receita cobrada
2018	6 628 999
2019	7 748 338
2020	8 721 157
2021	10 771 474

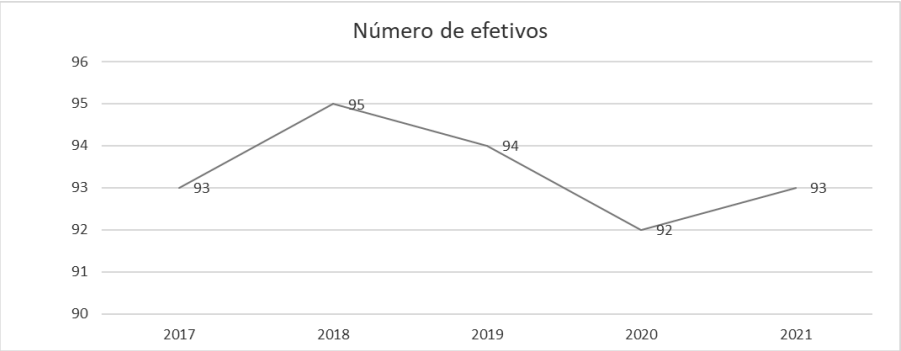
Aquisições - compras

O IGCP participa nos procedimentos efetuados pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério das Finanças, tendo-se verificado preços mais vantajosos nas aquisições efetuadas tais como consumíveis de secretaria e papel, produtos de limpeza e higiene, serviços de limpeza, comunicações móveis terrestre, entre outros procedimentos. Aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas na qualidade de entidade compradora voluntária. Por se terem verificado danos em várias impressoras face à má qualidade dos consumíveis de impressão adquiridos, o IGCP suspendeu a ida aos procedimentos dos consumíveis de impressão.

RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2021, o IGCP tinha ao seu serviço, excluindo o Conselho de Administração, 93 trabalhadores, mais 1 colaborador do que no final de 2020. O Plano de Atividades e Orçamento autorizava a contratação até 95 trabalhadores.



Em 2021, verificou-se a saída de quatro colaboradores: - um coordenador e três técnicos. Três das saídas ocorreram por iniciativa dos colaboradores e a restante por aposentação. Registou-se a contratação de um coordenador e três técnicos. As contratações aconteceram dentro do âmbito da administração pública. Em simultâneo ocorreu o regresso do colaborador que tinha saído em 2011 para a Assembleia da República, posteriormente ingressou o Governo e por fim encontrava-se de licença sem vencimento.

O nível etário médio da organização sofreu uma ligeira diminuição para 47,81 anos (era em 2020 de 47,05 anos).

Área	Nome	Cargo	Nº Colaboradores
Conselho de Administração	Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho	Presidente	
	Maria Rita Gomes Granger	Vogal	
	António Abel Sancho Pontes Correia	Vogal	
Secretário-Geral	Maria João Martins Parreira Ferreira Leite	Coordenador	1 Coordenador
Área de Gestão de Riscos e de Mercados	David Mendes Duarte	Coordenador	1 Coordenador 1 Administrativo
Núcleo da Sala de Mercados	Nuno André Simões Dias Coelho	Coordenador	1 Coordenador 1 Técnico
Núcleo de Gestão de Riscos	a)		
Área de Clientes	Manuel Rui do Nascimento	Coordenador	1 Coordenador 1 Técnico 1 Administrativo
Serviço de Gestão de Contas de Clientes	Maria de Fátima Almeida A. Nepomuceno	Coordenador	1 Coordenador 7 Técnicos 2 Administrativos
Serviço de Gestão de Contas do Tesouro	Carla Isabel R. Rosado M. Silva	Coordenador	1 Coordenador 3 Técnicos 2 Administrativos
Serviço de Divida de Retalho	Mafalda Sofia Fonseca Nunes	Coordenador	1 Coordenador 7 Técnicos 3 Administrativos
Área de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação	Carlos Manuel M. Gonçalves	Coordenador	1 Coordenador 5 Técnicos 3 Administrativos
Núcleo de Desenvolvimento dos Sistemas de Informação	Vanda Maria Miranda Martins	Coordenador	1 Coordenador 5 Técnicos 1 Administrativos
Área de Operações	a)		
Serviço de Acompanhamento de Operações	Célia Cristina Venâncio de Oliveira Galrinho	Coordenador	1 Coordenador 4 Técnicos 3 Administrativos
Serviço de Operações Contabilísticas	Edite Maria S. Alves Gonçalves	Coordenador	1 Coordenador 3 Técnicos 1 Administrativos
Gabinete de Apoio			4 Técnicos 3 Administrativos 1 Auxiliar
Gabinete de Estudos	Patricia Alexandra dos Santos Antunes	Coordenador	1 Coordenador 3 Técnicos
Núcleo de Controlo Financeiro	Jorge Ricardo Figueiredo Guedes	Coordenador	1 Coordenador 3 Técnicos
Núcleo de Emissões e Mercados	Tiago Miguel Vargas Tavares	Coordenador	1 Coordenador 3 Técnicos
Núcleo Função Compliance	Paulo Navarro Affonseca Sousa Leiria	Coordenador	1 Coordenador 1 Técnico
Serviço de Gestão Administrativo	Maria do Rosário Mocho Ferreira Alcobia	Coordenador	1 Coordenador 2 Técnicos 3 Administrativos 1 Auxiliar

a) Ainda não foi iniciado o processo de recrutamento relativo ao Coordenador da Área de Operações e do Núcleo de Gestão de Riscos

No decorrer do ano a empresa contratada para a prestação de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho procedeu a uma "auditoria", tendo concluído da conformidade das práticas com a legislação em vigor, avaliando essa auditoria com a "muito bom".

FORMAÇÃO

FORMAÇÃO

A construção e a execução do Plano de Formação de 2021 (PF 2021) teve em consideração o contexto pandémico/COVID 19, levando o Conselho de Administração a determinar:

- Tendo em consideração o atual contexto, o Conselho de Administração no pressuposto que não será possível ter formações presenciais nem deslocações em trabalho, solicita aos Coordenadores que as ações de formação identificadas para o corrente ano, decorram em *e-learning* ou em *Live Training*"

O Conselho de Administração na preparação do PF 2021, realçou que as ações de formação deveriam diagnosticar as necessidades formativas, e acima de tudo, estarem em linha com objetivos e estratégias definidos para o Plano Estratégico 2019/2021, que por sua vez irão nortear a afetação de recursos e o planeamento de Projetos e Atividade nos próximos anos.

A formação à semelhança da execução do Plano de Formação 2020, decorreu em regime de teletrabalho, no entanto, ocorreram formações em que foram disponibilizados nas instalações do IGCP meios para que os Colaboradores as pudessem frequentar.

O Plano previa 40 ações, concretizaram-se 34, das quais 3 não estavam programadas.

A não realização de ações previstas prende-se com:

- As instituições/organizações não realizarem as mesmas por não terem candidatos suficientes;
- Por necessidade de serviço não foi possível frequentar a ação;
- Demissão de Colaboradores

FORMAÇÃO 2021	
Ações Previstas	40
Ações Realizadas	34
Ações Novas	3
N.º de Participantes nas ações	111
Dias de Formação	225
Horas de Formação	1.551
U.E. envolvidas	15
Custo da Formação	28.176,99 €

O Plano de Formação para 2021 foi construído de forma transversal a todas as Unidades de Estrutura, a todos os colaboradores (Administrativos, Técnicos e Coordenadores) e abrangeu as diferentes categorias estabelecidas para a formação.

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

OBJETIVOS DE GESTÃO

O IGCP teve como Orientação Estratégica:

NO PLANO INSTITUCIONAL

O IGCP continuou o processo de consolidação das responsabilidades atribuídas.

A crescentemente ambiciosa missão da Agência obrigou a adequar os recursos humanos, materiais e financeiros às realidades com que o negócio se confrontou.

A necessidade de manutenção de uma parte significativa das equipas em regime de teletrabalho continuou a constituir um desafio para o IGCP, desafio esse que obrigou ao reequacionamento da forma como esta agência desenvolveu o seu trabalho, com impacto na sua atividade e no seu plano de investimento.

NO PLANO DA GESTÃO DA TESOURARIA E DE RISCO

A Agência prosseguiu na promoção da unidade da tesouraria do Estado, disponibilizando melhores serviços aos clientes designadamente a nova plataforma de *Homebanking*, foi disponibilizada à totalidade dos seus Clientes institucionais, plataforma essa com melhor capacidade de resposta às necessidades dos utilizadores tendente a uma maior eficiência e autonomia das entidades públicas.

Assegurou o controlo da Rede de Cobranças do Estado, especialmente ao nível dos seus fluxos financeiros, colaborando ainda no apoio ao incremento dessa mesma rede.

NO PLANO DA GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

A Agência garantiu o cumprimento das necessidades de financiamento do Estado inserido numa lógica que combina minimização de custo de financiamento numa ótica de médio e longo prazo e redução de risco de financiamento.

Em 2019, iniciou-se um projeto piloto de implementação de uma nova Carteira de Referência e novas Normas Orientadoras para a gestão da dívida pública, que visava testar o modelo desenvolvido, potencializando maior transparência na prestação de contas pelo IGCP[4]. A estratégia de financiamento utilizada pelo modelo foi atualizada em 2020, tendo sido ajustada às condições de mercado e prevê-se que seja revista novamente em 2022 em função da alteração de paradigma no mercado de taxas de juro, apesar de continuarmos a aguardar aprovação formal da Tutela.

Acompanhou-se a evolução e comportamento das diferentes vertentes do mercado, em paralelo com o desenvolvimento de um plano de comunicação ativo junto dos diferentes atores (investidores, bancos de

[4] Este trabalho foi enviado à Tutela.

investimento, analistas, entre outros), adaptado às novas condicionantes da pandemia da Covid-19, substituindo reuniões presenciais e *roadshows* por outras ações de comunicação à distância.

Aprofundou-se o conhecimento do funcionamento da economia portuguesa e europeia e a evolução das variáveis orçamentais, de modo a melhorar a capacidade de previsão de evolução das variáveis macroeconómicas e financeiras mais relevantes para a atividade do IGCP.

Procedeu-se à consolidação da base de investidores na dívida pública portuguesa com o objetivo de reduzir a volatilidade e aumentar a confiança na capacidade de financiamento.

Propuseram-se estratégias de gestão ativa do risco de taxa de juro, com recurso a derivados, visando a minimização do custo da dívida numa ótica de médio/longo prazo.

NO PLANO DO APOIO ÀS ENTIDADES PÚBLICAS

O IGCP deu continuidade ao trabalho destinado a responder da melhor forma às exigências de acompanhamento das operações de financiamento e da gestão de derivados das entidades públicas, nomeadamente do sector público empresarial.

NO PLANO ORGANIZATIVO

A Agência continuou a adaptar os seus processos de negócio por forma a dinamizar o teletrabalho e a gestão de equipas no contexto decorrente da pandemia do Covid-19.

Tendo em consideração que a vigência do Plano Estratégico era 2019-2021, foi entendido pelo Conselho de Administração estender o horizonte temporal do mesmo por mais um ano. Da sua revisão ocorre a criação de quinto objetivo estratégico – Garantira a sustentabilidade operacional – que garante a continuidade da atividade do IGCP em linha com as prioridades estratégicas definidas. No entanto a nova versão do Plano Estratégico só entrará em vigor em 1 de janeiro de 2022.

NO PLANO DAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

As Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC favorecem a capacidade de melhoria do conhecimento, qualidade e disponibilidade de dados, originando oportunidades de melhoria dos processos internos e dos serviços prestados.

É com base nas capacidades das TIC, que se concebeu, desenvolveu, adaptou e implementou sistemas de informação, bem como atualizou a infraestrutura tecnológica e desenvolveu projetos por forma a atingir os objetivos definidos pelo IGCP, quer para a Gestão da Tesouraria, quer para a Gestão da Dívida Pública.

Em 2021, foi iniciada a evolução tecnológica, em diferentes vertentes, dos principais sistemas de informação do IGCP. De uma forma geral, estas intervenções incidiram ao nível das bases de dados, das ferramentas de

desenvolvimento propriamente ditas (quer ao nível do *batch*, quer do *on line*) e, em alguns casos, dos sistemas operativos.

A evolução tecnológica dos 3 sistemas de compensação do IGCP – o sistema de compensação SEPA (SEPT), o sistema transferências não SEPA (TNS) e o sistema de compensação multibanco (SCTM) – e a respetiva entrada em produção ocorreram em 2021.

O ano 2021 ficou ainda marcado pela conclusão da migração de todos os clientes para o novo de *Internet Banking* assim como um conjunto de alterações no respetivo *Backoffice*, tendo em conta o novo contexto.

Foram também iniciados os trabalhos para a standard ISO 20022 para as mensagens financeiras, com entrada em produção em novembro de 2022 e término a novembro de 2025. Durante estes 3 anos o novo standard coexistirá com o standard atualmente utilizado, devendo as instituições financeiras preparar-se para enviar e receber mensagens nos dois formatos, conforme imposição da *Swift*, tendo já sido definida a abordagem e análise dos impactos nos sistemas internos e escolhida a solução, com determinação das especificações e respetivo desenvolvimento, da solução a adotar.
Salienta-se as atividades relacionadas com a segurança da informação, resultantes quer da obrigatoriedade de cumprimento de requisitos de entidades externas quer pela criticidade, sensibilidade e complexidade que os processos relacionados com a segurança têm nas organizações.

Foi ainda necessário proceder à implementação de um sistema de filtragem dos Clientes de retalho que permitisse identificar as "Pessoas Politicamente Expostas" (PEP) foi considerada como prioritária, pois este era o elemento mais relevante ainda em falta no IGCP face às exigências da Lei em matéria de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O IGCP não recorre ao financiamento.

LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Situação não aplicável ao IGCP.

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

A Agência não tem dividas a fornecedores, pagando aos mesmos antes do termo do vencimento das faturas. No final do ano todas as faturas recebidas foram pagas.

Prazo médio pagamento

Trimestre	2020 (real)	2021 (real)	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	0	0	-	-

REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS SOCIAIS

São órgãos do IGCP:

O conselho de administração

O conselho consultivo

O fiscal único

- Conselho de administração

É composto por um presidente e dois vogais, competindo-lhe exercer todas as competências e praticar todos os atos cometidos à Agência nos termos da lei e que não se compreendam no âmbito da competência exclusiva dos outros órgãos.

Integram o Conselho de Administração:

Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho – presidente

António Abel Sancho Pontes Correia – vogal

Maria Rita Gomes Granger – vogal

Em 2021 o Conselho de Administração manteve-se em funções e nenhum elemento acumula funções.

Mandato (Inicio - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Opção lugar origem			Número mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2019-2021	Presidente	Mestre Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho	RCM 24/2019	24/jan	Não	BPI	IGCP	3
	Vogal	Dr. António Abel Sancho Pontes Correia	RCM 24/2019	24/jan	Não	AT	IGCP	3
	Vogal	Dra. Maria Rita Gomes Granger	RCM 24/2019	24/jan	Sim	BPortugal	BPortugal	1

unidade:euro

Membro CA	Estatuto Gestor Público		Remuneração Mensal bruta	
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Vencimento mensal	Despesas de Representação
Mestre Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho	S	A	5 722,75	2 289,10
Dr. António Abel Sancho Pontes Correia	S	A	4 578,20	1 831,28
Dra. Maria Rita Gomes Granger	N	A	5 268,34	1 831,28

unidade:euro

Membro CA	Remuneração Anual				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Mestre Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho	107 587,70	-	107 587,70	5 379,39	102 208,31
Dr. António Abel Sancho Pontes Correia	86 070,16	-	86 070,16	4 303,51	81 766,65
Dra. Maria Rita Gomes Granger	95 732,12	-	95 732,12	1 098,72	94 633,40
Total	289 389,98	-	289 389,98	10 781,62	278 608,36

(1) remuneração fixa corresponde vencimento+despesas representação sem reduções

(4) redução prevista no artigo 12º Lei 12-A/2010, de 30/06

O valor recebido em 2021 encontra-se evidenciado no quadro seguinte:

Mandato * (Inicio - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	Subsidio de Refeição	Beneficios Sociais Regime de Protecção Social Identificar	Valor
2019-	Presidente	Mestre Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho	102 208,31 €	2 425,80 €	Segurança Social	18 296,46 €
	Vogal	Dr. António Abel Sancho Pontes Correia	81 766,65 €	2 012,75 €	Caixa Geral de Aposentações	20 358,66 €
	Vogal	Dra. Maria Rita Gomes Granger	94 633,40 €	2 869,36 €	Segurança Social	39 866,39 €
		Total	278 608,36 €	7 307,91 €		78 521,51 €

*Nomeação efetuada nos termos da Resolução Conselho de Ministros nº 24/2019, de 24/01

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não inclui qualquer componente variável e nenhum membro do Conselho de Administração recebeu qualquer valor como prémio.

Gastos com Comunicações Móveis

Nome	Plafond anual	Valor Utilizado
Mestre Cristina Casalinho	960,00 €	382,69 €
Dr. António Pontes Correia	960,00 €	130,86 €
Dra. Rita Granger	880,00 €	425,41 €
Total	2 800,00 €	938,96 €

Gastos com Deslocações em Serviço

Alojamento	Transportes	Ajudas de Custo	Custos Totais
0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

* iniciou funções em 1 fevereiro de 2019

Gastos Anuais com Viaturas Associadas ao Conselho de Administração

Nome	Plafond Definido para Combustivel	Gastos Anuais Associados à frota Automóvel afeta a Orgãos Sociais		
		Combustivel	Portagens	Seguros
Mestre Cristina Casalinho	6 867,00 €	536,91 €	251,95 €	*
Dr. António Pontes Correia	5 494,00 €	2 702,95 €	647,55 €	135,64 €
Dra. Rita Granger	5 494,00 €	831,45 €	218,80 €	135,64 €
Total	17 855,00 €	4 071,31	1 118,30 €	271,28 €

* Valor do seguro incluido na renda

- Conselho Consultivo

É composto por nomeação do Governo e integra ex-presidentes do IGCP, bem como um representante do Banco de Portugal.

Conselho Consultivo

Mandato * (Inicio - Fim)	Nome
2019-2021	Alberto Manuel Sarmento Azevedo Soares
	Daniel Bessa Fernandes Coelho
	Helder Manuel Sebastião Rosalino
	Sérgio Tavares Rebelo
	Vasco Manuel da Silva Pereira
	Vítor Augusto Brinquete Bento

- Fiscal Único

Mandato * (Inicio - Fim)	Fiscal Único	Nome	Vencimento Anual
2018-2021***	Fiscal Único efetivo**	JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC	26 607,36 €

* com efeitos a 8 de maio, Depacho 284/19 da SEAF

** A partir de dezembro de 2019 representado pelo Fiscal Único Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

*** Instrução da DGTF com base no acordão 15008/20.1T8LSB.L1-1, emitido em 2021 pelo Tribunal da Relação de Lisboa

ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

De acordo com o artigo 32º do Estatuto do Gestor Público os do Conselho de Administração do IGCP não são detentores de cartões de crédito em nome da Agência ou outros meios de pagamento e não foram reembolsados de quaisquer despesas no âmbito das despesas de representação pessoal.

DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

De acordo com o nº 2 do art. 16.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11º do Estatuto do Gestor Público, não foram realizadas despesas não documentadas ou confidenciais.

RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

Não foi elaborado relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e a homens, para cumprimento do nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7/03.

RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Não foi ainda elaborado o relatório anual sobre a prevenção da corrupção. No entanto em função, nomeadamente, das Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção nºs 1/2009, de 1 de julho e 3/2015, de 9 de julho, a Agência tem normativo interno específico estabelecendo medidas e procedimentos em vista da prevenção de tais riscos, sendo que alguns desses procedimentos têm igualmente por objeto prevenir fraude interna e externa.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O IGCP como entidade pertencente ao setor empresarial do Estado não está obrigado ao Sistema Nacional de Compras Públicas, porém, aderiu voluntariamente às compras centralizadas através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério das Finanças (UMC) ou da ESPAP para os procedimentos centralizados, tais como energia ou combustíveis rodoviários.

Nos procedimentos por si lançados utiliza as normas de contratação pública vigentes.

Foi efetuado por ajuste direto um procedimento acima de 1 milhão de euros para prestação de serviços de cobrança dos DUC pelos CTT – Correios de Portugal, S.A. tendo o mesmo sido submetido a visto prévio do Tribunal de Contas.

FROTA AUTOMÓVEL

Frota de viaturas para uso do CA e dos serviços gerais de apoio aos Orgãos Sociais	Modalidade	Ano ínicio	Ano termo	Número Prestações	Valor Renda Mensal	Valor Anual
24-IE-84	AOV	2009	2023	162	588,73 €	7 064,76 €
80-85-RH	Aquisição	2001	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
80-91-RH	Aquisição	2001	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
11-00-QJ	Aquisição	2000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
19-VA-42	AOV	2018	2024	72	372,30 €	4 467,60 €
31-14-RM	Aquisição	2001	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
22-NH-30	AOV	2012	2022	120	420,81 €	5 049,72 €

A frota automóvel do IGCP E.P.E. é composta por 7 viaturas (foi autorizada a manutenção do número de viaturas). Tem sido renegociado os contratos de AOV aumentando o número de prestações afetos aos mesmos. Salienta-se que num deles está a ser muito difícil a renegociação do número de prestações, em virtude do contrato se encontrar no limite do razoável em contratos de AOV.

MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

Em 2021, os gastos com deslocações e gastos com ajudas de custos manifestam uma redução face a 2020. Esta redução é essencialmente consequência da continuação de um ano atípico marcado pela pandemia do vírus SARS-COV-2. Também foi solicitado autorização para o aumento dos gastos com pessoal, para o aumento dos gastos com a frota automóvel bem como para o aumento dos gastos com a contratação estudos, pareceres, projetos e consultadoria, este último não podia exceder 5.600 euros.

No PAO de 2021 foi autorizado o recrutamento de 2 (dois) funcionários, um para o Núcleo de Controlo Financeiros (NCF) e outro para o Gabinete de Estudos, não podendo o número de trabalhadores do IGCP exceder 95 (noventa e cinco) incluindo trabalhadores com funções de chefia/coordenação.

PRC	2021 (real)	2021 (orçamentado)	2020 (real)	2019 (real)	2021/2020 absoluto	2021/2020 variação %
(0) EBITDA						
(1) CMVMC						
(2) FSE	11 917 570,08	4 574 819,00	6 388 609,04	4 439 241,00	5 528 961,04	86,5%
(3) Gastos com pessoal	4 898 463,42	5 559 239,00	4 798 393,41	4 798 104,00	100 070,01	2,1%
(3.1) Indeminizações pagas por rescisão						
(3.2) Valorizações remueratórias nos termos da LOE 2020			58 873,00		- 58 873,00	
(3.3) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21º da Lei 42/2016, de 29/12						
(4) Gastos Operacionais (1)+(2)+(3)	16 816 033,50	10 134 058,00	11 187 002,45	9 237 345,00		
(5) Volume de negócios						
(6) Peso dos Gastos (4)/(5)						
(I) Gastos com deslocações	3 073,33	93 204,00	7 506,41	54 726,00	- 4 433,08	-59,1%
(II) Gastos com ajudas de custo e alojamento (G c/pessoal)	204,66	65 957,00	1 207,36	11 708,82	- 1 002,70	-83,0%
(III) Gastos associados à frota automóvel	31 323,00	29 721,00	30 091,00	29 269,00	1 232,00	4,1%
Total (I)+(II)+(III)	34 600,99	188 882,00	38 804,77	95 703,82		
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria	5 233,26	7 450,00	55,35	3 594,00	5 177,91	9354,9%
Número Total de Recursos de RH (OS+CD+trabalhadores)						
Nº Orgãos Sociais (OS)	3		3	3	-	0,0%
Nº Cargos de Direcção (CD)	16		16	16	-	0,0%
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD)	77		76	78	1,00	1,3%
Nº Trabalhadores / Nº CD	26		25	26	1,00	4,0%
Nº Viaturas	7		7	7	-	0,0%

No PAO de 2016, foi reconhecido ao IGCP, E.P.E., que o volume de negócios não se revelava adequado para aferir o nível de eficiência da Agência. Assim tem sido proposto como indicador de medida da otimização dos gastos operacionais, para o triénio 2018/2020, uma métrica que reflete as principais atividades desenvolvidas pela Agência, nas suas várias vertentes:

- Para atividade de emissão de dívida transacionável: o nº de operações a realizar em cada ano, nomeadamente leilões, sindicatos, Ofertas Públicas de Venda e colocações privadas;
- Para a atividade de emissão de dívida de retalho: o n.º de operações efetuadas, incluindo abertura de contas, alteração de número de IBAN, alteração de dados de clientes, subscrições, amortizações e processos de alteração de titularidade;
- Para a atividade global da tesouraria do Estado: o número de recebimentos e pagamentos efetuados através dos sistemas de *Homebanking* e SGT e o número de contas ativas nos dois sistemas.

Para facilidade de construção do indicador, devido às diferenças de unidade entre as várias variáveis, procedeu-se à sua normalização com base na média e desvio padrão dos valores observados entre 2019 a 2021.

De acordo com o indicador de medida da otimização da estrutura de gastos operacionais, autorizado com a aprovação do PAO 2017, apresenta-se na tabela seguinte os objetivos do IGCP, E.P.E. para o triénio 2021-2023:

2021	2022	2023
450,36	308,74	263,64

PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

A Agência não tem disponibilidades na banca comercial. Em 31 de dezembro de 2021 as suas disponibilidades totalizavam 30.616.532,91 euros.

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	29 285 859,15 €	37 338 100,98 €	35 186 188,08 €	1 000 179,54 €
Aplicações financeiras Cedic				29 616 353,37 €

AUDITORIAS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Nos últimos 3 anos o IGCP não foi auditado pelo Tribunal de Contas.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

O IGCP iniciou em 2019 a obrigação de divulgar à Direcção Geral do Tesouro e Finanças a informação requerida. Em 2020 e 2021 tentou melhorar esse reporte, tanto a nível de cumprimento de prazos como ao nível da qualidade da informação prestada.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2021 (real)	2021 (orçamentado)	2020 (real)	Variação 2021/2020 valor	Variação 2021/2020 %
Impostos, contribuições e taxas						
Vendas						
Prestações de serviços e concessões	(1)	16 830 652	27 182 800	16 954 878	- 124 225	-0,7%
Transferências e subsídios correntes obtidos	(2)	26 309 935	26 791 500	23 919 083	2 390 852	10,0%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, assoc e empre conj						
Variações nos inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						
Fornecimentos e serviços externos	(3)	- 37 532 029	- 32 366 317	- 33 556 234	-3 975 795	11,8%
Gastos com o pessoal	(4)	- 4 898 463	- 5 003 315	- 4 798 393	- 100 070	2,1%
Transferências e subsídios concedidos						
Prestações sociais						
Imparidade de inventários (perdas/reversões)						
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						
Provisões (aumentos/reduções)						
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						
Aumentos/reduções de justo valor						
Outros rendimentos e ganhos	(5)			14 736	- 14 736	
Outros gastos e perdas	(6)			- 1 081	1 081	-100,0%
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		710 095	16 604 668	2 532 989	-1 822 894	-72,0%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(7)	- 382 536	- 620 194	- 291 684	- 90 853	31,1%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		327 558	15 984 474	2 241 305	-1 913 747	-85,4%
Juros e rendimentos similares obtidos						
Juros e gastos similares suportados						
Resultado antes de impostos		327 558	15 984 474	2 241 305	-1 913 747	-85,4%
Imposto sobre o rendimento						
Resultado líquido do período	(7)	327 558	15 984 474	2 241 305	-1 913 747	-85,4%

As contas de rendimentos evidenciadas nesta demonstração financeira traduzem os valores recebidos provenientes de receita próprias (nota 1), onde se incluem o valor recebido a titulo de comissão de gestão do IGCP E.P.E., nos termos do DL 200/2012, de 27 de agosto, publicado no D.R. 162 – 1ª série – Prestações de serviços e concessões e a receitas cobradas no âmbito da atividade bancária prestada por esta entidade; e as receitas gerais Transferências e subsídios correntes obtidos (nota 2).

Da comissão de gestão fixada em 27,183 milhões de euros só foi utilizado em 2021, a importância de 7,683 milhões de euros, embora inicialmente tivesse sido requisitada a sua totalidade, foram restituídos ao orçamento dos Encargos da Divida 19,5 milhões de euros.

Relativamente às receitas gerais, estas são recebidas do Orçamento Geral do Estado, nomeadamente do Capítulo 60 – Despesas Excecionais da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF). O seu recebimento tem como contrapartida o pagamento da prestação de serviços com as entidades colaboradoras na rede de cobranças do Estado no âmbito do protocolo de cobrança/Tesouraria do Estado, bem como o apoio às caixas do Tesouro.

Em termos de gastos salientamos os Fornecimento e Serviços Externos (nota 3), no montante de 37.532.029,13 euros, cujo acréscimo face a 2020 foi de 11,85%. Este aumento foi resultante do acréscimo com os pagamentos do protocolo de cobrança de DUC às entidades colaboradoras na cobrança, que comparativamente a 2020 teve um aumento de 12,53%. Salientamos ainda a execução da rubrica Deslocações, Estadas e Transportes que tem apresentado valores muito abaixo do normal e que em 2021

ainda sofreu um decréscimo face ao ano de 2020 de 59,06% euros, resultado do ano 2021 continuar a ser um ano marcado pela pandemia e de se ter deixado de efetuar reuniões em modo presencial. A conta de gastos referente a Deslocações Estadas e Transportes apresenta o montante total de 3.073,33 euros (ver quadro).

Quanto aos Gastos com pessoal (nota 4) o montante de 2021, 4.898.463,42 euros, difere de 2020 em termos absolutos em 100.070,01 euros. Embora não tenham ocorrido atualizações salariais para os colaboradores com contrato de trabalho em funções públicas foram pagos aumentos de 0,3% para os colaboradores com contrato de trabalho com base no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, este aumento embora com efeitos a 2020 só foi refletido em 2021, por outro lado alguns gastos com pessoal em 2020 tinham sido afetos ao projeto *Internet Banking*. A conta de Outros Rendimentos e Outros Gastos não apresentam qualquer saldo.

FSE	2020	2021	Variação 2020/2019
Deslocações, Estadas e Transportes	7 506,41	3 073,33	-59,06%
Serviços Especializados	68 528,83	113 200,07	65,19%
Conservação e Reparação	412 428,33	381 507,88	-7,50%
Cons e Reparação ativos fixos	11 349,49	11 852,20	4,43%
Assistência Técnica	401 078,94	369 655,68	-7,83%
Eletricidade	65 982,32	60 324,56	-8,57%
Combustiveis e Lubrificantes	2 820,51	4 455,39	57,96%
Água	4 764,11	4 349,78	-8,70%
Rendas e alugueres - edificios	431 677,93	432 286,16	0,14%
Rendas e alugueres - viaturas	16 582,08	16 582,08	0,00%
Comunicações	59 704,96	60 430,93	1,22%
Limpeza Higiene e Conforto	28 276,39	33 164,74	17,29%
Encargos Cobrança Receita	29 528 570,26	33 228 165,07	12,53%
Restantes FSE	2 929 391,77	3 194 489,14	9,05%
Total FSE	*33 556 233,90*	*37 532 029,13*	*11,85%*
Gastos com Pessoal	*4 798 393,41*	*4 898 463,42*	*2,09%*

Relativamente às Amortizações verificamos um aumento de 31,15%, relativamente a 2020, em virtude da totalidade dos equipamentos adquiridos em 2020 afetos ao projeto IB, em 2021 terem amortizado 12 duodécimos.

Os Resultados Líquidos apurados ascendem a 327.558,23 euros (nota 7), conforme já referido na análise ao balanço. Estes tiveram uma diminuição relativamente a 2020, em virtude do IGCP ser um organismo da Administração Pública cujo objetivo não é apresentar resultados líquidos muito favoráveis, mas pesar o menos possível no orçamento que suporta o seu funcionamento. Assim anualmente é restituído ao orçamento dos Encargos da Divida o valor que excede a despesa paga por receitas próprias, essa restituição foi em 2020 de 16 milhões de euros e em 2021 de 19,5 milhões de euros.

BALANÇO

(valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	2021 (real)	2021 (orçamentado)	2020 (real)
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangiveis	(1)	387 895	126 820	466 048
Propriedades de investimento				
Ativos intangíveis	(2)	1 406 736	783 740	1 342 413
Ativos biológicos				
Participações financeiras				
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis				
Acionistas/sócios/associados				
Diferimentos				
Outros activos financeiros				
Ativos por impostos diferidos				
		1 794 631	910 560	1 808 461
Ativo corrente				
Inventários				
Ativos biológicos				
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis				
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis				
Clientes, contribuintes e utentes	(3)			
Estado e outros entes públicos	(4)	71 225		88 959
Acionistas/sócios/associados				
Outras contas a receber	(5)	655 021	10 552 571	578 730
Diferimentos	(6)	409 089		340 008
Ativos financeiros detidos para negociação				
Outros ativos financeiros	(7)	29 616 353		
Ativos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos	(8)	1 000 180	37 619 852	29 692 408
		31 751 868	48 172 423	30 700 106
Total do ativo		33 546 499	49 082 983	32 508 567
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	(9)			
Património/Capital		50 000	50 000	50 000
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas		81 948	81 948	81 948
Resultados transitados	(10)	29 918 786	29 712 843	27 471 539
Ajustamentos em activos financeiros		1 269	1 269	1 269
Excedentes de revalorização				
Outras variações no património líquido				
Resultado líquido do período	(11)	327 558	15 984 474	2 241 305
Dividendos antecipados				
Interesses que não controlam				
Total do património líquido		30 379 560	45 830 534	29 846 060
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões				
Financiamentos obtidos				
Fornecedores de investimentos				
Responsabilidades por beneficios pós-emprego				
Diferimentos				
Passivos por impostos diferidos				
Outras contas a pagar				
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos				
Fornecedores	(12)			
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
Estado e outros entes públicos	(4)	74 183		164 993
Acionistas/sócios/associados				
Financiamentos obtidos				
Fornecedores de investimentos	(13)			
Outras contas a pagar	(14)	3 092 756	3 252 449	2 497 513
Diferimentos				
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
		3 166 939	3 252 449	2 662 506
Total do passivo		3 166 939	3 252 449	2 662 506
Total do património líquido e do passivo		33 546 499	49 082 983	32 508 566

Contas na configuração que não pertencem a este mapa (Ano N):				
8.9				

Em 31 de dezembro o balanço do IGCP E.P.E., é composto por Ativo Não Corrente, onde se encontram os Ativos Fixos Tangíveis que ascendem a 387.895,08 euros (nota 1) e Ativos Intangíveis no montante de 1.406.735,68 euros (nota 2). Relativamente a 2020 os Ativos Fixos Tangíveis evidenciam um decréscimo de 20,15% enquanto os Ativos Intangíveis apresentam um aumento de cerca de 4,79% relativamente ao ano anterior.

A conta de Clientes (nota 3) não apresenta saldo representando assim que todas as faturas emitidas foram pagas; Estado e Outros Entes Públicos, conta cujo saldo final é parte integrado no ativo e parte no passivo corrente (nota 4), apresenta saldo credor de 2.957,46 euros valor que corresponde ao iva a pagar, resultado do apuramento de dezembro; Outras Contas a Receber (nota 5) no montante 655.021,00 euros, corresponde ao montante de rendimentos a receber referentes a 2021 mas cujo recebimento só ocorre no ano seguinte; Diferimentos (nota 6) gastos efetuados no exercício em causa mas que devem ser reconhecidos no exercício seguinte, no montante de 409.089,00 euros; o montante de depósitos à ordem correspondente ao saldo transitado de anos anteriores foi aplicado em CEDIC desde o dia 29 de dezembro de 2021 ao dia 3 de janeiro de 2022 à taxa 0%, no valor de 29.616.353,37 euros (nota 7), a este saldo acresce o saldo da conta Caixa (nota 8) que ascende ao montante de 1.000.179,54 euros. O saldo de caixa encontra-se depositado numa conta bancária na Agência de Gestão da Tesouraria e da Divida Pública – IGCP, E.P.E. (Tesouro).

O Património Liquido (nota 9) ascende a 30.379.560,18 euros. Desde 2012, ano em que o IGCP foi transformado numa entidade pública empresarial através do DL 200/2012, de 27/08, não há qualquer alteração aos saldos das contas Capital Social, Reservas e Ajustamentos em Ativos Financeiros. Integram ainda o património liquido as contas de Resultados Transitados (nota 10), onde se encontram registados os resultados apurados em anos anteriores e o Resultado Liquido do Período (nota 11) no montante de 327.558,23 euros. O resultado liquido apurado evidencia um decréscimo de 85,39% relativamente ao ano anterior, em virtude da utilização de receita própria do IGCP, cobrada em 2021, na sua atividade bancária, para pagamento de cerca de 9,225 milhões de euros de despesa com as entidades colaboradoras na cobrança e na arrecadação desta e 650 mil euros para reforço da rubrica por onde são ressarcidos todos os compromissos com a atividade bancária do IGCP.

Nos termos da Norma de contabilidade pública 2 (NCP2) foi efetuada uma correção relativa à conta de gerência de 2020, essa correção foi efetuada através da conta de resultados transitados em 2021 e será corrigida por reexpressão retrospetiva, através da apresentação de um balanço e uma demonstração de resultados por naturezas adicional que evidencia a situação (ver ponto relativo a ativos fixos tangíveis/intengiveis.

O Passivo Não Corrente não evidencia movimentos em virtude do IGCP não ter dividas a fornecedores, à data de 31 de dezembro de 2021.

Quanto ao Passivo Corrente, no final do ano não ficou qualquer fatura a pagamento a conta de Fornecedores e ou Fornecedores de Investimentos (nota 12) não evidenciam saldo. É composto unicamente pelo saldo das contas Estado e Outros Entes Públicos (nota 4) já anteriormente referido e pelo saldo da conta Outras Contas a Pagar (nota 14). Esta última, evidencia os gastos que irão ocorrer no ano seguinte, mas que devem ser reconhecidos ainda no ano desta gerência, tanto a nível de gastos com pessoal (pagamento de férias e respetivos subsídios) que ascende a 631.904, 00 euros, como de bens e serviços no montante de 2.460.852,00 euros. O valor referente a gastos com o pessoal é aproximado dos valores verificados em 2020, o valor referente a bens e serviços aumentou significativamente em virtude de não termos regularizado a totalidade dos valores faturados e ou a faturar referentes a dezembro pela SIBS.

O total do Património liquido e do Passivo são coerentes com o total do Ativo e ascendem a 33.546.498,88 euros.

FLUXOS DE CAIXA

(valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	2021 (real)	2021 (orçamentado)	2020 (real)
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	(1)	10 780 509		8 567 573
Recebimentos de contribuintes				
Recebimentos de utentes				
Pagamentos a fornecedores	(2)	- 38 627 739	- 32 366 317	- 34 310 054
Pagamentos ao pessoal	(3)	- 2 470 884	- 5 003 315	- 2 316 422
Caixa gerada pelas operações		- 30 318 114	- 37 369 632	- 28 058 903
Outros recebimentos/pagamentos	(4)	31 403 572	46 297 076	30 867 415
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		1 085 459	8 927 444	2 808 513
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	(5)	- 68 476	- 110 000	- 146 733
Activos intangíveis	(6)	- 92 858	- 890 000	- 1 064 075
Propriedades de investimento				
Investimentos financeiros				
Outros activos				
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Propriedades de investimento				
Investimentos financeiros				
Outros activos				
Subsídios ao investimento				
Transferências de capital				
Juros e rendimentos similares				
Dividendos				
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		- 161 334	- 1 000 000	- 1 210 808
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital				
Cobertura de prejuízos				
Doações				
Outras operações de financiamento				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares				
Dividendos				
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital				
Outras operações de financiamento				
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)				
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		924 125	7 927 444	1 597 705
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		29 692 408	29 692 408	28 094 703
Caixa e seus equivalentes no fim do período		30 616 533	37 619 852	29 692 408
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período		29 692 408	29 692 408	-
- Equivalentes a caixa no início do período				
- Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior	(7)	29 692 408	29 692 408	-
De execução orçamental		29 616 374	29 616 374	-
De operações de tesouraria		76 034	76 034	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		30 616 533	37 619 852	29 692 408
- Equivalentes a caixa no fim do período				
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo para a gerência seguinte	(8)	30 616 533	37 619 852	29 692 408
De execução orçamental	(9)	30 613 575	37 619 852	29 616 374
De operações de tesouraria	(10)	2 957		76 034
O valor no final do período diverge da soma dos restantes valores.				

Os Recebimentos de Clientes aumentaram 25,83% ascendendo em 2021 para 10,781 milhões de euros (nota 1). Este acréscimo é explicado pela dinamização dos serviços bancários prestados pelo IGCP e pelo pagamento destes por parte das entidades, que integram o perfil de clientes do IGCP.

Também os Pagamentos a Fornecedores sofrem um acréscimo ascendendo a 38.627.739,48 euros (nota 2) por via do aumento com a prestação de serviços com os encargos de cobrança de receita, vulgarmente denominado com o pagamento às instituições de crédito do serviço de DUC no âmbito do protocolo de cobranças do Estado e com a prestação de serviços de apoio às caixas do Tesouro.

Os Pagamentos a Pessoal (nota 3) evidenciam um ligeiro aumento em virtude de ter regressado um colaborador que se encontrava de licença sem vencimento.

O total de Fluxos de Caixa por Atividades de Investimento ascende a 161.334,08 euros valor muito inferior ao verificado em 2020 que ascendeu a 1.210.808,26 euros, e integra os pagamentos efetuados referentes a Ativos Fixos Tangíveis (nota 5) e Ativos Intangíveis (nota 6). Estes últimos incorporam ainda os valores pagos referentes a ativos intangíveis em curso, cujo aumento por pagamentos efetuados em 2021 foi de 14.987,55 euros dos quais 7.626,00 euros correspondem aos últimos pagamentos efetuados para o projeto IB e 7.361.55 euros foram referentes à aquisição de um software especializado em relatórios para o sistema SCE.

Relativamente aos Outros Recebimentos e Pagamentos (nota 4) evidenciam um acréscimo de 1,71%, ascendendo em 2021 a 31.403.572,48 euros. Justifica-se este acréscimo pelo aumento de verba recebida do capitulo 60 do Orçamento de Estado (despesas excecionais) face a 2020 que em valores absolutos ascende a 2,391 milhões de euros e pela diminuição dos valores recebidos do orçamento dos encargos da divida, em termos absolutos ascendeu a 1,376 milhões de euros.

Do saldo apurado do exercício transitará para a gerência de 2021, o montante de 30.616.532,91 euros, (nota 8) referente a receitas próprias, dos quais 30.613.575,42 euros são de execução orçamental (nota 9) e 2.957,49 euros de operações de tesouraria (nota 10) valor a entregar ao Estado resultante do apuramento do IVA de dezembro.

POLITICAS CONTABILISTICAS

TRANSIÇÃO PARA O SNC-AP

Em 2018 prestou pela primeira vez contas em SNC-AP.

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS/TANGÍVEIS

Os ativos intangíveis líquidos ascendem a 633.928,30 euros (conta 4.4 do balancete), enquanto os ativos fixos tangíveis são de 387.895,08 euros (conta 4.3 do balancete). Ambos são mensurados pelo seu custo de aquisição.

Foram considerados investimentos em curso o total de 772.807,38 euros (conta 4.5 do balancete) que se desagregam em 102.951,00 euros de ativos intangíveis em curso transitados de 2019, 447.496,44 euros de 2020 e 222.359,94 euros contabilizados em 2021. A importância de ativos intangíveis em curso contabilizada em 2019 e 2020 corresponde aos gastos despendidos com o projeto de investimento cofinanciado IB no âmbito do Compete 2020, na sua totalidade, os de 2021 correspondem: 7.361,55 euros gastos iniciais com a aquisição de um software especializado em mapas para o sistema SCE; 7.626,00 euros gastos com o projeto IB, 1.430,30 euros valor afeto ao projeto já gasto em 2020 mas cuja regularização só em 2021 foi efetuada em virtude de só em 2021 o Compete2020 ter reembolsado a verba e 205.942,09 euros regularização contabilística de valores afetos ao projeto em 2019 mas que por erro não foram levados a imobilizado em curso.

O total dos gastos com projeto IB só poderá ser considerado ativo intangível depois da comparticipação comunitária estar totalmente recebida. Em termos orçamentais só se poder fazer despesa depois de previamente termos receita. Fata ainda comparticipar pelo Compete2020 a importância de 28.164,03 euros, o que ocorrerá em 2022.

Por outro lado, detetou-se, que os valores pagos a titulo do projeto em 2019, cuja totalidade deveria ter sido levada a ativos intangíveis em curso por lapso não o foram, conforme o quadro seguinte exemplifica,

Imputados a Investimento em curso	2019	2020	2021	Total
010101		89 092,32		89 092,32
020214		180 879,45	9 056,30	189 935,75
020217		31 045,20		31 045,20
070107		29 358,87		29 358,87
070108	102 951,00	117 120,60		220 071,60
Total 1	102 951,00	447 496,44	9 056,30	559 503,74
Imputação direta a software	46 739,46			46 739,46
Imputados direta a Hardware	148 724,09			148 724,09
Total 2				754 967,29
já recebidos em2019 mas não imputados a IC				205 942,09
a receber do COMPETE				28 164,03
Total do projeto				989 073,41

e que 46.739,46 euros foram imediatamente considerados ativos intangíveis e 148.724,09 euros considerados ativos fixos tangíveis, ambos já depreciados em 2019 e 2020; 205.942,09 euros resultantes de gastos com vencimento de pessoal afeto ao projeto e consultadoria afeta aos mesmo, nunca tinham sido considerados como ativos intangíveis em curso. O DL 192/2015, de 11 de setembro, através da NCP 2, prevê a correção de erros materialmente relevantes, e pressupõe a sua reexpressão retrospetiva sempre que possível, a correção foi efetuada em 2021 ano em que erro foi detetado através do aumento da conta de Resultados Transitados, apresentando-se um balanço e uma demonstração de resultados por naturezas que evidencia essa realidade.

Conforme já referido em relatórios anteriores os ativos transferidos da DGT e DGJCP foram mensurados pelo respetivo valor de aquisição deduzido das amortizações. No caso dos ativos sem valor para amortizar foi considerado um valor unitário simbólico de 0.004988 euro.

Relativamente aos objetos de prata antiga, provenientes da DGJCP, foram valorizados, considerando o valor da grama a 2.493989 euro.

Para o restante mobiliário de arte foi considerado um valor que tinha sido anteriormente indicado por pessoa ligada ao ramo e, nos casos de ausência dessa indicação foram considerados valores análogos aos indicados para os objetos avaliados.

Para os bens de prata antiga ou para aqueles classificados com objetos de arte, o valor total de 67.659,46 euros, não tem sido objeto de depreciações, por serem consideradas obras de arte eventualmente valorizáveis com o tempo.

Para as obras de adaptação nas instalações arrendadas na Av. da República no valor de 392.163,08 euros foi fixado um período de utilidade esperada de 10 anos, conforme com o disposto no nº2 do artigo 5º do

Decreto Regulamentar nº2/90 de 12 de janeiro, tendo ficado no final de 2007 totalmente amortizadas. A partir de 2017 existem depreciações relativamente a "Edifícios e Outras Construções" em virtude de em 2016 ter sido restruturado o balcão existente no 1º piso, afeto ao atendimento ao público de assuntos relacionados com a venda de produtos de divida pública a retalho, as verbas inerentes a essa restruturação terem sido consideradas ativo tangível. Esta restruturação ascendeu a 5.298,85 euros.
Com a integração da Tesouraria do Estado no IGCP em 2007, foram transferidos da DGTF equipamentos informáticos que foram mensurados pelo valor de aquisição deduzido das depreciações. Aos equipamentos já totalmente amortizados foram inscritos nos ativos do IGCP por um valor unitário simbólico de um euro. Todo o equipamento transferido da DGTF foi contabilizado nos ativos tendo o seu valor total de 52.146,00 euros acrescido na conta Doações.

O total das aquisições efetuadas em 2021 foram de 161.334,08 euros dos quais 92.858,00 euros foram ativos intangíveis e 68.476,08 euros ativos fixos tangíveis. Do total das aquisições foram transferidos para investimento em curso o total 14.987,55 euros, conforme atrás referimos.
Relativamente às aquisições efetuadas salientamos a aquisição de mais 22 portáteis que adicionados aos 53 adquiridos em 2020, possibilitaram o teletrabalho conforme normativo do Governo e a prevenção da propagação do vírus SARS-CoV-19.
Os abates ascenderam a 27.550,85 euros e correspondiam a ativo fixo totalmente amortizado.
Todos os bens encontram-se inventariados em sistema informático.

À semelhança de 2019 e 2020 foi adotado o Classificador Complementar 2 (CC2) para a classificação dos bens de investimento e as amortizações efetuadas no âmbito desse classificador. Nos casos específicos em que esse mesmo classificador não indicava anos para a vida útil do bem, ou percentagem de amortização anual, incluindo os ativos intangíveis, foram considerados 4 anos considerando que este é o número de anos que o CC2 maioritariamente atribui à maioria dos bens.
Os gastos com as depreciações e amortizações ascendem a 382.536,41 euros.

LOCAÇÕES

O IGCP tem unicamente locações operacionais nos termos da NCP 6. Essas locações consistem no aluguer operacional de 3 veículos cujo custo mensal ascende a 1.381,84 euros. O locador é a Lease Plan Portugal – Comércio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos Unipessoal, Lda.
Os pagamentos mensais efetuados pelo locatário, IGCP, são reconhecidos como gasto na contabilidade do IGCP.
Em 2021 foram renegociados os contratos das viaturas BMW e Renault Mégane a fim de aumentarmos o número de prestações associados aos mesmos. Face à pandemia foi lançada campanha pelo locador que possibilitou renegociar o número de prestações mantendo-se a renda.

Locações operacionais				
Viatura/marca	Nº prestações	Data inicio	Data termo	Valor
Nissan Leaf	72	13/07/2018	12/07/2024	372,30 €
BMW	162	25/09/2009	24/03/2023	588,73 €
Renault Megane	120	09/11/2012	08/11/2022	420,81 €

BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Distribuição de gastos com pessoal

(Valores em euros)

Gastos Com Pessoal	Orgãos Sociais	Restantes trabalhadores
Salário Direto		
Salário Base	275 798	2 751 014
Subsidios e prémios regulares	37 215	669 411
Subsidios e prémios irregulares		
Encargos legais, convencionais e facultativos	80 783	1 022 571
Gastos com Formação Profissional		38 011
Outros Gastos com Pessoal	0	23 661
TOTAL	393 796	4 504 667

Em 31 de dezembro de 2021 o IGCP tinha 93 colaboradores dos quais 1 era requisitado ao Banco BPI. Em 2021 saíram 4 colaboradores 1 por aposentação e 3 por iniciativa do próprio. Contratámos 3 colaboradores dentro da Administração Pública e 1 colaborador fora da Administração pública. Regressou 1 colaborador que tinha saído em 2011 para a Assembleia da República e posteriormente para ingressar o Governo. Nos últimos 2 anos encontrava-se em licença sem vencimento. O total de gastos com pessoal ascendeu a 4.898.463,42 euros, representando os gastos com órgãos sociais 8,04% do total.

Da totalidade desses gastos salientamos o valor afeto a salários e subsídios dos empregados e a encargos com essas remunerações, que ascendem a 3,4 milhões de euros e a 1 milhão de euros, respetivamente.

Salientamos ainda o valor afeto a formação que ascende a cerca de 38 mil euros, verba que duplicou relativamente a 2020. Em 2020 muitas formações não foram realizadas em consequência da pandemia. Na verba afeta a formação inclui-se as comparticipações efetuadas no valor das propinas afetas à realização de licenciaturas, mestrados ou pós-graduações.

Desde 6 de janeiro de 1997, que o IGCP aderiu ao Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário.

Em 13 de março de 2017 fez nova adesão ao novo acordo publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE) nº 29, de 8 de agosto de 2016. Essa adesão foi publicada no BTE nº 12, de 29 de março de 2017.

No seguimento dessa adesão, os trabalhadores do IGCP, com contrato individual de trabalho têm acesso a várias condições deste acordo, nomeadamente à assistência na doença podendo optar por ter SAMS, SAMS Quadros ou SAMS SIB, em simultâneo os seus descendentes, tem direito a um subsídio infantil, mensal, até agosto do ano em que completam 6 anos de idade ou a um subsidio de estudo, trimestral, até completarem os 25 anos de idade, desde que apresentem comprovativo de matricula.
Anualmente os salários dos trabalhadores tem atualizações consoante o acordado entre os sindicatos, no entanto em 2021 não houve acordo.
Não foram autorizadas promoções ou prémios em 2021.
Tal como todos os organismos da administração pública podem ainda os colaboradores do IGCP descontar para a ADSE.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Execução Orçamental de Receita/Despesa

Orçamento de Funcionamento

O total da receita cobrada ascendeu a 74.380.562,31 euros dos quais 26.309.935,00 euros são receitas gerais (FF519), 29.616.353,37 euros saldo transitados (FF522) e 18.454.273,94 euros, receita própria (FF513). Relativamente à receita cobrada pela FF519 (receitas gerais) era inicialmente de 26,792 milhões de euros e foram devolvidos a titulo de reembolsos ou restituições o montante de 481.565 euros, verba idêntica ao valor que ficou cativo na despesa orçamental.

A receita do IGCP consiste na comissão de gestão que embora fixada em 27,183 milhões de euros nos termos da alínea a) do número 1 do Art.º 26º do Decreto -Lei n.º 200/2012 de 27 de agosto, e embora tenha sido requisitada na totalidade no decorrer de 2021, foi restituído ao orçamento dos Encargos da Divida 19,5 milhões de euros, ascendendo a comissão utilizada em 2021, a importância de 7,683 milhões de euros e, 10.771.473,94 euros cobrados pela prestação de serviços bancários, nomeadamente pela utilização da rede de cobranças do Estado e dos montantes cobrados às entidades do setor público empresarial designadamente os contratos de mandato.

O orçamento de despesa do IGCP é financiado por receitas próprias (FF513) com exceção das verbas que suportam os encargos com as entidades colaboradoras na rede de cobranças do Estado (Instituições de Crédito, CTT, SIBS e recolha de fundos nas caixas do Tesouro) no âmbito do Protocolo de cobrança/Tesouraria Central do Estado, que se encontra inscrita no capítulo 60 do Orçamento Geral do Estado, financiadas por receitas gerais (FF519).
A despesa paga em 2021 ascendeu a 43.766.986,89 euros, correspondendo a 91,6% do total orçamentado. A despesa paga pela FF519 foi 26.309.935,00 euros. No entanto foram ainda pagos por receita própria (FF513) 7.841.250,00 euros às entidades colaboradoras na cobrança tendo sido necessário solicitar uma abertura de crédito especial, com base na receita própria cobrada durante o ano.

Orçamento de investimento

O IGCP, E.P.E. concorreu ao Compete 2020 tendo-lhe sido atribuídos fundos para o co - financiamento do projeto Internet Banking + do IGCP.

Esse projeto era para decorrer inicialmente entre fevereiro de 2018 e 2019. Foi solicitada à Agência para a Modernização Administrativa a sua recalendarização até 30 de maio de 2020 e posteriormente face à situação pandémica foi solicitado o prolongamento do prazo até 31 de janeiro de 2021, alterações que foram aceites pelo Compete.

A despesa paga em 2021 ascendeu a 9.056,30 euros, 20,79 euros eram saldo transitado e 9.035,51 comparticipação comunitária.

Execução Projeto Internet Banking +

(valores em euros)

Anos	Financiamento da U.E.	Receitas Próprias
Aprovado Inicialmente	*563 277*	*425 796*
2019	123 314	381 043
2020	402 743	44 753
2021	9 056	0
2022 (previsão)	28 164	
Financiamento previsto	563 277	425 796
Financiamento Recebido	960 909	

Alterações orçamentais

A nível do orçamento de funcionamento do IGCP, em 2021 solicitou-se autorização para a abertura de créditos especiais que totalizaram 9,875 milhões de euros, cuja aplicação foi efetuada na classificação orçamental afeta ao pagamento dos DUC e dos serviços de apoio à rede de cobranças do Estado – Caixas do Tesouro (020224) – 9,225 milhões de euros, sobre a qual foi efetuado o cativo adicional de 1,384 milhões de euros consoante o DL 84/2019, de 28 de junho (Decreto de Execução Orçamental); e 650 mil euros na classificação orçamental Outras Receitas Correntes (060203) classificação afeta aos gastos com a atividade bancária do IGCP.

As aberturas de crédito especial foram autorizadas pelos despachos 336/2021 SEFin de 23/12 e 357/2021 SEFin, de 30/12, respetivamente. Estes créditos especiais tiveram como contrapartida receita própria cobrada durante o ano.

Além das situações atrás mencionadas foram efetuadas alterações orçamentais tendo em vista ajustar as dotações às necessidades. Essas alterações, encontram-se no âmbito da gestão flexível.

Alterações orçamentais de despesa (ver mapa);

Alterações orçamentais de receita (ver mapa).

Através do Despacho nº 2105/2021, de 29 de dezembro, do SEO, foi descativo o montante de 3.543.077,00 euros afeto ao agrupamento 02, receitas gerais, encargos de cobrança de receita.

A nível do orçamento de investimento foi autorizada a abertura de crédito especial através do despacho 336/2021 SEFin, de 23/12, no montante de 37.222,00 euros para aplicação em despesa do valor reembolsado pela União Europeia através de comparticipação ao projeto cofinanciado, essa abertura de crédito espacial ficou sujeita aos valores recebidos a titulo de comparticipação comunitária. Foram ainda efetuadas no âmbito da gestão flexível, as alterações orçamentais necessárias a este orçamento e ao ajustamento do orçamento aos gastos.

RESULTADOS APURADOS

O resultado apurado referente ao exercício de 2021 ascende a 327.558,23 euros transita para o ano seguinte como resultados transitados.

ABREVIATURAS

ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, IP

AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP

AdP – Águas de Portugal, SA

ADSE – Instituto de Proteção e Assistência na Doença, IP

AMA – Agência para a Modernização Administrativa

ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações

ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil

ANSR - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

AP – Administrações dos Portos

APA - Agência Portuguesa do Ambiente, IP

APB – Associação Portuguesa de Bancos

APSA - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA

ARSC - Administração Regional de Saúde do Centro

ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

ARSN - Administração Regional de Saúde do Norte

ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

AT – Autoridade Tributária e Aduaneira

BAÍA DO TEJO – Baía do Tejo, SA

BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA

BANKINTER – Bankinter, SA

BARCLAYS – Barclays Bank, PLC

BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria

BPI – Banco Português de Investimentos

BPOP – Banco Popular

BST – Banco Santander Totta

CA – Certificados de Aforro

CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo

CEDIM – Certificados Especiais de Dívida de Médio e Longo Prazo

CEMG – Caixa Económica Montepio Geral

CGA - Caixa Geral de Aposentações

CGD – Caixa Geral de Depósitos, SA

CP – Comboios de Portugal, EPE

CS - Ordem dos Solicitadores

CT – Certificados do tesouro

CTPC – Certificados do Tesouro Poupança Crescimento

CTPM – Certificados do Tesouro Poupança Mais

CTT - Correios de Portugal, SA

CTPV – Certificados dos Tesouro Poupança Valor

DB - *Deutsche Bank*

DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia

DGES – Direção-Geral do Ensino Superior

DGO - Direção-Geral do Orçamento

DGPC - Direção-Geral do Património Cultural

DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

DGRSP – Direção-Geral Reinserção e Serviços Prisionais

DGTF – Direção-Geral do Tesouro e Finanças

DNPSP – Diretoria Nacional da Polícia de Segurança Pública

DUC - Documento Único de Cobrança

ECC – Entidades colaboradoras na cobrança

EMFA – Estado Maior da Força Aérea

ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, EPE

EPAL – Empresa Portuguesa da Águas Livres, SA

EPR – Empresas públicas reclassificadas

EPRN – Empresas públicas não reclassificadas

ESTAMO - Estamo, Participações Imobiliárias, SA

ERS - Entidade Reguladora da Saúde

EuroBIC - Banco BIC Português, SA

EXÉRCITO – Exército Português

FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho

GNR – Guarda Nacional Republicana

HB – *Homebanking*

HDS – Hospital Distrital de Santarém

IBAN - International Bank Account Number

IDD - Instruções de Débitos Diretos

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IFAP - Instituto de financiamento de Agricultura e Pesca, IP

IGF – Inspeção Geral de Finanças

IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP

IGFSS - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP

IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP

INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA

IP – Infraestruturas de Portugal, SA

IRN - Instituto dos Registos e Notariado

MBCP – Millennium BCP

MG – Caixa Económica Montepio Geral

ML – Metropolitano de Lisboa, EPE

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MP – Metro do Porto, SA

NB – Novo Banco, SA

NBA – Novo Banco dos Açores

NIF - Número de Identificação Fiscal

ONSUTE – Organismos não Sujeitos ao Regime da Tesouraria do Estado

PARPARTICIPADAS - Parparticipadas, SGPS, SA

PARQUE ESCOLAR – Parque Escolar, EPE

PARVALOREM – Parvalorem, SA

PSP – Polícia de Segurança Pública

LOE – Lei do orçamento do Estado

RCE – Rede de Cobranças do Estado

RTE – Regime da Tesouraria do Estado

SASIPSETUBAL – Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Setúbal

SCE – Sistema de Cobranças do Estado

STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA

SEE – Setor Empresarial do Estado

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEPA - Single Euro Payments Area

SFA – Serviços e Fundos Autónomos

SGT - CC – Sistema de Gestão de Contas Correntes

SI – Serviços Integrados

SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA

SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, SA

SPA – Sistema de produtos de Aforro

SRFAP – Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

TARGET – *Trans-European Automated Real-time Gross Settlement Express Transfer System*

TCONST – Tribunal Constitucional

TPA – Terminais de Pagamento Automático

UTE – Unidade da Tesouraria do Estado

UTAO – Unidade Técnica Apoio Orçamental

WSS - *WallStreetSystem Suite*

ANEXOS

REEXPRESSÃO BALANÇO

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

BALANÇO

APÓS APURAMENTOS 2021

SNC-AP

DIVISA: EUR

	NOTAS	DATAS				
		2021	Reexpressão retrospetiva 2020	2020	Reexpressão retrospetiva 2019	2019
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangiveis	(1)	387 895,08	466 047,52	466 047,52	479 228,82	479 228,82
Propriedades de investimento						
Ativos intangíveis	(2)	1 406 735,68	1 548 355,27	1 342 413,18	629 677,94	423 735,85
Ativos biológicos						
Participações financeiras						
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis						
Clientes, contribuintes e utentes						
Acionistas/sócios/associados						
Diferimentos						
Outros activos financeiros						
Ativos por impostos diferidos						
Outras contas a receber						
		1 794 630,76	2 014 402,79	1 808 460,70	1 108 906,76	902 964,67
Ativo corrente						
Inventários						
Ativos biológicos						
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis						
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis						
Clientes, contribuintes e utentes	(3)				35,06	35,06
Estado e outros entes públicos	(4)	71 225,21	88 959,48	88 959,48	96 774,81	96 774,81
Acionistas/sócios/associados						
Outras contas a receber	(5)	655 021,00	578 730,00	578 730,00	476 256,00	476 256,00
Diferimentos	(6)	409 089,00	340 008,00	340 008,00	384 611,00	384 611,00
Ativos financeiros detidos para negociação						
Outros ativos financeiros	(7)	29 616 353,37				
Ativos não correntes detidos para venda						
Caixa e depósitos	(8)	1 000 179,54	29 692 408,09	29 692 408,09	28 094 703,27	28 094 703,27
		31 751 868,12	30 700 105,57	30 700 105,57	29 052 380,14	29 052 380,14
Total do ativo		33 546 498,88	32 714 508,36	32 508 566,27	30 161 286,90	29 955 344,81
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	(9)					
Património/Capital		50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00
Ações (quotas) próprias						
Outros instrumentos de capital próprio						
Prémios de emissão						
Reservas		81 947,86	81 947,86	81 947,86	81 947,86	81 947,86
Resultados transitados	(10)	29 918 785,54	27 677 480,72	27 471 538,63	24 881 814,94	24 881 814,94
Ajustamentos em activos financeiros		1 268,55	1 268,55	1 268,55	1 268,55	1 268,55
Excedentes de revalorização						
Outras variações no património líquido						
Resultado líquido do período	(11)	327 558,23	2 241 304,82	2 241 304,82	2 795 665,78	2 589 723,69
Dividendos antecipados						
Interesses que não controlam						
		30 379 560,18	30 052 001,95	29 846 059,86	27 810 697,13	27 604 755,04
Total do património líquido		30 379 560,18	30 052 001,95	29 846 059,86	27 810 697,13	27 604 755,04
PASSIVO						
Passivo não corrente						
Provisões						
Financiamentos obtidos						
Fornecedores de investimentos						
Fornecedores						
Responsabilidades por beneficios pós-emprego						
Diferimentos						
Passivos por impostos diferidos						
Outras contas a pagar						
Passivo corrente						
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis						
Fornecedores	(12)					
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes						
Estado e outros entes públicos	(4)	74 182,70	164 993,41	164 993,41	124 967,77	124 967,77
Acionistas/sócios/associados						
Financiamentos obtidos						
Fornecedores de investimentos	(13)					
Outras contas a pagar	(14)	3 092 756,00	2 497 513,00	2 497 513,00	2 225 622,00	2 225 622,00
Diferimentos						
Passivos financeiros detidos para negociação						
Outros passivos financeiros						
		3 166 938,70	2 662 506,41	2 662 506,41	2 350 589,77	2 350 589,77
Total do passivo		3 166 938,70	2 662 506,41	2 662 506,41	2 350 589,77	2 350 589,77
Total do património líquido e do passivo	(13)	33 546 498,88	32 714 508,36	32 508 566,27	30 161 286,90	29 955 344,81

Contas com movimentos ausentes ou duplicadas na configuração deste mapa :						

REEXPRESSÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

APÓS APURAMENTOS 2021

SNC-AP

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS				
		2021	Reexpressão retrospetiva 2020	2020	Reexpressão retrospetiva 2019	2019
Impostos, contribuições e taxas						
Vendas						
Prestações de serviços e concessões	(1)	16 830 652,19	16 954 877,62	16 954 877,62	16 239 156,57	16 239 156,57
Transferências e subsídios correntes obtidos	(2)	26 309 935,00	23 919 083,00	23 919 083,00	24 203 188,00	24 203 188,00
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos con						
Variações nos inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						
Fornecimentos e serviços externos	(3)	-37 532 029,13	-33 556 234,00	-33 556 234,00	-32 672 975,55	-32 817 454,48
Gastos com o pessoal	(4)	-4 898 463,42	-4 798 393,41	-4 798 393,41	-4 736 640,84	-4 798 104,00
Transferências e subsídios concedidos						
Prestações sociais						
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)						
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						
Provisões (aumentos/reduções)						
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						
Aumentos/reduções de justo valor						
Outros rendimentos	(5)		14 736,44	14 736,44		
Outros gastos	(6)		-1 081,00	-1 081,00	-2 370,25	-2 370,25
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		710 094,64	2 532 988,65	2 532 988,65	3 030 357,93	2 824 415,84
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(7)	-382 536,41	-291 683,83	-291 683,83	-234 692,15	-234 692,15
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		327 558,23	2 241 304,82	2 241 304,82	2 795 665,78	2 589 723,69
Juros e rendimentos similares obtidos						
Juros e gastos similares suportados						
Resultado antes de impostos		327 558,23	2 241 304,82	2 241 304,82	2 795 665,78	2 589 723,69
Imposto sobre o rendimento						
Resultado líquido do período	(7)	327 558,23	2 241 304,82	2 241 304,82	2 795 665,78	2 589 723,69

REEXPRESÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

APÓS APURAMENTOS 2021

SNC-AP

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS				
		2021	Reexpressão retrospetiva 2020	2020	Reexpressão retrospetiva 2019	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais						
Recebimentos de clientes	(1)	**10 780 509,45**	**8 567 573,15**	**8 567 573,15**	**7 748 338,08**	**7 748 338,08**
Recebimentos de contribuintes						
Recebimentos de transferências e subsídios correntes						
Recebimentos de utentes						
Pagamentos a fornecedores	(2)	**-38 627 739,48**	**-34 310 053,81**	**-34 310 053,81**	**-33 800 952,13**	**-33 945 431,06**
Pagamentos ao pessoal	(3)	**-2 470 883,55**	**-2 316 421,62**	**-2 316 421,62**	**-2 346 055,72**	**-2 407 518,88**
Pagamentos a contribuintes / utentes						
Pagamentos de transferências e subsídios						
Pagamentos de prestações sociais						
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento						
Caixa gerada pelas operações		-30 318 113,58	-28 058 902,28	-28 058 902,28	-28 398 669,77	-28 604 611,86
Outros recebimentos/pagamentos	(4)	**31 403 572,48**	**30 867 415,36**	**30 867 415,36**	**31 397 930,39**	**31 397 930,39**
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		1 085 458,90	2 808 513,08	2 808 513,08	2 999 260,62	2 793 318,53
Fluxos de caixa das actividades de investimento						
Pagamentos respeitantes a:						
Activos fixos tangíveis	(5)	-68 476,08	-146 733,34	-146 733,34	-275 424,85	-275 424,85
Activos intangíveis	(6)	-92 858,00	-1 064 074,92	-1 064 074,92	-540 989,76	-335 047,67
Propriedades de investimento						
Investimentos financeiros						
Outros activos						
Recebimentos provenientes de:						
Activos fixos tangíveis						
Activos intangíveis						
Propriedades de investimento						
Investimentos financeiros						
Outros activos						
Subsídios ao investimento						
Transferências de capital						
Juros e rendimentos similares						
Dividendos						
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		-161 334,08	-1 210 808,26	-1 210 808,26	-816 414,61	-610 472,52
Fluxos de caixa das actividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Financiamentos obtidos						
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital						
Cobertura de prejuízos						
Doações						
Outras operações de financiamento						
Pagamentos respeitantes a:						
Financiamentos obtidos						
Juros e gastos similares						
Dividendos						
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital						
Outras operações de financiamento						
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)						
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		**924 124,82**	**1 597 704,82**	**1 597 704,82**	**2 182 846,01**	**2 182 846,01**
Efeito das diferenças de câmbio						
Caixa e seus equivalentes no início do período		**29 692 408,09**	**28 094 703,27**	**28 094 703,27**	**25 911 857,26**	**25 911 857,26**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**30 616 532,91**	**29 692 408,09**	**29 692 408,09**	**28 094 703,27**	**28 094 703,27**
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA						
Caixa e seus equivalentes no início do período		**29 692 408,09**	**28 094 703,27**	**28 094 703,27**	**25 911 857,26**	**25 911 857,26**
- Equivalentes a caixa no início do período						
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa						
- Variações cambiais de caixa no inicio do período						
= Saldo da gerência anterior	(7)	29 692 408,09	28 094 703,27	28 094 703,27	25 911 857,26	25 911 857,26
De execução orçamental		29 616 374,16	28 066 510,31	28 066 510,31	25 936 842,64	25 936 842,64
De operações de tesouraria		76 033,93	28 192,96	28 192,96	-24 985,38	-24 985,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**30 616 532,91**	**29 692 408,09**	**29 692 408,09**	**28 094 703,27**	**28 094 703,27**
- Equivalentes a caixa no fim do período						
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa						
- Variações cambiais de caixa no fim do período						
= Saldo para a gerência seguinte	(8)	30 616 532,91	29 692 408,09	29 692 408,09	28 094 703,27	28 094 703,27
De execução orçamental	(9)	30 613 575,42	29 616 374,16	29 616 374,16	28 066 510,31	28 066 510,31
De operações de tesouraria	(10)	2 957,49	76 033,93	76 033,93	28 192,96	28 192,96
O valor no final do período diverge da soma dos restantes valores.						

BALANCETE DO RAZÃO

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

BALANCETE DO RAZÃO

SNC-AP

APURAMENTOS

EXERCÍCIO
2021

CONTA		MOVIMENTOS		ACUMULADOS		SALDOS	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
0.1	Receita do período corrente	0,00	0,00	708 825 818,29	708 825 818,29	0,00	0,00
0.2	Despesa do período corrente	0,00	0,00	529 452 233,89	529 452 233,89	0,00	0,00
0.7	Operações de Tesouraria	0,00	0,00	630 169,29	630 169,29	0,00	0,00
0.8	Encerramento contabilidade orçamental	0,00	0,00	30 613 575,42	30 613 575,42	0,00	0,00
1.1	Caixa	0,00	0,00	8 397 820,80	8 397 820,80	0,00	0,00
1.2	Depósitos à ordem	0,00	0,00	87 376 561,59	87 376 561,59	0,00	0,00
1.4	Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	29 616 353,37	29 616 353,37	0,00	0,00
2.1	Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	12 605 200,30	12 605 200,30	0,00	0,00
2.2	Fornecedores	0,00	0,00	41 155 866,67	41 155 866,67	0,00	0,00
2.3	Pessoal	0,00	0,00	2 567 868,14	2 567 868,14	0,00	0,00
2.4	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	8 249 890,70	8 249 890,70	0,00	0,00
2.7	Outras contas a receber e a pagar	0,00	0,00	81 179 778,52	81 179 778,52	0,00	0,00
2.8	Diferimentos	0,00	0,00	793 700,00	793 700,00	0,00	0,00
4.3	Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	5 870 449,28	5 870 449,28	0,00	0,00
4.4	Ativos intangíveis	0,00	0,00	12 816 675,03	12 816 675,03	0,00	0,00
4.5	Investimentos em curso	0,00	0,00	772 807,38	772 807,38	0,00	0,00
5.1	Património/capital	0,00	0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00
5.5	Reservas	0,00	0,00	81 947,86	81 947,86	0,00	0,00
5.6	Resultados transitados	0,00	0,00	29 918 785,54	29 918 785,54	0,00	0,00
5.7	Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	1 268,55	1 268,55	0,00	0,00
6.2	Fornecimentos e serviços externos	0,02	37 532 029,15	42 548 537,60	42 548 537,60	0,00	0,00
6.3	Gastos com o pessoal	0,00	4 898 463,42	6 152 857,10	6 152 857,10	0,00	0,00
6.4	Gastos de depreciação e de amortização	0,00	382 536,41	382 536,41	382 536,41	0,00	0,00
7.2	Prestações de serviços e concessões	16 830 652,19	0,00	37 121 016,88	37 121 016,88	0,00	0,00
7.5	Transferências e subsídios correntes obtidos	26 309 935,00	0,00	26 791 500,00	26 791 500,00	0,00	0,00
8.1	Resultado Líquido do Período	327 558,23	655 116,46	2 896 421,28	2 896 421,28	0,00	0,00
	TOTAL ...	43 468 145,44	43 468 145,44	1 706 869 639,89	1 706 869 639,89		

Aprovada em sessão

(Assinaturas)

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE DESPESA

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA: **E**

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DESPESAS POR PAGAR DE PERÍODOS ANTERIORES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS	DESCATIVOS	DOTAÇÕES DISPONÍVEIS	CABIMENTOS	COMPRO-MISSOS	OBRIGAÇÕES	DESPESAS PAGAS BRUTAS	REPOSIÇÕES ABATIDAS		DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS			COMPRO-MISSOS A TRANSITAR	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA PERÍODOS FUTUROS					OBRIGAÇÕES PARA PERÍODOS FUTUROS				
										EMITIDAS	RECEBIDAS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL			(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES	(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)=(7)-(8)	(16)=(8)-(14)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)	(26)
DESPESA CORRENTE																										
160.005001.319.0202240000.243	0,00	26 791 500,00	4 024 642,00	3 543 077,00	0,00	26 309 935,00	26 309 935,00	26 309 935,00	26 310 089,18	154,18	154,18	0,00	26 309 935,00	26 309 935,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0101020000.249	0,00	275 661,00	0,00	0,00	0,78	275 660,22	275 660,22	275 660,22	275 660,22	0,00	0,00	0,00	275 660,22	275 660,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.010103A000.243	0,00	122 211,00	0,00	0,00	0,59	122 210,41	122 210,41	122 210,41	122 210,41	0,00	0,00	0,00	122 210,41	122 210,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0101040000.249	0,00	2 826 585,00	0,00	0,00	199 414,53	2 627 170,47	2 627 170,47	2 627 170,47	2 627 170,47	0,00	0,00	0,00	2 627 170,47	2 627 170,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0101080000.249	0,00	5 273,00	0,00	0,00	2 636,74	2 636,26	2 636,26	2 636,26	2 636,26	0,00	0,00	0,00	2 636,26	2 636,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0101090000.249	0,00	19 000,00	0,00	0,00	17 773,33	1 226,67	1 226,67	1 226,67	1 226,67	0,00	0,00	0,00	1 226,67	1 226,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0101130000.243	0,00	13 375,00	0,00	0,00	317,57	13 057,43	13 057,43	13 057,43	13 057,43	0,00	0,00	0,00	13 057,43	13 057,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0101130000.249	0,00	211 769,00	0,00	0,00	17 297,04	194 471,96	194 471,96	194 471,96	194 471,96	0,00	0,00	0,00	194 471,96	194 471,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.010114SN00.243	0,00	10 433,00	0,00	0,00	103,71	10 329,29	10 329,29	10 329,29	10 329,29	0,00	0,00	0,00	10 329,29	10 329,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.010114SN00.249	0,00	244 992,00	0,00	0,00	16 336,12	228 655,88	228 655,88	228 655,88	228 655,88	0,00	0,00	0,00	228 655,88	228 655,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.010114SF00.243	0,00	10 846,00	0,00	0,00	516,71	10 329,29	10 329,29	10 329,29	10 329,29	0,00	0,00	0,00	10 329,29	10 329,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.010114SF00.249	0,00	259 129,00	0,00	0,00	15 165,39	243 963,61	243 963,61	243 963,61	243 963,61	0,00	0,00	0,00	243 963,61	243 963,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0101150000.243	0,00	2 500,00	0,00	0,00	1 149,50	1 350,50	1 350,50	1 350,50	1 350,50	0,00	0,00	0,00	1 350,50	1 350,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0101150000.249	0,00	24 500,00	0,00	0,00	11 502,88	12 997,12	12 997,12	12 997,12	12 997,12	0,00	0,00	0,00	12 997,12	12 997,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0102020000.243	0,00	1 500,00	0,00	0,00	1 109,07	390,93	390,93	390,93	390,93	0,00	0,00	0,00	390,93	390,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0102020000.249	0,00	24 000,00	0,00	0,00	3 035,92	20 964,08	20 964,08	20 964,08	20 964,08	0,00	0,00	0,00	20 964,08	20 964,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0102040000.249	0,00	60 457,00	0,00	0,00	59 922,34	534,66	534,66	534,66	534,66	0,00	0,00	0,00	534,66	534,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0102140000.249	0,00	190 000,00	0,00	0,00	186 336,31	3 663,69	3 663,69	3 663,69	3 663,69	0,00	0,00	0,00	3 663,69	3 663,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0103030000.249	0,00	1 475,00	0,00	0,00	0,80	1 474,20	1 474,20	1 474,20	1 474,20	0,00	0,00	0,00	1 474,20	1 474,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0103040000.249	0,00	20 923,00	0,00	0,00	6,81	20 916,19	20 916,19	20 916,19	20 916,19	0,00	0,00	0,00	20 916,19	20 916,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.010305A0O0.249	0,00	256 104,00	0,00	0,00	72 067,88	184 036,12	184 036,12	184 036,12	184 036,12	0,00	0,00	0,00	184 036,12	184 036,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.010305A0B0.249	0,00	449 387,00	0,00	0,00	96 628,35	352 758,65	352 758,65	352 758,65	352 925,32	166,67	166,67	0,00	352 758,65	352 758,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.010305A0A0.243	0,00	39 031,00	0,00	0,00	604,95	38 426,05	38 426,05	38 426,05	38 426,05	0,00	0,00	0,00	38 426,05	38 426,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.010305A0A0.249	0,00	462 522,00	0,00	0,00	3 258,08	459 263,92	459 263,92	459 263,92	459 263,92	0,00	0,00	0,00	459 263,92	459 263,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0103090000.243	0,00	910,00	0,00	0,00	0,00	910,00	910,00	910,00	910,00	0,00	0,00	0,00	910,00	910,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0103090000.249	0,00	23 688,00	0,00	0,00	1,75	23 686,25	23 686,25	23 686,25	23 686,25	0,00	0,00	0,00	23 686,25	23 686,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.010310SS00.243	0,00	982,00	0,00	0,00	66,12	915,88	915,88	915,88	915,88	0,00	0,00	0,00	915,88	915,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.010310SS00.249	0,00	1 986,00	0,00	0,00	181,36	1 804,64	1 804,64	1 804,64	1 804,64	0,00	0,00	0,00	1 804,64	1 804,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0201020000.249	0,00	5 175,00	936,00	0,00	2,61	4 236,39	4 236,39	4 236,39	4 236,39	0,00	0,00	0,00	4 236,39	4 236,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0201040000.243	0,00	300,00	45,00	0,00	255,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0201040000.249	0,00	3 700,00	810,00	0,00	247,31	2 642,69	2 642,69	2 642,69	2 642,69	0,00	0,00	0,00	2 642,69	2 642,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020108C000.243	0,00	310,00	47,00	0,00	263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020108C000.249	0,00	1 000,00	150,00	0,00	177,18	672,82	672,82	672,82	672,82	0,00	0,00	0,00	672,82	672,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020108B000.243	0,00	500,00	75,00	0,00	425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020108B000.249	0,00	2 000,00	1 200,00	0,00	157,94	642,06	642,06	642,06	642,06	0,00	0,00	0,00	642,06	642,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020108A000.249	0,00	2 585,00	646,00	0,00	795,10	1 143,90	1 143,90	1 143,90	1 143,90	0,00	0,00	0,00	1 143,90	1 143,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0201120000.249	0,00	680,00	102,00	0,00	578,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0201150000.249	0,00	100,00	15,00	0,00	85,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0201170000.249	0,00	270,00	23,00	0,00	2,65	244,35	244,35	244,35	244,35	0,00	0,00	0,00	244,35	244,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0201180000.243	0,00	750,00	113,00	0,00	412,02	224,98	224,98	224,98	224,98	0,00	0,00	0,00	224,98	224,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0201180000.249	0,00	12 100,00	1 740,00	0,00	1 813,13	8 546,87	8 546,87	8 546,87	8 546,87	0,00	0,00	0,00	8 546,87	8 546,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0201210000.243	0,00	485,00	73,00	0,00	412,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA: **E**

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DESPESAS POR PAGAR DE PERÍODOS ANTERIORES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS	DESCATIVOS	DOTAÇÕES DISPONÍVEIS	CABIMENTOS	COMPRO-MISSOS	OBRIGAÇÕES	DESPESAS PAGAS BRUTAS	REPOSIÇÕES ABATIDAS		DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS			COMPRO-MISSOS A TRANSITAR	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA PERÍODOS FUTUROS					OBRIGAÇÕES PARA PERÍODOS FUTUROS				
										EMITIDAS	RECEBIDAS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL			(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES	(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)=(7)-(8)	(16)=(8)-(14)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)	(26)
160.005001.513.0201210000.249	0,00	4 384,00	883,00	0,00	403,34	3 097,66	3 097,66	3 097,66	3 097,66	0,00	0,00	0,00	3 097,66	3 097,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020201B000.243	0,00	49 943,00	17 774,00	0,00	4,50	32 164,50	32 164,50	32 164,50	32 194,38	29,88	29,88	0,00	32 164,50	32 164,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020201B000.249	0,00	114 470,00	6 461,00	0,00	43,63	107 965,37	107 965,37	107 965,37	107 965,37	0,00	0,00	0,00	107 965,37	107 965,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0202020000.243	0,00	8 037,00	1 206,00	0,00	1,26	6 829,74	6 829,74	6 829,74	6 829,74	0,00	0,00	0,00	6 829,74	6 829,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0202020000.249	0,00	29 942,00	4 322,00	0,00	0,00	25 620,00	25 620,00	25 620,00	25 620,00	0,00	0,00	0,00	25 620,00	25 620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0202030000.243	0,00	3 570,00	536,00	0,00	2 961,92	72,08	72,08	72,08	72,08	0,00	0,00	0,00	72,08	72,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0202030000.249	0,00	15 596,00	3 015,00	0,00	800,88	11 780,12	11 780,12	11 780,12	14 280,12	2 500,00	2 500,00	0,00	11 780,12	11 780,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020204C000.243	0,00	185 022,00	24 621,00	0,00	0,80	160 400,20	160 400,20	160 400,20	160 400,20	0,00	0,00	0,00	160 400,20	160 400,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020204C000.249	0,00	313 132,00	41 247,00	0,00	0,04	271 884,96	271 884,96	271 884,96	271 884,96	0,00	0,00	0,00	271 884,96	271 884,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0202060000.249	0,00	19 380,00	2 797,00	0,00	0,92	16 582,08	16 582,08	16 582,08	16 582,08	0,00	0,00	0,00	16 582,08	16 582,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020209F000.243	0,00	13 298,00	2 593,00	0,00	2,02	10 702,98	10 702,98	10 702,98	10 702,98	0,00	0,00	0,00	10 702,98	10 702,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020209F000.249	0,00	12 789,00	1 918,00	0,00	50,00	10 821,00	10 821,00	10 821,00	10 821,00	0,00	0,00	0,00	10 821,00	10 821,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020209D000.243	0,00	1 827,00	274,00	0,00	0,00	1 553,00	1 553,00	1 553,00	1 553,00	0,00	0,00	0,00	1 553,00	1 553,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020209D000.249	0,00	4 068,00	728,00	0,00	0,46	3 339,54	3 339,54	3 339,54	3 339,54	0,00	0,00	0,00	3 339,54	3 339,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020209C000.243	0,00	91,00	91,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020209C000.249	0,00	1 126,00	364,00	0,00	4,19	757,81	757,81	757,81	757,81	0,00	0,00	0,00	757,81	757,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020209B000.243	0,00	2 238,00	336,00	0,00	0,00	1 902,00	1 902,00	1 902,00	1 902,00	0,00	0,00	0,00	1 902,00	1 902,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020209B000.249	0,00	5 145,00	921,00	0,00	0,60	4 223,40	4 223,40	4 223,40	4 223,40	0,00	0,00	0,00	4 223,40	4 223,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020209A000.243	0,00	26 661,00	3 740,00	0,00	3,56	22 917,44	22 917,44	22 917,44	22 917,44	0,00	0,00	0,00	22 917,44	22 917,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020209A000.249	0,00	6 299,00	870,00	0,00	4,24	5 424,76	5 424,76	5 424,76	5 424,76	0,00	0,00	0,00	5 424,76	5 424,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0202110000.243	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0202110000.249	0,00	4 104,00	1 500,00	0,00	163,60	2 440,40	2 440,40	2 440,40	2 440,40	0,00	0,00	0,00	2 440,40	2 440,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020212B000.249	0,00	3 853,00	578,00	0,00	224,98	3 050,02	3 050,02	3 050,02	3 050,02	0,00	0,00	0,00	3 050,02	3 050,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0202130000.249	0,00	26 840,00	23 301,00	0,00	964,67	2 574,33	2 574,33	2 574,33	2 574,33	0,00	0,00	0,00	2 574,33	2 574,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020214D000.243	0,00	1 000,00	250,00	0,00	244,24	505,76	505,76	505,76	505,76	0,00	0,00	0,00	505,76	505,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020214D000.249	0,00	6 450,00	1 613,00	0,00	109,50	4 727,50	4 727,50	4 727,50	4 727,50	0,00	0,00	0,00	4 727,50	4 727,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020215B000.249	0,00	27 250,00	4 838,00	0,00	3 564,42	18 847,58	18 847,58	18 847,58	18 847,58	0,00	0,00	0,00	18 847,58	18 847,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020215A000.249	0,00	24 270,00	3 000,00	0,00	4 301,53	16 968,47	16 968,47	16 968,47	16 968,47	0,00	0,00	0,00	16 968,47	16 968,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020217C000.243	0,00	500,00	75,00	0,00	425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020217C000.249	0,00	650,00	98,00	0,00	552,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020219C000.243	0,00	5 000,00	750,00	0,00	1 134,02	3 115,98	3 115,98	3 115,98	3 115,98	0,00	0,00	0,00	3 115,98	3 115,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020219C000.249	0,00	17 651,00	2 648,00	0,00	6 031,13	8 971,87	8 971,87	8 971,87	8 971,87	0,00	0,00	0,00	8 971,87	8 971,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020219B000.243	0,00	10 000,00	1 500,00	0,00	0,00	8 500,00	8 500,00	8 500,00	8 500,00	0,00	0,00	0,00	8 500,00	8 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020219B000.249	0,00	480 304,00	59 101,00	0,00	53 258,47	367 944,53	367 944,53	367 944,53	367 944,53	0,00	0,00	0,00	367 944,53	367 944,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020219A0B0.249	0,00	52 838,00	9 426,00	0,00	160,98	43 251,02	43 251,02	43 251,02	43 251,02	0,00	0,00	0,00	43 251,02	43 251,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020219A0A0.249	0,00	1 179,00	450,00	0,00	192,72	536,28	536,28	536,28	536,28	0,00	0,00	0,00	536,28	536,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020220E000.243	0,00	10 000,00	2 500,00	0,00	2 646,96	4 853,04	4 853,04	4 853,04	4 853,04	0,00	0,00	0,00	4 853,04	4 853,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020220E000.249	0,00	44 791,00	16 698,00	0,00	792,19	27 300,81	27 300,81	27 300,81	27 300,81	0,00	0,00	0,00	27 300,81	27 300,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020220D000.249	0,00	66 256,00	16 564,00	0,00	34 276,61	15 415,39	15 415,39	15 415,39	15 415,39	0,00	0,00	0,00	15 415,39	15 415,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020220B000.249	0,00	54 030,00	0,00	0,00	0,77	54 029,23	54 029,23	54 029,23	54 029,23	0,00	0,00	0,00	54 029,23	54 029,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020220A0A0.243	0,00	1 000,00	250,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.020220A0A0.249	0,00	1 000,00	250,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0202240000.243	0,00	9 225 000,00	1 383 750,00	0,00	0,00	7 841 250,00	7 841 250,00	7 841 250,00	7 841 253,05	3,05	3,05	0,00	7 841 250,00	7 841 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA: **E**

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DESPESAS POR PAGAR DE PERÍODOS ANTERIORES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS	DESCATIVOS	DOTAÇÕES DISPONÍVEIS	CABIMENTOS	COMPRO-MISSOS	OBRIGAÇÕES	DESPESAS PAGAS BRUTAS	REPOSIÇÕES ABATIDAS		DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS			COMPRO-MISSOS A TRANSITAR	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA PERÍODOS FUTUROS					OBRIGAÇÕES PARA PERÍODOS FUTUROS				
										EMITIDAS	RECEBIDAS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL			(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES	(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)=(7)-(8)	(16)=(8)-(14)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)	(26)
160.005001.513.0202250000.243	0,00	1 000,00	150,00	0,00	850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.0202250000.249	0,00	365 716,00	62 462,00	0,00	23 179,45	280 074,55	280 074,55	280 074,55	282 165,55	2 091,00	2 091,00	0,00	280 074,55	280 074,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.060203R000.957	0,00	278 351,00	278 351,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.060203O000.243	0,00	3 116 211,00	0,00	0,00	87 421,02	3 028 789,98	3 028 789,98	3 028 789,98	3 028 789,98	0,00	0,00	0,00	3 028 789,98	3 028 789,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	47 023 556,00	6 016 017,00	3 543 077,00	937 337,19	43 613 278,81	43 613 278,81	43 613 278,81	43 618 223,59	4 944,78	4 944,78	0,00	43 613 278,81	43 613 278,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL																										
160.005001.513.070107B0C0.249	0,00	100 000,00	0,00	0,00	57 905,00	42 095,00	42 095,00	42 095,00	42 095,00	0,00	0,00	0,00	42 095,00	42 095,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.070107B0A0.249	0,00	5 000,00	0,00	0,00	4 074,36	925,64	925,64	925,64	925,64	0,00	0,00	0,00	925,64	925,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.070108B0B0.243	0,00	250 000,00	0,00	0,00	171 298,45	78 701,55	78 701,55	78 701,55	78 701,55	0,00	0,00	0,00	78 701,55	78 701,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.070108B0B0.249	0,00	392 000,00	0,00	0,00	385 469,55	6 530,45	6 530,45	6 530,45	6 530,45	0,00	0,00	0,00	6 530,45	6 530,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.513.070109B0B0.249	0,00	30 000,00	0,00	0,00	4 544,56	25 455,44	25 455,44	25 455,44	25 455,44	0,00	0,00	0,00	25 455,44	25 455,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	777 000,00	0,00	0,00	623 291,92	153 708,08	153 708,08	153 708,08	153 708,08	0,00	0,00	0,00	153 708,08	153 708,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	47 800 556,00	6 016 017,00	3 543 077,00	1 560 629,11	43 766 986,89	43 766 986,89	43 766 986,89	43 771 931,67	4 944,78	4 944,78	0,00	43 766 986,89	43 766 986,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA: I

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DESPESAS POR PAGAR DE PERÍODOS ANTERIORES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS	DESCATIVOS	DOTAÇÕES DISPONÍVEIS	CABIMENTOS	COMPRO-MISSOS	OBRIGAÇÕES	DESPESAS PAGAS BRUTAS	REPOSIÇÕES ABATIDAS		DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS			COMPRO-MISSOS A TRANSITAR	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA PERÍODOS FUTUROS					OBRIGAÇÕES PARA PERÍODOS FUTUROS				
										EMITIDAS	RECEBIDAS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL			(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES	(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)=(7)-(8)	(16)=(8)-(14)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)	(26)
DESPESA CORRENTE																										
160.005001.411.020214D000.11113	0,00	37 201,00	0,00	0,00	28 165,49	9 035,51	9 035,51	9 035,51	9 035,51	0,00	0,00	0,00	9 035,51	9 035,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160.005001.488.020214D000.11113	0,00	21,00	0,00	0,00	0,21	20,79	20,79	20,79	20,79	0,00	0,00	0,00	20,79	20,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	37 222,00	0,00	0,00	28 165,70	9 056,30	9 056,30	9 056,30	9 056,30	0,00	0,00	0,00	9 056,30	9 056,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	37 222,00	0,00	0,00	28 165,70	9 056,30	9 056,30	9 056,30	9 056,30	0,00	0,00	0,00	9 056,30	9 056,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE RECEITA

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA: **E**

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	PREVISÕES CORRIGIDAS	PREVISÕES POR LIQUIDAR	RECEITAS POR COBRAR DE PERÍODOS ANTERIORES	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS RESTITUIÇÕES		RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS			RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO PERÍODO	LIQUIDAÇÕES DE PERÍODOS FUTUROS				
							EMITIDOS	PAGOS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL		(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) *	(12) *	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
RECEITA CORRENTE																	
005001.319.0603010178.000	26 791 500,00	481 565,00	0,00	26 791 500,00	481 565,00	26 791 500,00	481 565,00	481 565,00	0,00	26 309 935,00	26 309 935,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
005001.513.0702999978.000	27 182 800,00	19 500 000,00	0,00	27 182 800,00	19 500 000,00	27 182 800,00	19 500 000,00	19 500 000,00	0,00	7 682 800,00	7 682 800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
005001.513.0801999978.000	11 000 000,00	228 526,06	0,00	10 851 293,96	79 820,02	10 771 473,94	0,00	0,00	0,00	10 771 473,94	10 771 473,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	64 974 300,00	20 210 091,06	0,00	64 825 593,96	20 061 385,02	64 745 773,94	19 981 565,00	19 981 565,00	0,00	44 764 208,94	44 764 208,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL																	
005001.522.1601030178.000	29 616 354,00	0,63	0,00	29 616 353,37	0,00	29 616 353,37	0,00	0,00	0,00	29 616 353,37	29 616 353,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	29 616 354,00	0,63	0,00	29 616 353,37	0,00	29 616 353,37	0,00	0,00	0,00	29 616 353,37	29 616 353,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	94 590 654,00	20 210 091,69	0,00	94 441 947,33	20 061 385,02	94 362 127,31	19 981 565,00	19 981 565,00	0,00	74 380 562,31	74 380 562,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	94 590 654,00	20 210 091,69	0,00	94 441 947,33	20 061 385,02	94 362 127,31	19 981 565,00	19 981 565,00	0,00	74 380 562,31	74 380 562,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LEGENDA: (11)=(9)+(10); (12)=(3)+(4)-(5)-(6)+(7)

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA: **E**

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	PREVISÕES CORRIGIDAS	PREVISÕES POR LIQUIDAR	RECEITAS POR COBRAR DE PERÍODOS ANTERIORES	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS RESTITUIÇÕES		RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS			RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO PERÍODO	LIQUIDAÇÕES DE PERÍODOS FUTUROS				
							EMITIDOS	PAGOS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL		(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) *	(12) *	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
RECEITA CORRENTE																	
005001.319.0603010178.000	26 791 500,00	481 565,00	0,00	26 791 500,00	481 565,00	26 791 500,00	481 565,00	481 565,00	0,00	26 309 935,00	26 309 935,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
005001.513.0702999978.000	27 182 800,00	19 500 000,00	0,00	27 182 800,00	19 500 000,00	27 182 800,00	19 500 000,00	19 500 000,00	0,00	7 682 800,00	7 682 800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
005001.513.0801999978.000	11 000 000,00	228 526,06	0,00	10 851 293,96	79 820,02	10 771 473,94	0,00	0,00	0,00	10 771 473,94	10 771 473,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	64 974 300,00	20 210 091,06	0,00	64 825 593,96	20 061 385,02	64 745 773,94	19 981 565,00	19 981 565,00	0,00	44 764 208,94	44 764 208,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL																	
005001.522.1601030178.000	29 616 354,00	0,63	0,00	29 616 353,37	0,00	29 616 353,37	0,00	0,00	0,00	29 616 353,37	29 616 353,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	29 616 354,00	0,63	0,00	29 616 353,37	0,00	29 616 353,37	0,00	0,00	0,00	29 616 353,37	29 616 353,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	94 590 654,00	20 210 091,69	0,00	94 441 947,33	20 061 385,02	94 362 127,31	19 981 565,00	19 981 565,00	0,00	74 380 562,31	74 380 562,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	94 590 654,00	20 210 091,69	0,00	94 441 947,33	20 061 385,02	94 362 127,31	19 981 565,00	19 981 565,00	0,00	74 380 562,31	74 380 562,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LEGENDA: (11)=(9)+(10); (12)=(3)+(4)-(5)-(6)+(7)

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA: I

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	PREVISÕES CORRIGIDAS	PREVISÕES POR LIQUIDAR	RECEITAS POR COBRAR DE PERÍODOS ANTERIORES	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS RESTITUIÇÕES		RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS			RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO PERÍODO	LIQUIDAÇÕES DE PERÍODOS FUTUROS				
							EMITIDOS	PAGOS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL		(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) *	(12) *	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
RECEITA CORRENTE																	
005001.411.0609010178.11113	37 201,00	28 165,49	0,00	9 035,51	0,00	9 035,51	0,00	0,00	0,00	9 035,51	9 035,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	37 201,00	28 165,49	0,00	9 035,51	0,00	9 035,51	0,00	0,00	0,00	9 035,51	9 035,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL																	
005001.488.1601030378.11113	21,00	0,21	0,00	20,79	0,00	20,79	0,00	0,00	0,00	20,79	20,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	21,00	0,21	0,00	20,79	0,00	20,79	0,00	0,00	0,00	20,79	20,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	37 222,00	28 165,70	0,00	9 056,30	0,00	9 056,30	0,00	0,00	0,00	9 056,30	9 056,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	37 222,00	28 165,70	0,00	9 056,30	0,00	9 056,30	0,00	0,00	0,00	9 056,30	9 056,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LEGENDA: (11)=(9)+(10); (12)=(3)+(4)-(5)-(6)+(7)

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

APÓS APURAMENTOS 2021

RUB.	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						n-1
		RP	RG	UE	EMPR.	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	29 616 353,37		20,79			29 616 374,16	28 066 510,31
	Devolução do saldo oper. orçamentais							
	Recebimento do saldo oper. orçamentais devolvido por entidades terceiras							
	Operações de tesouraria [A]					76 033,93	76 033,93	28 192,96
	Receita corrente							
R1	Receita Fiscal							
R11	Impostos diretos							
R12	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade							
R5	Transferências e subsídios correntes							
R51	Transferências correntes							
R511	Administrações Públicas							
R5111	Administração Central - Estado Português		26 309 935,00				26 309 935,00	23 919 083,00
R5112	Administração Central - Outras entidades							
R5113	Segurança Social							
R5114	Administração Regional							
R5115	Administração Local							
R512	Exterior - U E			9 035,51			9 035,51	234 352,00
R513	Outras							
R52	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	7 682 800,00					7 682 800,00	9 103 109,10
R7	Outras receitas correntes	10 771 473,94					10 771 473,94	8 721 157,19
	Receita de capital							
R8	Venda de bens de investimento							
R9	Transferências e subsídios de capital							
R91	Transferências de capital							
R911	Administrações Públicas							
R9111	Administração Central - Estado Português							
R9112	Administração Central - Outras entidades							
R9113	Segurança Social							
R9114	Administração Regional							
R9115	Administração Local							
R912	Exterior - U E							168 391,34
R913	Outras							
R92	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos							
	Receita efetiva [2]	**18 454 273,94**	**26 309 935,00**	**9 035,51**			**44 773 244,45**	**42 146 092,63**
	Receita não efetiva [3]							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							

RUB.	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						n-1
		RP	RG	UE	EMPR.	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal							
D11	Remunerações Certas e Permanentes	3 744 059,11					3 744 059,11	3 679 444,91
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	25 553,36					25 553,36	96 194,73
D13	Segurança Social	1 084 191,90					1 084 191,90	1 078 685,36
D2	Aquisição de bens e serviços	9 420 749,46	26 309 935,00	9 056,30			35 739 740,76	32 074 758,92
D3	Juros e outros encargos							
D4	Transferências e subsídios correntes							
D41	Transferências correntes							
D411	Administrações Públicas							
D4111	Administração Central - Estado Português							
D4112	Administração Central - Outras entidades							
D4113	Segurança Social							
D4114	Administração Regional							
D4115	Administração Local							
D412	Entidades do setor não lucrativo							
D413	Famílias							
D414	Outras							
D42	Subsídios correntes							
D5	Outras despesas correntes	3 028 789,98					3 028 789,98	2 745 238,13
	Despesa de capital							
D6	Aquisição de bens de capital	153 708,08					153 708,08	921 906,73
D7	Transferência e subsídios de capital							
D71	Transferências de capital							
D711	Administrações Públicas							
D7111	Administração Central - Estado Português							
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local							
D712	Entidades do setor não lucrativo							
D713	Famílias							
D714	Outras							
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [5]	**17 457 051,89**	**26 309 935,00**	**9 056,30**			**43 776 043,19**	**40 596 228,78**
	Despesa não efetiva [6]							
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros							

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

APÓS APURAMENTOS 2021

RUB.	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						n-1	RUB.	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						n-1
		RP	RG	UE	EMPR.	F. ALHEIOS	TOTAL				RP	RG	UE	EMPR.	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	**48 070 627,31**	**26 309 935,00**	**9 056,30**			**74 389 618,61**	**70 212 602,94**		**Soma [7]=[5]+[6]**	**17 457 051,89**	**26 309 935,00**	**9 056,30**			**43 776 043,19**	**40 596 228,78**
	Operações de tesouraria [B]					**100 310,85**	**100 310,85**	**95 158,68**		**Operações de tesouraria [C]**					**173 387,29**	**173 387,29**	**47 317,71**
										Saldo para a gerência seguinte							
										Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	30 613 575,42					30 613 575,42	29 616 374,16
										Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					2 957,49	2 957,49	76 033,93
										Saldo global [2]-[5]	**997 222,05**		**-20,79**			**997 201,26**	**1 549 863,85**
										Despesa primária	17 457 051,89	26 309 935,00	9 056,30			43 776 043,19	40 596 228,78
										Saldo corrente	1 150 930,13		-20,79			1 150 909,34	2 303 379,24
										Saldo de capital	-153 708,08					-153 708,08	-753 515,39
										Saldo primário	997 222,05		-20,79			997 201,26	1 549 863,85
										Receita total [1]+[2]+[3]	48 070 627,31	26 309 935,00	9 056,30			74 389 618,61	70 212 602,94
										Despesa total [5]+[6]	17 457 051,89	26 309 935,00	9 056,30			43 776 043,19	40 596 228,78

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DE DESPESA

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
051900300	**051900300**	**2021**

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+-(7)	(10)
319 02	Aquisição de bens e serviços	26 791 500,00	0,00	0,00	0,00		154,18	26 791 500,00	
319 0202	Aquisição de serviços	26 791 500,00	0,00	0,00	0,00		154,18	26 791 500,00	
319 020224 00 00	Encargos de cobrança de receitas	26 791 500,00	0,00	0,00	0,00		154,18	26 791 500,00	
513 01	Despesas com o pessoal	5 559 239,00	53 845,00	53 845,00	0,00		166,67	5 559 239,00	
513 0101	Remunerações certas e permanentes	4 030 274,00	29 623,00	33 623,00	0,00		0,00	4 026 274,00	
513 010102 00 00	Orgãos sociais	273 451,00	2 210,00	0,00	0,00		0,00	275 661,00	
513 010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	124 071,00	140,00	2 000,00	0,00		0,00	122 211,00	
513 010103 A0 00	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	124 071,00	140,00	2 000,00	0,00		0,00	122 211,00	
513 010104 00 00	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	2 858 208,00	0,00	31 623,00	0,00		0,00	2 826 585,00	
513 010108 00 00	Pessoal aguardando aposentação	0,00	5 273,00	0,00	0,00		0,00	5 273,00	
513 010109 00 00	Pessoal em qualquer outra situação	19 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	19 000,00	
513 010113 00 00	Subsídio de refeição	225 144,00	0,00	0,00	0,00		0,00	225 144,00	
513 010114	Subsídio de férias e de Natal	525 400,00	0,00	0,00	0,00		0,00	525 400,00	
513 010114 SF 00	Subsídio de férias e de Natal	269 975,00	0,00	0,00	0,00		0,00	269 975,00	
513 010114 SN 00	Subsídio de férias e de Natal	255 425,00	0,00	0,00	0,00		0,00	255 425,00	
513 010115 00 00	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	5 000,00	22 000,00	0,00	0,00		0,00	27 000,00	
513 0102	Abonos variáveis ou eventuais	271 957,00	9 500,00	5 500,00	0,00		0,00	275 957,00	
513 010202 00 00	Horas extraordinárias	16 000,00	9 500,00	0,00	0,00		0,00	25 500,00	
513 010204 00 00	Ajudas de custo	65 957,00	0,00	5 500,00	0,00		0,00	60 457,00	
513 010214 00 00	Outros abonos em numerário ou espécie	190 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	190 000,00	

_____, em 8 de Março de 2022

_____

(Assinaturas)

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
051900300	**051900300**	**2021**

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+-(7)	(10)
513 0103	Segurança social	1 257 008,00	14 722,00	14 722,00	0,00		166,67	1 257 008,00	
513 010303 00 00	Subsídio familiar a crianças e jovens	1 119,00	356,00	0,00	0,00		0,00	1 475,00	
513 010304 00 00	Outras prestações familiares	20 669,00	610,00	356,00	0,00		0,00	20 923,00	
513 010305	Contribuições para a segurança social	1 210 030,00	11 380,00	14 366,00	0,00		166,67	1 207 044,00	
513 010305 A0 A0	Contribuições para a segurança social - CGA	490 173,00	11 380,00	0,00	0,00		0,00	501 553,00	
513 010305 A0 B0	Contribuições para a segurança social - Seg Social	463 753,00	0,00	14 366,00	0,00		166,67	449 387,00	
513 010305 A0 O0	Contribuições para a segurança social - Outras	256 104,00	0,00	0,00	0,00		0,00	256 104,00	
513 010309 00 00	Seguros	22 898,00	1 700,00	0,00	0,00		0,00	24 598,00	
513 010310	Outras despesas de segurança social	2 292,00	676,00	0,00	0,00		0,00	2 968,00	
513 010310 SS 00	Outras despesas de segurança social	2 292,00	676,00	0,00	0,00		0,00	2 968,00	
513 02	Aquisição de bens e serviços	2 053 255,00	9 484 674,00	259 674,00	0,00		4 623,93	11 278 255,00	
513 0201	Aquisição de bens	43 984,00	620,00	10 265,00	0,00		0,00	34 339,00	
513 020102 00 00	Combustíveis e lubrificantes	6 240,00	0,00	1 065,00	0,00		0,00	5 175,00	
513 020104 00 00	Limpeza e higiene	5 700,00	0,00	1 700,00	0,00		0,00	4 000,00	
513 020108	Material de escritorio	12 395,00	0,00	6 000,00	0,00		0,00	6 395,00	
513 020108 A0 00	Material de escritorio - Papel	2 585,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 585,00	
513 020108 B0 00	Material de escritorio - Consumiveis Imp.	8 500,00	0,00	6 000,00	0,00		0,00	2 500,00	
513 020108 C0 00	Material de escritorio - Outros	1 310,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 310,00	
513 020112 00 00	Material de transporte-peças	680,00	0,00	0,00	0,00		0,00	680,00	
513 020115 00 00	Prémios condecorações e ofertas	100,00	0,00	0,00	0,00		0,00	100,00	

_____, em 8 de Março de 2022

(Assinaturas)

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
051900300	**051900300**	**2021**

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+-(7)	(10)
513 020117 00 00	Ferramentas e utensílios	150,00	120,00	0,00	0,00		0,00	270,00	
513 020118 00 00	Livros e documentação técnica	12 350,00	500,00	0,00	0,00		0,00	12 850,00	
513 020121 00 00	Outros bens	6 369,00	0,00	1 500,00	0,00		0,00	4 869,00	
513 0202	Aquisição de serviços	2 009 271,00	9 484 054,00	249 409,00	0,00		4 623,93	11 243 916,00	
513 020201	Encargos das instalações	161 563,00	74 250,00	71 400,00	0,00		29,88	164 413,00	
513 020201 B0 00	Encargos das instalações	161 563,00	74 250,00	71 400,00	0,00		29,88	164 413,00	
513 020202 00 00	Limpeza e higiene	36 849,00	1 130,00	0,00	0,00		0,00	37 979,00	
513 020203 00 00	Conservação de bens	23 670,00	0,00	4 504,00	0,00		2 500,00	19 166,00	
513 020204	Locação de edifícios	439 120,00	59 034,00	0,00	0,00		0,00	498 154,00	
513 020204 C0 00	Locação de edifícios - Outros	439 120,00	59 034,00	0,00	0,00		0,00	498 154,00	
513 020206 00 00	Locação de material de transporte	18 644,00	736,00	0,00	0,00		0,00	19 380,00	
513 020209	Comunicações	78 896,00	2 240,00	7 594,00	0,00		0,00	73 542,00	
513 020209 A0 00	Comunicações - Acesso à Internet	30 730,00	2 230,00	0,00	0,00		0,00	32 960,00	
513 020209 B0 00	Comunicações - Com Fixas de Dados	8 376,00	0,00	993,00	0,00		0,00	7 383,00	
513 020209 C0 00	Comunicações - Com Fixas de Voz	3 033,00	0,00	1 816,00	0,00		0,00	1 217,00	
513 020209 D0 00	Comunicações - Comunicações Móveis	6 680,00	0,00	785,00	0,00		0,00	5 895,00	
513 020209 F0 00	Comunicações - Out Serv Comunicação	30 077,00	10,00	4 000,00	0,00		0,00	26 087,00	
513 020211 00 00	Representação dos serviços	14 000,00	0,00	9 296,00	0,00		0,00	4 704,00	
513 020212	Seguros	3 853,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 853,00	
513 020212 B0 00	Seguros - Outras	3 853,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 853,00	

_____, em 8 de Março de 2022

_____

(Assinaturas)

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
051900300	**051900300**	**2021**

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+-(7)	(10)
513 020213 00 00	Deslocações e estadas	93 204,00	0,00	66 364,00	0,00		0,00	26 840,00	
513 020214	Estudos pareceres projectos e consultadoria	7 450,00	0,00	0,00	0,00		0,00	7 450,00	
513 020214 D0 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria - Outros	7 450,00	0,00	0,00	0,00		0,00	7 450,00	
513 020215	Formação	52 250,00	5 000,00	5 730,00	0,00		0,00	51 520,00	
513 020215 A0 00	Formação - Tec. Informação e Comunicação	20 000,00	5 000,00	730,00	0,00		0,00	24 270,00	
513 020215 B0 00	Formação - Outras	32 250,00	0,00	5 000,00	0,00		0,00	27 250,00	
513 020217	Publicidade	1 150,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 150,00	
513 020217 C0 00	Publicidade	1 150,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 150,00	
513 020219	Assistência técnica	492 493,00	86 300,00	11 821,00	0,00		0,00	566 972,00	
513 020219 A0 A0	Assistência técnica-Harware-Impres/Fotoc/Scanner	3 000,00	0,00	1 821,00	0,00		0,00	1 179,00	
513 020219 A0 B0	Assistência técnica - Hardware - Outros	62 838,00	0,00	10 000,00	0,00		0,00	52 838,00	
513 020219 B0 00	Assistência técnica - Software Informático	404 004,00	86 300,00	0,00	0,00		0,00	490 304,00	
513 020219 C0 00	Assistência técnica - Outros	22 651,00	0,00	0,00	0,00		0,00	22 651,00	
513 020220	Outros trabalhos especializados	168 713,00	30 364,00	22 000,00	0,00		0,00	177 077,00	
513 020220 A0 A0	Outros trabalhos especializados - Desenv. software	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 000,00	
513 020220 B0 00	Outros trabalhos especializados - Pag. ESPAP IP	23 666,00	30 364,00	0,00	0,00		0,00	54 030,00	
513 020220 D0 00	Outros trabalhos especializados - Patrocinio Judiciário	66 256,00	0,00	0,00	0,00		0,00	66 256,00	
513 020220 E0 00	Outros trabalhos especializados - Outros	76 791,00	0,00	22 000,00	0,00		0,00	54 791,00	
513 020224 00 00	Encargos de cobrança de receitas	0,00	9 225 000,00	0,00	0,00		3,05	9 225 000,00	
513 020225 00 00	Outros serviços	417 416,00	0,00	50 700,00	0,00		2 091,00	366 716,00	

_____, em 8 de Março de 2022

_____

(Assinaturas)

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
051900300	**051900300**	**2021**

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+-(7)	(10)
513 06	Outras despesas correntes	**2 521 562,00**	**873 000,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**3 394 562,00**	
513 0602	Diversas	**2 521 562,00**	**873 000,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**3 394 562,00**	
513 060203	Outras	**2 521 562,00**	**873 000,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**3 394 562,00**	
513 060203 O0 00	Outras	**2 243 211,00**	**873 000,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**3 116 211,00**	
513 060203 R0 00	Outras - Reserva	**278 351,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**278 351,00**	
513 07	Aquisição de bens de capital	**1 000 000,00**	**25 000,00**	**248 000,00**	**0,00**		**0,00**	**777 000,00**	
513 0701	Investimentos	**1 000 000,00**	**25 000,00**	**248 000,00**	**0,00**		**0,00**	**777 000,00**	
513 070107	Equipamento de informática	**105 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**105 000,00**	
513 070107 B0 A0	Equipamento de informática - Hardware comunic	**5 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**5 000,00**	
513 070107 B0 B0	Equipamento de informática - Impres./Fotocop./Scanner	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**	
513 070107 B0 C0	Equipamento de informática - Outros	**100 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**100 000,00**	
513 070108	Software informático	**890 000,00**	**0,00**	**248 000,00**	**0,00**		**0,00**	**642 000,00**	
513 070108 B0 B0	Software informático - Outros	**890 000,00**	**0,00**	**248 000,00**	**0,00**		**0,00**	**642 000,00**	
513 070109	Equipamento administrativo	**5 000,00**	**25 000,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**30 000,00**	
513 070109 B0 B0	Equipamento administrativo - Outros	**5 000,00**	**25 000,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**30 000,00**	
TOTAL		**37 925 556,00**	**10 436 519,00**	**561 519,00**			**4 944,78**	**47 800 556,00**	

_____, em 8 de Março de 2022

(Assinaturas)

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
058900300	**058900300**	**2021**

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+-(7)	(10)
411 02	Aquisição de bens e serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**37 201,00**		**0,00**	**37 201,00**	
411 0202	Aquisição de serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**37 201,00**		**0,00**	**37 201,00**	
411 020214	Estudos pareceres projectos e consultadoria	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**37 201,00**		**0,00**	**37 201,00**	
411 020214 D0 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**37 201,00**		**0,00**	**37 201,00**	
488 02	Aquisição de bens e serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21,00**		**0,00**	**21,00**	
488 0202	Aquisição de serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21,00**		**0,00**	**21,00**	
488 020214	Estudos pareceres projectos e consultadoria	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21,00**		**0,00**	**21,00**	
488 020214 D0 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**21,00**		**0,00**	**21,00**	
TOTAL					**37 222,00**			**37 222,00**	

_____, em 8 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DE RECEITA

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
051900300	051900300	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
319 06	Transferências correntes:	26 791 500,00	0,00	0,00	0,00	26 791 500,00	
319 0603	Administrações central:	26 791 500,00	0,00	0,00	0,00	26 791 500,00	
319 060301	Estado.	26 791 500,00	0,00	0,00	0,00	26 791 500,00	
319 060301 01 78	Estado.	26 791 500,00	0,00	0,00	0,00	26 791 500,00	
513 07	Venda de bens e serviços correntes:	27 182 800,00	0,00	0,00	0,00	27 182 800,00	
513 0702	Serviços:	27 182 800,00	0,00	0,00	0,00	27 182 800,00	
513 070299	Outros.	27 182 800,00	0,00	0,00	0,00	27 182 800,00	
513 070299 99 78	Outros.	27 182 800,00	0,00	0,00	0,00	27 182 800,00	
513 08	Outras receitas correntes:	0,00	0,00	11 000 000,00	0,00	11 000 000,00	
513 0801	Outras receitas correntes:	0,00	0,00	11 000 000,00	0,00	11 000 000,00	
513 080199	Outras.	0,00	0,00	11 000 000,00	0,00	11 000 000,00	
513 080199 99 05	Outras.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
513 080199 99 78	Outras.	0,00	0,00	11 000 000,00	0,00	11 000 000,00	
522 16	Saldo da gerência anterior:	0,00	0,00	29 616 354,00	0,00	29 616 354,00	
522 1601	Saldo orçamental:	0,00	0,00	29 616 354,00	0,00	29 616 354,00	
522 160103	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	0,00	29 616 354,00	0,00	29 616 354,00	
522 160103 01 78	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	0,00	29 616 354,00	0,00	29 616 354,00	
TOTAL		53 974 300,00		40 616 354,00		94 590 654,00	

_____, em 8 de Março de 2022

_____

(Assinaturas)

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
058900300	058900300	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
411 06	Transferências correntes:	0,00	37 201,00	0,00	0,00	37 201,00	
411 0609	Resto do Mundo:	0,00	37 201,00	0,00	0,00	37 201,00	
411 060901	União Europeia - Instituições.	0,00	37 201,00	0,00	0,00	37 201,00	
411 060901 01 78	União Europeia - Instituições.	0,00	37 201,00	0,00	0,00	37 201,00	
488 16	Saldo da gerência anterior:	0,00	21,00	0,00	0,00	21,00	
488 1601	Saldo orçamental:	0,00	21,00	0,00	0,00	21,00	
488 160103	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	21,00	0,00	0,00	21,00	
488 160103 03 78	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	21,00	0,00	0,00	21,00	
TOTAL			37 222,00			37 222,00	

_____, em 8 de Março de 2022

_____

(Assinaturas)

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2021

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INÍCIO DO PERÍODO				FINAL DO PERÍODO			
	QUANTIA BRUTA	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Outros								
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	3.060.696,10	2.594.648,58		466.047,52	3.101.621,33	2.713.726,25		387.895,08
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	397.461,93	393.244,63		4.217,30	397.461,93	393.509,59		3.952,34
Equipamento básico								
Equipamento de transporte	133.657,74	132.728,51		929,23	133.657,74	133.213,31		444,43
Equipamento administrativo	2.523.386,70	2.062.485,71		460.900,99	2.564.311,93	2.180.813,62		383.498,31
Equipamentos biológicos								
Outros	6.189,73	6.189,73			6.189,73	6.189,73		
Ativos fixos tangíveis em curso								
TOTAL	3.060.696,10	2.594.648,58		466.047,52	3.101.621,33	2.713.726,25		387.895,08

ATIVOS INTANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

NIF: 503756237
Morada:Av. da República, nº 57 - 6º
1050-189 Lisboa
Tel: 217923300
E-mail: info@igcp.pt
www.igcp.pt

ATIVOS INTANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2021

ATIVOS INTANGÍVEIS	INÍCIO DO PERÍODO				FINAL DO PERÍODO			
	QUANTIA BRUTA	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	6.603.552,29	5.811.586,55		791.965,74	6.681.422,74	6.047.494,44		633.928,30
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	550.447,44			550.447,44	772.807,38			772.807,38
TOTAL	7.153.999,73	5.811.586,55		1.342.413,18	7.454.230,12	6.047.494,44		1.406.735,68

RELATÓRIO DE AUDITORIA DO FISCAL UNICO

AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA, IGCP, EPE

RELATÓRIO COMPLEMENTAR DE AUDITORIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE (doravante designada por IGCP) é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira, e património próprio, sujeita à tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área das finanças; e

1.2. Nos termos do artigo 5.º dos seus estatutos, "o IGCP tem por missão gerir, de forma integrada, a tesouraria, o financiamento e a dívida pública direta do Estado, nesta se compreendendo, nos termos da lei aplicável, a dívida das entidades do setor público empresarial cujo financiamento seja assegurado através do Orçamento de Estado, cabendo-lhe ainda coordenar o financiamento dos fundos e serviços dotados de autonomia administrativa e financeira, em obediência às orientações definidas pelo Governo através do membro do Governo responsável pela área das finanças".

1.3. Emitimos este documento com base na instrução dada pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) para prosseguirmos o nosso trabalho, com fundamento no acórdão 15008/20.1T8LSB.L1-1, emitido em 2021 pelo Tribunal da relação de Lisboa.

A DGTF sustenta o entendimento de que, embora designados por prazo certo, os membros do órgão de fiscalização, onde se inclui o Fiscal Único, mantêm-se em funções após o decurso desse prazo até nova designação.

2. ÂMBITO

2.1. Na qualidade de Fiscal Único, examinámos as demonstrações financeiras do IGCP, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021, (que evidencia um total de balanço de 33.546.499 euros e um total de fundos próprios de 30.379.560 euros, incluindo um resultado líquido de 327.558 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas anexas;

2.2. Examinámos ainda os mapas de execução orçamental[1] (que evidenciam um total de despesa paga de 43.776.043 euros e de receita cobrada de 74.389.619 euros), estes totais incluem as verbas relativas ao COMPETE 2020, nas respetivas rubricas.

2.3. Os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2021 foram preparados de acordo com os princípios contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP);

2.4. Em reunião de 15 de março de 2022, o Conselho de Administração do IGCP deliberou a aprovação dos documentos de prestação de contas, supra mencionados, bem como remeter os mesmos ao Fiscal Único para apreciação e emissão do competente parecer;

2.5. O exame a que procedemos, como Fiscal Único, foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

[1] Inclui o valor de 29.616.353 euros relativos ao saldo de gerência anterior.

3. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relativamente à análise efetuada às Demonstrações Financeiras do IGCP, relativas ao exercício de 2021, executámos entre outros, os seguintes procedimentos:

3.1. Acompanhámos a atividade do IGCP, no decorrer do ano, tendo solicitado e obtido todos os esclarecimentos que considerámos necessários;

3.2. Efetuámos as verificações e os exames aos registos que nos permitiram concluir que as políticas e critérios contabilísticos adotados se encontram em conformidade com as disposições em vigor, as quais se encontram divulgadas no anexo às demonstrações financeiras;

3.3. Verificámos a conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e as respetivas notas anexas (doravante, ABDR), com as normas constantes no Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP) e os registos que lhes servem de suporte;

3.4. Em cumprimento da nossa missão efetuámos os seguintes testes substantivos:

3.4.1. Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo IGCP;

3.4.2. Verificação, por amostragem, da contabilização dos movimentos registados em ativos fixos tangíveis e intangíveis e a análise do processo de cálculo das depreciações e amortizações do exercício;

3.4.3. Análise dos movimentos registados nas contas de fundos próprios;

3.4.4. Verificação da situação fiscal;

3.4.5. Análise e validação dos saldos das contas de acréscimos e de diferimentos;

3.4.6. Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos, nomeadamente sobre os processos judiciais em curso e para tal, circularizámos os advogados externos responsáveis pelo acompanhamento desses processos; e

3.4.7. Análise e teste das principais rubricas de gastos e rendimentos registados no exercício.

4. CONTROLE INTERNO

4.1. Relativamente ao Controlo Interno, no desenvolvimento do nosso trabalho foram objeto de verificação, entre outros, os seguintes procedimentos:

4.1.1. Verificação de que a despesa foi autorizada e aprovada nos termos do normativo aplicável;

4.1.2. Verificação de que os documentos de despesa respeitam a legislação em vigor e estão adequadamente contabilizados;

4.1.3. Confirmação de que o montante de despesa está de acordo com o previamente contratado;

4.1.4. Verificação de que o pagamento, regra geral por transferência bancária, foi devidamente autorizado;

4.1.5. No âmbito do teste aos salários, verificámos que as despesas com o pessoal foram devidamente contabilizadas e que os descontos, quer da entidade patronal quer dos colaboradores, foram devidamente apurados, registados e entregues dentro dos prazos legais.

Verificámos, igualmente, que foram corretamente registados os encargos de férias e subsídio de férias devidas neste exercício e cujo pagamento irá ocorrer em 2022;

4.1.6. Análise dos procedimentos de contratação pública;

4.1.7. Verificámos o cumprimento da legalidade da aprovação do orçamento e suas modificações (alterações/revisões) posteriores;

4.1.8. Emitimos o relatório trimestral sobre a execução orçamental;

4.1.9. Análise dos aspetos remuneratórios dos membros dos órgãos sociais e restantes trabalhadores; e

4.1.10. Análise dos pagamentos a fornecedores para a confirmação de que os mesmos só são efetuados na posse das respetivas certidões atualizadas de não existência de dívidas à administração fiscal e à segurança social.

5. CONCLUSÕES

5.1. Desde 2018, que o IGCP aplica o referencial contabilístico SNC-AP;

5.2. O IGCP, conforme referido no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ABDR), utiliza como critério de mensuração dos ativos fixos tangíveis o custo de aquisição e/ou de produção;

5.3. Com a adoção do novo normativo contabilístico, o IGCP, como entidade pública empresarial, sujeita à disciplina do SNC-AP, passou a utilizar o Classificador Complementar 2 (CC2). Trata-se de uma tabela de equivalência, entre os códigos do CIBE e o CC2.

5.4. Relativamente às obras em instalações arrendadas, o IGCP deprecia, por um período de 10 anos, conforme o definido no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro;

5.5. Foram reconhecidos os ajustamentos relativamente à especialização do período;

5.6. No decorrer do exercício de 2021, o IGCP registou aumentos nos ativos fixos tangíveis no montante total de 68.476 euros.

No que respeita aos ativos intangíveis foram registados aumentos no montante de 77.870 euros;

5.7. No final do exercício de 2021, o IGCP tem registado, em ativos intangíveis em curso, o montante de 772.807 euros, sendo que no presente exercício o aumento foi de 222.360 euros que inclui o valor de 205.942 euros relativos a gastos com vencimento de pessoal e consultadoria afetos ao projeto IB e que não foram imputados a este projeto em 2019, tal como é explicitado no ABDR;

5.8. O IGCP registou, no exercício de 2021, depreciações e amortizações no valor de 382.536 euros;

5.9. Tal como mencionado no ABDR, o IGCP evidencia no seu imobilizado "Mobiliário de arte e pratas artísticas", no total de 67.659 euros que não são objeto de depreciação;

5.10. As demonstrações financeiras do IGCP apresentam em disponibilidades, "Caixa e depósitos", o montante de 1.000.180 euros e ainda, uma aplicação financeira, registada na rubrica de "Outros ativos financeiros" no montante de 29.616.353 euros, correspondente a uma aplicação financeira em CEDIC, de muito curto prazo. Procedemos à análise das reconciliações bancárias efetuadas pelo IGCP tendo verificado que os movimentos em aberto se encontram justificados, bem como da aplicação em CEDIC, anteriormente mencionada;

5.11. O movimento na rubrica de "Resultados transitados", corresponde à aplicação do resultado líquido do exercício de 2020, no montante de 2.241.305 euros e, ainda ao ajustamento de 205.942 euros relativo à reclassificação de um gasto de 2019, por não terem sido imputados estes valores ao projeto IB em curso e, por terem sido considerados como gasto do ano de 2019, tal como já mencionámos no ponto 5.7. deste relatório;

5.12. O IGCP regista na conta de acréscimos de gastos o total de 3.092.756 euros e respeita a um vasto conjunto de gastos especializados pelo IGCP, os encargos com férias e subsídio de férias no valor de 631.904 euros e outros, dos quais se destacam os encargos de cobrança de receitas, no total de 2.187.937 euros;

5.13. O IGCP, no final do período, tem refletido nas suas contas o valor líquido a pagar do Estado de 2.957 euros. As nossas análises permitem concluir pelo correto reconhecimento e pagamento das responsabilidades fiscais;

5.14. Nos termos dos Estatutos do IGCP, nomeadamente na alínea a) do ponto 1 do artigo 25º, constituem receitas próprias do IGCP, uma comissão de gestão anual, que não poderá ser inferior ao valor equivalente a (0,01%), do stock da dívida pública directa do Estado existente em 31 de dezembro do ano anterior, nem superior ao valor correspondente a 0,015% do mesmo stock. A referida comissão de gestão estava suportada por despacho do Secretário de Estado do Tesouro, com publicação em Diário da República até ao

exercício de 2019; a partir de então deixou de haver aquele despacho. Verificámos que o valor daquele stock a 31 de dezembro de 2020 era de 271.830 mil milhões de euros, o que de acordo com a percentagem definida (0,01%), representaria a fixação da comissão de gestão em 27.183 milhares de euros, para o exercício de 2021.

Os proveitos reconhecidos pelo IGCP, relativamente à comissão de gestão da Dívida Pública, no final do ano de 2021, ascendem a 7.682.800 euros e em 2020 foram de 9.103.109 euros, o que corresponde a uma variação de 1.420.309 euros, a qual justifica uma parte significativa da variação nos resultados líquidos do IGCP;

5.15. No decorrer do ano de 2021, o IGCP contabilizou como rendimentos de Clientes *Homebanking* – TPA'S/ POS o total de 1.799.373 euros e gastos associados no montante de 1.782.965 euros, verificando-se, assim, uma diferença de 16.408 euros. Tendo em consideração que os custos são sempre repassados e que o objetivo é a inexistência de lucro ou prejuízo, esta situação, imaterial, decorre sempre que surgir qualquer novo valor a facturar ou a pagar que foi especializado por um valor diferente;

5.16. No exercício de 2021, o IGCP registou como rendimentos de Clientes provenientes da cobrança através de Multibanco o total de 5.777.400 euros (2020, 4.477.941 euros). Esta modalidade tem um peso significativo na estrutura dos rendimentos, esta situação deve-se à dinamização da atividade bancária do IGCP, permitindo uma maior cobrança de fundos através da rede Multibanco;

5.17. No final do período de 2021, o IGCP regista como rendimentos na conta de "Transferências da Administração Central – OGE", o montante 26.309.935 euros (2020, 23.919.083 euros) relativos à verba prevista para o pagamento de encargos com as entidades colaboradoras da Rede de Cobranças do Estado;

5.18. No período de 2021, o IGCP registou encargos com as entidades colaboradoras da Rede de Cobranças do Estado, nomeadamente CTT, SIBS e APB, no montante de 33.228.165 euros (2020, 29.528.570 euros). A natureza destes gastos tem por base os contratos celebrados com as referidas entidades e que foram objeto de visto prévio do Tribunal de Contas;

5.19. Na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", no ano de 2021, verificou-se um aumento face ao ano de 2020, em cerca de 3.975.795 euros, representando cerca de 11,8% a qual se refere, essencialmente, à rubrica "Encargos de cobrança de tesouraria", no montante de 3.976.511 euros. Este aumento está, em muito, associado ao encerramento dos serviços de finanças no âmbito das medidas de prevenção da propagação do COVID 19 que teve como consequência um acréscimo do número de DUC pagos diretamente no multibanco ou através dos bancos ou dos CTT em detrimento dos pagos nas caixas do Tesouro e cujo custo de recolha é fixo independentemente dos valores cobrados.

Também, a rubrica de "Trabalhos especializados", teve um aumento de 44.671 euros, face ao ano de 2020, sendo que a contribuição para aquele aumento se deveu, unicamente, à assistência técnica – contratos de manutenção.

Em sentido contrário, salientam-se as rubricas cujos gastos foram inferiores em 2021, face a 2020, nomeadamente, a rubricas de "Conservação e reparação" e "Contencioso", respectivamente, no montante de 30.920 euros e de 9.448 euros;

5.20. No exercício 2021, a rubrica gastos com pessoal, registou um aumento, no valor de 100.070 euros. Procedemos á realização do teste aos salários, tendo verificamos que os processamentos e os encargos estão devidamente contabilizados. Verificámos ainda, que os valores retidos correspondem aos valores efetivamente pagos.

5.21. Relativamente às restantes rubricas de gastos e rendimentos foram realizados os testes julgados adequados não tendo resultado dessa análise situações relevantes a relatar;

5.22. Em termos gerais, podemos concluir que o conjunto de procedimentos de controlo interno implementados pelo IGCP permite a fiabilidade, exatidão e fidedignidade da informação financeira produzida, a salvaguarda dos ativos bem como o cumprimento das leis e normas contabilísticas aplicáveis;

5.23. O Mapa de Execução Orçamental – Receita

Descrição	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada	Diferença	% Execução
Transferencias Correntes	**27.220.001**	**7.691.836**	**19.528.165**	**28,26%**
Orçamento Estado	27.182.800	7.682.800	19.500.000	28,26%
Transferencias de Capital	37.201	9.036	28.165	24,29%
Receitas Correntes	**67.407.874**	**66.697.783**	**710.091**	**98,95%**
Serviços- Com. Gest. Dívida Pública	26.791.500	26.309.935	481.565	98,20%
Outras Receitas	11.000.000	10.771.474	228.526	97,92%
Saldo Gerência Anterior	29.616.374	29.616.374	0	100,00%
Total	**94.627.875**	**74.389.619**	**20.238.257**	**78,61%**

Nota: Os valores apresentados incluem as verbas relativas ao COMPETE 2020, nas respectivas rubricas

De acordo com o "Mapa de Execução Orçamental – Receita" a receita cobrada do IGCP, no exercício de 2021, ascendeu a 74.389.619 euros, traduzindo-se num grau de execução orçamental de 78,61%;

5.24. O Mapa de Execução Orçamental – Despesa

Descrição	Orçamento Corrigido	Cativos	Despesa Paga	Diferença	% Execução
Despesas de Capital	**777.000**	**0**	**153.708**	**623.292**	**19,78%**
Hardware e O. Equipamento	105.000	0	43.021	61.979	40,97%
Software	642.000	0	85.232	556.768	13,28%
Equip. administrativo	30.000	0	25.455	4.545	84,85%
Despesas Correntes	**47.060.778**	**2.472.940**	**43.622.335**	**965.503**	**92,69%**
Pessoal	5.559.239	0	4.853.804	705.435	87,31%
Aquisição Bens e Serviços:	**41.501.539**	**2.472.940**	**38.768.531**	**260.068**	93,41%
Enc. Cobrança Receita	26.791.500	481.565	26.309.935	0	98,20%
Aquisição Bens e Serviços	11.315.477	1.713.024	9.429.806	172.647	83,34%
Outras despesas correntes	3.394.562	278.351	3.028.790	87.421	89,22%
Total	**47.837.778**	**2.472.940**	**43.776.043**	**1.588.795**	**91,51%**

Nota: Os valores apresentados incluem as verbas relativas ao COMPETE 2020, nas respectivas rubricas

No decorrer do exercício de 2021, a despesa paga pelo IGCP, foi de 43.776.043 euros correspondendo a um grau de execução orçamental de 91,51%.

6. OPINIÃO

6.1. Face ao exposto é nossa opinião que a Execução Orçamental, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e as correspondentes notas anexas da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE, referentes àquele exercício merecem parecer favorável do Fiscal Único.

Miraflores, 23 de junho de 2022

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira
ROC N.º 1101 da OROC e 20160713 da CMVM
Em representação de:
"JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda."

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA – IGCP, E.P.E.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 33.546.499 euros e um património líquido de 30.379.560 euros, incluindo um resultado líquido de 327.558 euros), a demonstração de resultados, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA – IGCP, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal para as Entidades Públicas Empresariais (EPE), previstos no Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	**Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos**
Proveitos / Receita (Nota 2)	
Uma fonte de receita da **AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA – IGCP, E.P.E.** é a comissão de gestão da dívida pública, valor que é calculado com base no percentual mínimo de 0,01% sobre o valor da dívida pública directa do Estado a 31 de dezembro do ano de 2020. Com base naquela informação, para o exercício de 2021, a comissão de gestão da Dívida Pública, a atribuir ao IGCP, seria de 27.183.000 euros. Esta matéria foi considerada relevante porque, constata-se que, a execução orçamental foi de apenas 28%, o que corresponde a 7.682.800 euros no final do ano.	Acompanhámos a execução orçamental tendo emitido relatórios de opinião trimestrais sobre a execução orçamental. Verificámos que o valor daquele stock, a 31 de dezembro de 2020, era de 271.830 mil milhões de euros, o que de acordo com a percentagem definida (0,01%), representaria a fixação da comissão de gestão em 27.183.000 de euros, para o exercício de 2021. Validámos os registos contabilísticos e os documentos suporte através da realização de procedimentos substantivos. Analisámos a divulgação relacionada com os proveitos tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC – AP);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião, O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 74.389.619 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 43.776.043 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados Fiscal Único da Entidade pela primeira vez por Despacho do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, n.º 284/19 de 15 de abril de 2019, com efeitos a 8 de maio de 2018, para um mandato compreendido entre 2018 e 2020.

- Emitimos este documento com base na instrução dada pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) para prosseguirmos o nosso trabalho, com fundamento no acórdão 15008/20.1T8LSB.L1-1, emitido em 2021 pelo Tribunal da relação de Lisboa.
  A DGTF sustenta o entendimento de que, embora designados por prazo certo, os membros do órgão de fiscalização, onde se inclui o Fiscal Único, mantêm-se em funções após o decurso desse prazo até nova designação.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Miraflores, 23 de junho de 2022

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

ROC N.º 1101 da OROC e 20160713 da CMVM

Em representação de:
"JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda."